

Clara Ataíde Fonseca Carvalho

**O SUPEREU NA TEORIA PSICANALÍTICA:
GÊNESE, LUGAR E FUNÇÃO SEGUNDO FREUD**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José Müller

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Carvalho, Clara Ataíde Fonseca

O supereu na teoria psicanalítica : gênese, lugar e
função segundo Freud / Clara Ataíde Fonseca Carvalho ;
orientador, Marcos José Müller - Florianópolis, SC, 2016.
146 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Filosofia.

Inclui referências

1. Filosofia. 2. Metapsicologia. 3. Freud. 4. Supereu.
I. Müller, Marcos José. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Clara Ataíde Fonseca Carvalho

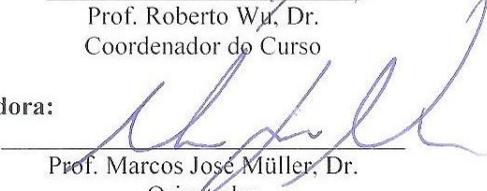
**“SUPEREU NA TEORIA PSICANALÍTICA:
GÊNESE, LUGAR E FUNÇÃO SEGUNDO FREUD”**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Filosofia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia.

Florianópolis, 04 de novembro de 2016.

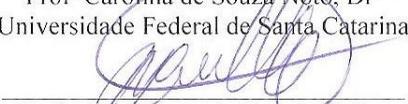

Prof. Roberto Wu, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:


Prof. Marcos José Müller, Dr.
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina


Profª Carolina de Souza Neto, Drª
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof. Marco Antonio Franciotti, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina


Profª Maria Aparecida Leite Holthausen da Silva, Drª
Centro Universitário FACVEST

AGRADECIMENTOS

Ao professor Marcos Müller, cujas palavras inspiradoras e receptividade às minhas ideias fizeram esse trabalho possível.

Aos professores Carolina Noto, Marco Franciotti e Maria Holthausen, pela leitura atenciosa de meu texto e pelos valiosos comentários e sugestões.

Ao professor Fernando Aguiar, por suas contribuições e seu comprometimento no ensino da psicanálise.

À Maiêutica Florianópolis – Instituição Psicanalítica, espaço que me possibilitou avançar em meu percurso na psicanálise.

Ao Luciano pelo carinho, paciência e apoio no desenvolvimento deste trabalho.

À Alessandra e à Rachel, pela amizade e pelas conversas inestimáveis.

Ao Yuri, por ter me oferecido sua escuta.

Aos amigos e colegas que, de algum modo, acompanharam minha trajetória e me incentivaram na realização do mestrado.

À minha família, cuja presença me faz sorrir mesmo nos momentos mais difíceis.

RESUMO

Este trabalho apresenta o conceito de supereu, instância psíquica que integra a segunda tópica freudiana, com o objetivo de delimitar seu lugar, gênese e função na teoria psicanalítica. Para isso, segue-se o que Freud propõe como uma apresentação metapsicológica, isto é, a descrição de um processo psíquico sob os aspectos topográfico, dinâmico e econômico. Parte-se da hipótese de que a noção de supereu surge como uma resposta a duas questões problemáticas na construção da metapsicologia: a primeira, a caracterização de um monismo ou um dualismo pulsional após a reformulação da teoria das pulsões, a qual introduz o conceito de pulsão de morte; e a segunda, a compulsão à repetição. Esclarece-se, então, que o conceito de supereu articula uma teoria da pulsão de morte e da destrutividade no âmbito psíquico. É explicitado o caráter do supereu de estranho, um núcleo observador formado como resto do processo de recalçamento. Diferenciando-se do ideal do eu, o supereu tem uma relação com uma moralidade categórica e com o sentimento de culpa ao caracterizar-se como uma lei insensata que impele o sujeito a um gozo impossível, conformando um imperativo e engendrando a compulsão à repetição, relacionada à descarga da pulsão de morte. Deste modo, evidencia-se que a instituição dessa instância na estruturação psíquica dá corpo a um funcionamento psíquico originário, que configura uma economia psíquica paradoxal em relação à regulação pelo princípio do prazer. É abordada, ainda, a contribuição da noção de supereu para a discussão acerca dos impasses da vida cultural, discutindo-se a ideia de “psicanálise aplicada” e indicando o supereu como conceito chave na crítica ao modo pelo qual a cultura busca tornar inócuos os efeitos destrutivos da pulsão de morte.

Palavras-chave: Metapsicologia. Supereu. Pulsão de morte. Compulsão à repetição.

ABSTRACT

This work presents the concept of superego, psychic agency that integrates Freud's second topic, in order to delimit its place, genesis and function in psychoanalytic theory. To this end, it is followed what Freud proposes as a metapsychological presentation, i.e., the description of a psychological process in its topographical, dynamic and economic aspects. It is assumed that the notion of superego comes as a response to two problematic issues in the construction of metapsychology: the first one, the characterization of a drive monism or dualism after the reformulation of the drive theory, which introduces the concept of death drive; and the second one, the compulsion to repeat. Therefore, it is clarified that the concept of superego articulates a theory of the death drive and destructiveness within the psyche. It is made clear the superego's character of uncanny, an observing nucleus formed as a residue of the process of repression. Differentiating itself from the ego ideal, the superego is related to a categorical morality and the sense of guilt as it is characterized as a senseless law that impels the subject towards an impossible *jouissance*, taking the form of an imperative and engendering the repetition compulsion, related to the discharge of the death drive. Thus, it is shown that the institution of this agency in the psychic structure embodies an original psychic functioning, which constitutes a paradoxical psychic economy in relation to the regulation by the pleasure principle. In addition, the contribution of the notion of superego to the debate about the impasses in cultural life is addressed, discussing the idea of "applied psychoanalysis" and indicating the superego as a key concept in the criticism of the way culture seeks to make the destructive effects of death drive innocuous.

Keywords: Metapsychology. Superego. Death drive. Repetition compulsion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O aparelho psíquico conforme a primeira tópica.	43
Figura 2 – O aparelho psíquico conforme a segunda tópica.....	45
Figura 3 – A banda de Moebius.....	47
Figura 4 – A garrafa de Klein.....	48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A METAPSIKOLOGIA FREUDIANA	23
1.1 O PERCURSO FREUDIANO NA TEORIZAÇÃO DO APARELHO PSÍQUICO.....	26
1.2 MONISMO OU DUALISMO PULSIONAL	30
1.3 A COMPULSÃO À REPETIÇÃO	36
CAPÍTULO 2 – O LUGAR DO SUPEREU	41
2.1 O PONTO DE VISTA TOPOGRÁFICO	41
2.2 O SUPEREU COMO INSTÂNCIA PSÍQUICA: DA PRIMEIRA À SEGUNDA TÓPICA.....	51
CAPÍTULO 3 – A GÊNESE DO SUPEREU	69
3.1 O PONTO DE VISTA DINÂMICO.....	69
3.2 O SUPEREU PELA ÓTICA DO RECALCAMENTO: IDEAL DO EU E CULPA	74
CAPÍTULO 4 – A FUNÇÃO DO SUPEREU	95
4.1 O PONTO DE VISTA ECONÔMICO	95
4.2 O SUPEREU E A RELEITURA DA TEORIA PULSIONAL: PULSÃO DE MORTE E IMPERATIVO CATEGÓRICO.....	100
CAPÍTULO 5 – O SUPEREU E A CRÍTICA DA CULTURA	121
5.1 A “PSICANÁLISE APLICADA”.....	122
5.2 IMPASSES DA VIDA CULTURAL E O CONCEITO DE SUPEREU	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139

INTRODUÇÃO

Neste trabalho¹, estudaremos o conceito de supereu, instância psíquica que integra a segunda tópica freudiana², visando a explicitar seu estatuto na estruturação psíquica e sua constituição como uma instância que dá corpo a um funcionamento psíquico paradoxal, por um lado regulado pela lógica da busca de prazer e evitação do desprazer, por outro, voltado à repetição da experiência de desprazer. O que significa dizer que, mais além do princípio do prazer que regula o eu, o supereu dá forma a um aspecto de severidade do eu contra si mesmo, emergindo como amadurecimento da elaboração anunciada com a noção de pulsão de morte, um desenvolvimento fundamental para o entendimento de como esta opera na experiência psicanalítica (RUDGE, 2006; NAKASU, 2011). Essa instância, como destaca Lacan (1953-1954/2009), possui um caráter imperativo atrelado a uma moralidade avessa à lei reguladora, isto é, se instaura como uma lei insensata, conformando uma moral oprimente e destrutiva. O psicanalista francês enfatiza a tirania e insensatez do supereu, definindo-o como uma “figura obscena e feroz” (LACAN, 1959-1960/2008, p. 18).

Como pontua Gerez-Ambertín (2009), a elaboração deste conceito na obra freudiana apresenta-se de forma por vezes confusa, colocando dificuldades em sua apreensão e levando a compreensões

¹ Utilizamos, em nossas referências, a edição brasileira da obra freudiana lançada pela editora Imago, uma tradução indireta, realizada a partir da versão inglesa organizada por James Strachey. Orientamo-nos pelas críticas de CARONE & SOUZA (1989) quanto a essa tradução, no que diz respeito à escolha de algumas palavras que não correspondem aos termos usados originalmente por Freud, bem como a incorreções que podem produzir uma compreensão equivocada de sua obra. Atualmente, uma nova tradução diretamente do alemão para o português vem sendo realizada sob a coordenação de Paulo César Souza, pela Companhia das Letras, contudo, diante de não haverem sido publicados todos os volumes até o momento da elaboração deste trabalho, optamos por permanecer com a edição da Imago, realizando o cotejamento com a tradução direta do alemão para o espanhol, realizada por José Luis Etcheverry e publicada pela editora Amorrortu, para sanar possíveis problemas de tradução.

² A segunda tópica, como explanaremos no segundo capítulo, é constituída pelas instâncias *eu*, *isso* e *supereu*, respectivamente, *ego*, *id* e *superego* na tradução inglesa e na versão brasileira da Imago. Optamos por utilizar pronomes em português como nome das instâncias, pois na obra freudiana estas são denominadas por pronomes em alemão, não em latim.

equivocadas. Com o objetivo de delimitar seu lugar, gênese e função na teoria psicanalítica, seguiremos nesta pesquisa o que Freud propõe como uma apresentação metapsicológica, o que implica conseguir “descrever um processo psíquico em seus aspectos dinâmico, topográfico e econômico” (FREUD, 1915c/1996, p. 186). O ponto de vista *dinâmico* refere-se à maneira como as forças pulsionais entram em conflito, se combinam, se ajudam ou se inibem, enfim, à sua ação mútua. O ponto de vista *topográfico* refere-se à abordagem do aparelho psíquico em termos das instâncias que o compõem, ou seja, da localização onde ocorrem os processos psíquicos. O ponto de vista *econômico*, por sua vez, refere-se às quantidades de energia das quais são dotadas as pulsões e à regulação desses investimentos, especialmente pelo princípio do prazer (FREUD, 1926[1925]/1996).

Com a apresentação metapsicológica do supereu, pretendemos esclarecer sua função na articulação de uma teoria da pulsão de morte e da destrutividade no âmbito psíquico, uma função estratégica na abordagem do que se apresenta na clínica e na cultura como repetição do fracasso e do sofrimento. Em tese, é como se a noção de supereu viesse responder a duas questões que, no decurso da construção metapsicológica relativa à teoria das pulsões e no decurso das reflexões sobre a condução do tratamento, revelarem-se problemáticas, quais sejam tais questões: primeiro, a do monismo pulsional e, em segundo lugar, a da compulsão à repetição. Ou seja, por um lado, do ponto de vista metapsicológico, considerando-se a existência de um aspecto de severidade do eu contra si mesmo, podemos admitir que o sistema psíquico é unicamente regido pelo princípio do prazer? Ou, ainda do ponto de vista metapsicológico, podemos admitir uma pulsão de morte mais além da pulsão de vida, o que nos levaria a ideia de um dualismo pulsional? De outro lado, do ponto de vista da prática clínica, a existência de um aspecto de severidade do eu contra si mesmo nos deveria levar a admitir que há nos pacientes uma tendência à repetição do sofrimento, uma compulsão à repetição da perda? Ora, nossa tese é a de que a noção de supereu pode ser entendida como uma resposta clínica e metapsicológica a essas questões. Este papel do supereu na solução destas questões, embora muitas vezes não explicitado com clareza por Freud, é uma proposta que pode ser depreendida de sua obra por meio de uma leitura atenta ao movimento de seu pensamento. Assim, nossa tese parte de uma hipótese revelada por Freud e assinalada por comentaristas de sua obra.

Para tanto, servimo-nos da obra de Freud a partir de um recurso metodológico indicado por Monzani (1989). Segundo ele, os

comentadores leram a obra freudiana de duas maneiras: uma delas, seccionando a obra em busca de delimitações pautadas nas mudanças realizadas na teoria, entendidas como rupturas, o que levaria a valorizar de formas diferentes cada segmento; a outra maneira implica considerar o pensamento freudiano como um bloco monolítico, no qual não seriam detectados cortes radicais, mas haveria uma identidade perpassando os textos, constituída em torno tanto dos temas, quanto dos fundamentos da teoria. As duas leituras, para Monzani, são problemáticas, pois as noções de ruptura e de continuidade, em seu sentido estrito, não se aplicam à obra de Freud. O autor parte da hipótese de que os princípios que regem o discurso freudiano, em sua complexidade, não se enquadram nessa dicotomia. Assim, diante do impasse gerado por tais posições, surge a possibilidade de entender a obra freudiana como um desenvolvimento – o que daria conta das mudanças, bem como da continuidade do pensamento –, com a ressalva de que com isso a questão da elaboração deste discurso não seja meramente rotulada, escamoteando o problema suscitado pela dicotomia supracitada.

Neste sentido, concordamos com Monzani (1989) na caracterização do desenvolvimento da teoria freudiana como um movimento *pendular* e, ao mesmo tempo, *espiralado*. Pendular porque são enfatizados ora um determinado aspecto, ora seu oposto, mas finalmente integrando os diferentes polos da questão. Espiralado (pensando em uma imagem cilíndrica no espaço) porque questões já “esquecidas” são retomadas, mas em um nível diferente daquele em que haviam sido abordadas anteriormente. Esse movimento implica que, ao serem integrados dados da experiência, as noções são alargadas, precisadas, retificadas ou explicitadas de novas formas, de modo que o conjunto dos conceitos é repensado. É produzida, assim, uma superação, desde que não entendida no sentido hegeliano, pois a superação aqui em questão não necessariamente remete à dialética de um pensamento, o que levaria a uma síntese, mas a um pensamento caracterizado por oscilações. Em última análise, seria equivocado considerar que na psicanálise freudiana existem rupturas ou mudanças radicais, ou ao contrário, uma expansão a partir de um núcleo inicial, pautada em premissas definidas previamente em continuidade ininterrupta, pois o que parece ser mais característico desta disciplina são as hesitações, os abandonos temporários de conceitos para sua posterior retomada, e as oscilações.

Esse entendimento é condizente com a caracterização freudiana da psicanálise como ciência empírica. Freud salienta que sua disciplina não consiste num sistema formado por conceitos nitidamente definidos a

partir dos quais se buscaria apreender o universo, um sistema que, uma vez completo, não deixaria margens para reformulações ou para novas descobertas. Em vez disso, atendo-se aos fenômenos identificados em seu campo de estudo, a psicanálise “sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias” (FREUD, 1923 [1922]/1996, p. 269).

Como um método específico de investigação dos processos psíquicos, a psicanálise pode produzir novas perspectivas não apenas no entendimento de distúrbios psicológicos, mas também de temas de outros campos, dentre eles a filosofia, possibilitando a interlocução de diferentes ramos do saber (FREUD, 1919 [1918]/1996). Como apontado por Freud (1913/1996), as contribuições psicanalíticas podem ser pertinentes à filosofia na medida em que possibilitam a reflexão acerca do funcionamento do psiquismo humano, especialmente a partir de sua teorização sobre os fenômenos inconscientes, que compelem à problematização da relação entre corpo e mente.

O supereu é um conceito sem o qual importantes aspectos da estruturação do psiquismo humano e de seu funcionamento permaneceriam obscuros, de modo que seu estudo é fundamental para esclarecer o modo como a metapsicologia concebe o psiquismo humano. A delimitação deste conceito é fundamental na eliminação de equívocos e no esclarecimento de sua importância na concepção metapsicológica do psiquismo.

Cardoso (2002) salienta que a elaboração freudiana do supereu apresenta um caráter paradoxal. É considerado como uma instância proibitiva, que representa a “realidade” e as interdições morais, mas, ao mesmo tempo, sua força é extraída das pulsões, estando sua ação associada à pulsão de morte. A autora salienta a complexidade do conceito, pois neste se sobrepõem polos diversos – como a dimensão de ataque pulsional, os interditos e o ideal – e se opõem aspectos contraditórios e, aparentemente, inconciliáveis. Aponta para um suposto delineamento, simultaneamente, de uma versão pré-edípica e uma versão edípica do supereu, baseado na transposição da dimensão pulsional à dimensão das interdições.

Seguindo esse caráter paradoxal, identificamos diferentes fatores ligados à sua origem no psiquismo. Como indica Cardoso (2002), na obra freudiana predomina a apresentação de sua origem a partir da instância parental que, ao ser internalizada, faria surgir o supereu como herdeiro do complexo de Édipo. Contudo, ao lado deste aspecto de instância identificatória, há também seus aspectos originários da

ferocidade pulsional. Encontramos, então, referências a registros radicalmente diferentes – lei e pulsão –, o que poderia ser considerado uma incompatibilidade inviável ao esclarecimento da origem do conceito. Abordaremos neste trabalho as possibilidades de articular tais aspectos, de forma que não se descaracterize a complexidade do conceito e da concepção freudiana do psiquismo.

Em vista de tal complexidade do supereu, restam muitos pontos obscuros e controversos em sua elaboração, situação agravada por interpretações divergentes e, muitas vezes, equivocadas por parte de autores pós-freudianos. Cardoso (2002) traz alguns exemplos dessas divergências, tecendo comentários a respeito das teorias de Melanie Klein e Anna Freud. A interpretação de Melanie Klein, por exemplo, apresenta uma forte tendência biologizante, que enfatiza o aspecto pulsional do supereu e postula que, no contraste entre a realidade psíquica e a realidade material, as fantasias agressivas do sujeito assumem um papel preponderante. Entendendo a agressividade como força pulsional instintiva, a psicanalista inglesa postula que, no jogo de introjeção-projeção, o movimento primário seria a projeção da pulsão, de modo que esta atribuiria as características aos objetos reais. O isso seria originalmente constituído por pulsões destrutivas e seu sadismo seria projetado sobre os objetos que, posteriormente introjetados, constituiriam a origem da ferocidade do supereu. Esta visão, no entanto, negligencia outros aspectos essenciais para a compreensão da metapsicologia, como a alteridade e a sexualidade. A teoria de Anna Freud, por sua vez, é marcada por uma tendência moralizante, na qual os interditos e o processo educativo são colocados em primeiro plano. Sua perspectiva considera a alteridade apenas sob a vertente da interdição, assim como o supereu, que viria cumprir a função de inibição da pulsão. Também sua teoria negligencia aspectos que devem ser considerados para o entendimento da metapsicologia freudiana, o que produz desvios como a noção de supereu como representante da moralidade.

Gerez-Ambertín (2009) menciona que, se o conceito de inconsciente foi convidativo a leigos e psicanalistas, que a ele dedicaram sua atenção, o mesmo não ocorreu com o supereu, ainda que este se manifeste de forma tão corrosiva na clínica e revele sua hostilidade devastadora na vida contemporânea. A autora também critica a leitura de pós-freudianos, que retrocederam diante da pulsão de morte atuante no supereu, produzindo desvios monstruosos. No intento de “benevolizar” a pulsão de morte, estes psicanalistas a revestiram de lugares-comuns e sustentaram interpretações errôneas, como as ideias de supereu como instância que zela pela relação do sujeito com a realidade e pelo bom

funcionamento da consciência moral, que assegura a saúde mental por impedir as transgressões, e que, substituindo o pai, regula a relação do sujeito com a lei.

Diante destas dificuldades na apreensão do conceito de supereu e da importância deste na concepção psicanalítica do funcionamento psíquico, entendemos ser fundamental a retomada da obra freudiana para explaná-lo e esclarecer possíveis interpretações equivocadas. Assim, a relevância deste trabalho, inserido na linha de pesquisa *Ontologia, mente e metapsicologia*, consiste em delimitar esse conceito e proporcionar a reflexão sobre os efeitos desta instância psíquica na subjetividade, seus desdobramentos e manifestações na vida humana, uma reflexão pertinente tanto à psicanálise, como à filosofia.

No primeiro capítulo, *A metapsicologia freudiana*, com a finalidade de contextualizar a introdução do conceito de supereu, será realizada uma breve apresentação do percurso metapsicológico de Freud na teorização sobre o aparelho psíquico. Apresentaremos, ainda, as duas questões que ensejam a formulação do supereu, as quais, como mencionado anteriormente, dizem respeito, por um lado, ao problema do dualismo pulsional, e, por outro lado, à compulsão à repetição.

No segundo capítulo, *O lugar do supereu*, iniciando a apresentação metapsicológica do conceito em questão, abordaremos o supereu segundo o ponto de vista topográfico. Esclareceremos a que se refere a topografia no pensamento metapsicológico e, em seguida, revisaremos o percurso de Freud na elaboração do supereu, partindo de noções encontradas na primeira tópica, que fundamentaram sua ulterior formulação, na passagem para a segunda tópica.

No terceiro capítulo, *A gênese do supereu*, conceituaremos o aspecto dinâmico e abordaremos a relação do supereu com as outras instâncias do aparelho psíquico, sua diferenciação em relação ao conceito de ideal do eu e sua relação com o mecanismo de recalçamento.

Encerrando a apresentação metapsicológica proposta, no quarto capítulo, *A função do supereu*, apresentaremos este conceito sob o ponto de vista econômico, tomando como referência seu funcionamento em termos da satisfação pulsional, caracterizando seu aspecto imperativo e sua relação com a compulsão à repetição.

Por fim, no quinto capítulo, *O supereu e a crítica da cultura*, abordaremos a questão da psicanálise aplicada aos fenômenos culturais. Faremos alguns apontamentos sobre a noção de “psicanálise aplicada” e indicaremos a função do conceito de supereu na reflexão sobre a vida na cultura e na crítica aos meios pelos quais esta se constrói e se mantém.

Não pretendemos, neste capítulo, aprofundar as implicações do supereu para a investigação de fenômenos sociais e culturais, mas destacar que este conceito se apresenta como uma importante contribuição na reflexão sobre tais fenômenos, pois evidencia, no psiquismo, a ação da pulsão de morte, uma força que, diante de suas manifestações como agressividade e destrutividade, não deve ser desconsiderada.

Seguindo essa trajetória visando à delimitação do lugar, gênese e função do supereu, veremos que sua introdução na metapsicologia resulta do movimento de oscilações salientado por Monzani (1989), dando forma a ideias que atravessam a obra freudiana e que são cruciais na construção de sua teoria, na medida em que possibilita a apreensão dos conceitos de pulsão de morte e de compulsão à repetição, respondendo, assim, a dificuldades advindas tanto da experiência psicanalítica quanto da articulação teórica.

CAPÍTULO 1 – A METAPSICOLOGIA FREUDIANA

Neste capítulo, exporemos um breve panorama do percurso freudiano com o objetivo de contextualizar a construção da metapsicologia. Consideramos que o estudo da teoria psicanalítica implica a apreciação do movimento característico do pensamento freudiano, para que seja possível apreender a complexidade dos conceitos. É fundamental que se tenha em vista que a metapsicologia não consiste em uma teoria estanque, mas resulta de um processo de constante retomada de conceitos, revisões e novas articulações, um percurso caracterizado pelo já citado movimento pendular e espiralado indicado por Monzani (1989). Tendo isso em vista, no primeiro tópico deste capítulo apontaremos momentos da concepção de aparelho psíquico na trajetória freudiana para elucidar este processo de teorização. Como já mencionamos, consideramos que a elaboração do conceito de supereu vem responder, por um lado, a um problema no qual o dualismo pulsional – particularmente no que se refere a dificuldades na compreensão de como a pulsão de morte opera no psiquismo – ocupa uma posição central, e, por outro lado, a um problema identificado predominantemente na clínica, que diz respeito à repetição compulsiva do fracasso e da perda. Assim, no segundo tópico, apresentaremos a problemática do monismo ou dualismo na teoria das pulsões, e no terceiro tópico abordaremos a dificuldade de compreensão do funcionamento psíquico diante da observação da compulsão à repetição. Com isso, explicitaremos a necessidade de dupla origem que levou à introdução do conceito de supereu na metapsicologia.

Para Freud (1923 [1922]/1996, p. 253), o termo psicanálise designa:

(1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.

A psicanálise começou a se constituir como terapêutica e como disciplina científica a partir das investigações de Freud, especialmente a respeito de sintomas histéricos. No que podemos considerar seu estágio

preliminar, o chamado método catártico de Breuer, partia-se do pressuposto de que o paciente deveria reproduzir em um estado de hipnose as experiências traumáticas que foram esquecidas e que geraram os sintomas, para então, descobrindo o conflito psíquico, liberar a emoção recalçada. A partir de divergências com Breuer e de dúvidas de Freud quanto ao emprego da hipnose, especialmente em decorrência de esta ocultar a resistência, essencial para a teoria psicanalítica, Freud decide abandonar a técnica hipnótica e passa a adotar a associação livre, uma mudança que considera como marcando o início da psicanálise propriamente dita (FREUD, 1914a/1996; 1925 [1924]/1996).

A premissa fundamental da psicanálise é a ideia de que o psiquismo é dividido em consciente e inconsciente. Considera-se, nessa perspectiva, a existência de processos psíquicos poderosos, que produzem efeitos assim como as ideias conscientes, mas sem que eles próprios atinjam a consciência, em função de uma força que opera como resistência, que a eles se opõe, mantendo-os em estado de recalçamento. Uma noção central é, portanto, a ideia de conflito psíquico entre uma moção pulsional e a resistência como um mecanismo de defesa, decorrendo daí o processo de recalçamento. Como consequência, o eu é levado a um dispêndio permanente de energia para se proteger do impulso recalçado, o qual, ainda assim, encontra meios de descarga por vias indiretas, alcançando satisfações substitutivas. Quanto ao estado de consciência, este, em si mesmo, é algo transitório, descrevendo tão somente uma qualidade que pode ou não estar presente, referindo-se àquilo que é percebido de forma mais imediata (FREUD, 1925 [1924]/1996; 1923a/1996)

Neste sentido, a psicanálise é considerada por Freud (1917/1996) como um dos grandes golpes ao narcisismo humano provocados pelas pesquisas científicas³. Suas descobertas refutam a crença do homem de

³ Freud (1917/1996) indica três golpes ao narcisismo produzidos pelas ciências. O primeiro, o golpe cosmológico, foi associado a Copérnico (embora a questão tenha sido anunciada pelos pitagóricos), que indica que, contrariamente ao que até então se acreditava, a Terra não é o centro do universo, destruindo a ilusão de sua posição privilegiada, condizente com o papel dominante que o homem atribui a si mesmo. O segundo, o golpe biológico, refere-se às pesquisas de Darwin, que ao indicar que o homem não possui ascendência divina como alegava, mas descende dos animais, coloca fim à presunção do homem de não só considerar-se em posição de supremacia, como espécie superior, mas também de buscar romper seus laços com o reino animal. A psicanálise é considerada o terceiro golpe, o golpe psicológico.

manter o controle do que ocorre em sua mente, obtendo informações sobre tudo que nela acontece e dirigindo seus impulsos e ações de acordo com sua vontade. Esta crença não se sustenta diante do reconhecimento de que os impulsos não podem ser completamente domados e de que os processos mentais são fundamentalmente inconscientes, de modo que apenas alcançam a consciência informações incompletas e pouco confiáveis.

A teoria psicanalítica foi construída sob a influência de saberes e metodologias de diferentes áreas do conhecimento, mas introduzindo mudanças significativas nas concepções dominantes no meio científico do século XIX. Ao escrever seus trabalhos iniciais, Freud situava-se em um ambiente marcado, por um lado, pela tradição da filosofia do espírito, que remete ao idealismo alemão e, por outro lado, pela tradição positivista, constituída pelas ciências naturais, de modo que, nos primeiros textos, utiliza uma linguagem aproximada à linguagem filosófica, embora sejam textos de neurologia. Distanciando-se dos saberes já constituídos, Freud inaugura uma teoria e uma prática dotadas de um estatuto epistemológico diferenciado. Nas palavras de Garcia-Roza (2005, p. 22):

[...] onde situar a psicanálise?

A resposta pode ser: em nenhum lugar preexistente. A psicanálise teria, nesse caso, operado uma ruptura com o saber existente e produzido o seu próprio lugar. Epistemologicamente, ela não se encontra em continuidade com saber algum, apesar de arqueologicamente estar ligada a todo um conjunto de saberes sobre o homem, que se formou a partir do século XIX.

Freud opera uma descentralização da razão e da consciência do lugar incontestável que até então ocupavam na tradição filosófica e no meio científico, postulando que a consciência é não o lugar da verdade, mas do engano, do ocultamento, da ilusão, apenas um efeito de superfície do inconsciente. Assim, o conceito de inconsciente produz uma clivagem da subjetividade, que deixa de ser concebida como uma unidade, para ser compreendida como uma realidade dividida em consciente e inconsciente. Se a princípio a psicanálise foi considerada ameaçadora, recebida com resistências por ofender a razão e os bons costumes, logo se tornou objeto de disputa de vários saberes da comunidade científica (psicologia, biologia, linguística, entre outros),

que passaram a reivindicá-la como parte de seu campo, mas sem conseguir submetê-la às exigências que lhe eram impostas (GARCIA-ROZA, 2005).

Garcia-Roza (1991) aponta que Freud usa o termo metapsicologia pela primeira vez em 1896, numa carta a Wilhelm Fliess⁴. Designando a teoria psicanalítica elaborada por Freud, a metapsicologia refere-se à ficção teórica construída pelo distanciamento das descrições clínicas, isto é, à invenção de modelos conceituais que possibilitam ultrapassar os dados obtidos na experiência, transformando-a radicalmente. Entretanto, isso não significa uma recusa da clínica ou uma oposição entre teoria e prática, pois o projeto freudiano, como indicado anteriormente em sua definição de psicanálise, implica a construção de um campo em que o método investigativo, a elaboração teórica e a prática clínica não podem ser concebidos senão de modo articulado. Assim, a partir dos dados obtidos na experiência são produzidos os conceitos, que, por sua vez, fornecem os fundamentos para a prática psicanalítica.

A elaboração da teoria psicanalítica não se deu ao modo de um aperfeiçoamento no qual os textos novos substituem os trabalhos anteriores, mas a partir do esboço de uma concepção sobre a qual foram sendo realizadas revisões e acréscimos (GARCIA-ROZA, 1991). Indicaremos a seguir alguns marcos no percurso metapsicológico de Freud, que elucidam o modo como sua concepção de aparelho psíquico foi gradualmente se construindo.

1.1 O PERCURSO FREUDIANO NA TEORIZAÇÃO DO APARELHO PSÍQUICO

O aparelho psíquico é concebido por Freud em diferentes articulações, conforme o momento de sua teoria. Ao longo desse processo, ideias e conceitos vão sendo retomados e revistos, gradualmente conformando um esquema da estruturação do psiquismo que possibilite a compreensão de seu funcionamento. Indicaremos alguns pontos da obra freudiana para ilustrar essa trajetória.

⁴ Como relata James Strachey em nota dos *Extratos dos Documentos Dirigidos a Fliess* (volume I da Edição *Standard* das Obras de Freud), Freud manteve uma longa e íntima correspondência com o médico otorrinolaringologista Wilhelm Fliess no período de 1887 a 1902. Nas cartas e documentos remetidos por Freud, este comunicava opiniões, ideias e esboços de textos que foram posteriormente publicados.

Inicialmente, Freud trata das funções psíquicas a partir de concepções acerca das afasias (distúrbios da linguagem), divergindo do entendimento pela neurologia e precipitando o que posteriormente elaborará como um esquema do aparelho psíquico. Assim, como indica Garcia-Roza (1991), no texto *Zur Auffassung der Aphasien*, de 1891, Freud trava um combate no campo da neurologia, refutando a *teoria das localizações cerebrais*, cujas hipóteses reduzem as funções do sistema nervoso a determinadas localizações anatômicas. Freud critica a representação do aparelho da linguagem que desconsidera sua relação com a atividade cerebral como um todo, propondo uma hipótese funcional. Embora neste texto não apresente uma teorização do aparelho psíquico de forma mais ampla, restringindo-se à linguagem, introduz questões importantes para a elaboração da metapsicologia. A rigidez na distinção entre normal e patológico é aqui superada, pois Freud ressalta que as perturbações funcionais encontradas nos doentes são encontradas também em pessoas que não apresentam distúrbios em situações de cansaço ou de estados emocionais intensos. Além disso, o aparelho da linguagem, antecipando as questões sobre a condensação e o deslocamento que operam nos atos falhos, chistes e lapsos, questões que serão retomadas ao longo de sua obra, serve de modelo para a teorização sobre o inconsciente.

Seguindo o percurso freudiano, encontramos no *Projeto para uma Psicologia Científica*, texto de 1895, mas só publicado em 1950, a intenção de “prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis, tornando assim esses processos claros e livres de contradição” (FREUD, 1950 [1895]/1996, p. 347). Devemos destacar que Freud considera a ciência como o único meio de conduzir o homem ao conhecimento, sua produção suprema, de modo que visar à teorização sobre o psiquismo como uma ciência natural não necessariamente implica uma concepção naturalista, mas pode referir-se simplesmente à exigência de rigor teórico-conceitual. Freud ainda mantém neste texto uma terminologia neurológica, tratando do funcionamento do aparelho psíquico em termos de sistemas neuronais e cargas de excitação, seguindo a proposta de Herbart de uma psicologia sob o ponto de vista quantitativo, capaz de expressar os processos psíquicos por meio de leis científicas. Trata-se, contudo, de um modelo explicativo não mais fundado em bases anatômicas, pois é estabelecido certo isomorfismo com o cérebro e consideram-se os neurônios como base material, mas sem corresponder exatamente ao entendimento do sistema nervoso pela neurologia e pela

histologia da época, constituindo assim uma teoria de natureza hipotética (GARCIA-ROZA, 1991).

No texto acima referido, Freud (1950 [1895]/1996) introduz importantes noções que são revistas e desenvolvidas em seus trabalhos posteriores. Como exemplo, a noção de investimento (*Besetzung*), que surge como um conceito fundamental, aqui referido a processos neuronais de acúmulo e descarga da quantidade de excitação (Q), além das ideias de experiência de satisfação e de dor, de prazer e desprazer. Neste texto, apresenta a noção de eu como uma organização que interfere nas facilitações e inibições da passagem de Q, de modo a possibilitar a indicação de realidade, isto é, a diferenciação entre percepções e ideias, e coloca a memória como um atributo de destaque no funcionamento psíquico. Apresenta, ainda, as noções dos princípios de inércia e de constância, a diferenciação entre processo primário e processo secundário, bem como a noção de sonhos como realizações de desejos.

No texto *A interpretação dos sonhos*, de 1899 (mas publicado com data de 1900), Freud parte da investigação dos sonhos para formular hipóteses sobre a estrutura e o funcionamento do aparelho psíquico. Nesta obra, Freud não mais utiliza uma terminologia neurológica, passando a falar definitivamente em termos psíquicos. A noção de investimento é então retomada, não mais remetendo a neurônios, mas a representações. O sonho é reafirmado por Freud como uma realização de desejo⁵. No capítulo VI dessa obra, explicita que no trabalho do sonho, este é formado por meio de distorções que possibilitem que seu conteúdo escape à censura, de modo que o desejo inconsciente, que impulsiona a formação do sonho, se manifeste em elementos que não sejam barrados pela resistência. Estas distorções são feitas por meio dos processos de condensação e deslocamento, pela sobredeterminação de seus elementos, bem como por construções que possibilitam a representação de relações lógicas. A ação da censura identificada na formação dos sonhos tem um papel essencial para o

⁵ Em sua concepção, a formação do sonho se apoia em *restos diurnos*, que são experiências ocorridas no dia anterior – mesmo que triviais – associadas a algum processo interno por elas tornado recente, bem como em excitações sensoriais ocorridas durante o sonho. Freud faz uma diferenciação entre conteúdo manifesto e conteúdo latente, colocando que é deste último que se pode depreender o sentido do sonho e que se trata aqui de um processo inconsciente, marcando uma posição diferente das demais abordagens dos sonhos, que tratam de seu conteúdo manifesto (FREUD, 1900/1996).

esclarecimento da dinâmica psíquica em geral. Neste mesmo texto, no capítulo VII, é apresentada a noção de aparelho psíquico como instrumento constituído por instâncias ou sistemas, como abordaremos mais adiante (FREUD, 1900/1996).

Segundo Garcia-Roza (1993a), podemos considerar, a partir dos três textos referidos anteriormente, que o funcionamento do psiquismo é formulado por Freud segundo três modelos: o aparelho de linguagem (em 1891), o aparelho neuronal ou de memória (em 1895), e o aparelho anímico ou psíquico (em 1899). Desde o aparelho de linguagem, o que se destaca é sua constituição não a partir da relação com o mundo, mas a partir da relação com outro aparelho de linguagem. Quando Freud trata de representações (*Vorstellungen*), não as propõe como entidades psicológicas em referência às coisas, mas em sua função significante, remetendo umas às outras e formando entre si uma rede de articulações. O aparelho psíquico, então, é concebido não como algo da ordem do psicológico, já constituído de antemão para em um momento posterior entrar em relação com o mundo, mas sim como um aparelho simbólico, marcando seu propósito de construir uma abordagem diferente das construções teóricas da psicologia, a abordagem metapsicológica. O conceito de supereu, como estudaremos neste trabalho, indica, contudo, a existência de elementos que, ainda que constituam o psiquismo, não puderam ser assimilados – isto é, simbolizados – nessa rede de articulações, mas ocupam uma posição diferenciada como instância estranha ao eu.

Elaborando uma síntese de sua teoria, Freud escreve em 1915 os *Artigos sobre metapsicologia*, nos quais esclarece conceitos fundamentais da psicanálise, dentre os quais podemos citar os conceitos de pulsão e de recalçamento, bem como uma elaboração mais aprofundada sobre o inconsciente. Posteriormente, Freud propõe a reformulação da representação estrutural do psiquismo conhecida como segunda tópica (FREUD, 1923a/1996). Esta reformulação não vem substituir as noções anteriormente desenvolvidas, mas amplia as possibilidades de abordar o funcionamento psíquico a partir da revisão de conceitos em razão de necessidades teóricas e clínicas, levando ao delineamento de uma nova concepção da estruturação psíquica, como abordaremos no próximo capítulo.

Nos pontos indicados anteriormente, notamos que no decorrer da obra freudiana são propostos diferentes modelos que não são uma evolução de uma concepção para a outra, mas consistem em ênfases diversas sobre um mesmo objeto – o aparelho psíquico. Em nosso estudo do supereu, poderemos identificar que este conceito não emerge

subitamente, mas toma forma em consonância com o movimento que ilustramos neste tópico. Apresentaremos a seguir o problema na teoria das pulsões quanto à caracterização de um monismo ou de um dualismo pulsional, o qual encontrará uma resposta com a introdução do conceito de supereu.

1.2 MONISMO OU DUALISMO PULSIONAL

Uma das mais importantes alterações na metapsicologia consiste na reformulação da teoria das pulsões, que implica a passagem do contraste entre pulsão sexual e pulsão de autoconservação para a introdução do par pulsão de vida e pulsão de morte. Com esta reformulação, a qual surge a partir do conceito de narcisismo, instaura-se uma dificuldade relacionada à caracterização do dualismo pulsional. Apresentaremos aqui essa questão por considerarmos que o conceito de supereu surge como possibilidade de resolver esta dificuldade, na medida em que articula a teorização da ação da pulsão de morte no psiquismo.

Iniciaremos pela apresentação do conceito de pulsão. É pertinente esclarecer uma questão terminológica que diz respeito ao uso por Freud das palavras alemãs *Trieb* e *Instinkt*, que em momento algum são tomadas como sinônimos – na verdade, ele raramente usa a palavra instinto em seus textos. Roudinesco & Plon (1998) salientam que o termo *Trieb* é utilizado para assinalar a particularidade do psiquismo humano, enquanto *Instinkt* é reservado aos comportamentos animais. *Trieb*, como indicam os autores, remete a um impulso independente de orientação ou objetivo, uma ideia à qual corresponde a palavra pulsão como tradução mais adequada, evitando assim confusões entre o processo pulsional e as noções de instinto e tendência. A partir da tradução da obra freudiana do alemão para o inglês (e deste para o português), contudo, desconsiderou-se essa diferenciação fundamental marcada pela teoria das pulsões, à medida que foi escolhida a palavra instinto para traduzir *Trieb*⁶.

A definição de instinto, sobretudo biológica, indica um padrão fixo de conduta, hereditariamente determinado, isto é, uma ligação hereditariamente estabelecida entre o alvo – a satisfação – e um objeto

⁶ Roudinesco & Plon (1998) sugerem que James Strachey, responsável pela tradução inglesa da obra freudiana, possivelmente escolheu a palavra *instinct* em vez de *drive* para designar o conceito de *Trieb* por sua fidelidade ao intuito freudiano de articular psicanálise e biologia.

específico, características estas não presentes na pulsão. Os padrões sob os quais a pulsão opera são fixados ao longo da história do sujeito, não havendo predeterminação quanto ao alvo e quanto ao objeto⁷. A respeito da sexualidade – pois é primordialmente este âmbito que possibilita uma definição mais clara de pulsão – fica marcada a diferença entre pulsão e instinto na medida em que este é identificado como tendo função de reprodução, enquanto para aquela o fundamental não é a reprodução, mas o prazer. Em consequência, do ponto de vista do instinto, caracterizam-se como perversas as condutas que desviam da finalidade de reprodução, ao passo que do ponto de vista da pulsão, não havendo objeto nem alvo específicos para a obtenção de prazer, torna-se imprecisa a caracterização do que seriam condutas desviantes (GARCIA-ROZA, 2005).

Como salientam Roudinesco & Plon (1998), a pulsão é definida em um trecho acrescentado aos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* em 1910 como conceito situado na fronteira entre o somático e o psíquico, uma definição que se mantém ao longo da obra freudiana. Postulando sua referência a um estímulo originado no corpo que se faz representar no psiquismo, impondo-lhe uma exigência de trabalho, Freud (1915a/1996) diferencia os estímulos pulsionais dos estímulos exógenos. Estes, nos atingindo do mundo exterior, atuam como uma força de impacto momentâneo e podem ser afastados pela fuga mediante uma ação conveniente, tornando-se uma disposição hereditária. Os estímulos pulsionais, por sua vez, originados no próprio

⁷ Freud (1905/1996; 1915a/1996) postula que a montagem da pulsão se dá por quatro elementos. O *alvo* é sempre a satisfação, que pode ser alcançada por diversos caminhos, ao eliminar o estado de estimulação. O *objeto* é aquilo através do qual pode ser atingido o alvo e, não sendo originalmente ligado à pulsão, é o que nela há de mais variável, sofrendo quantas modificações forem necessárias conforme os destinos dados à pulsão, podendo um objeto simultaneamente servir à satisfação de várias pulsões e, inclusive, podendo ser parte do próprio corpo. A *pressão* é o fator motor, essência da pulsão, pois ela é sempre ativa, uma quantidade de força ou exigência de trabalho, ainda que tenha fins passivos. A *fonte* é o processo somático, a parte do corpo que é estimulada, e que embora determine a pulsão, não é invariavelmente necessário seu conhecimento exato para a investigação psicológica, não sendo do âmbito da psicologia o seu estudo. A parte do corpo em questão não se restringe às zonas erógenas predestinadas, pois qualquer ponto da pele ou da mucosa pode assumir a propriedade erógena. A sensação de prazer, deste modo, é produzida mais pela qualidade do estímulo do que pela natureza da parte do corpo em questão.

organismo, exigem ações complexas e não podem ser afastados, pois se constituem como uma força constante e inevitável. A exigência pulsional, na medida em que também se distingue da necessidade – a qual, como a pulsão, é um estímulo endógeno, de fonte igualmente somato-fisiológica – não pode ser satisfeita por nenhum objeto.

A pulsão se apoia sobre uma função vital, mas este apoio marca, justamente, a diferenciação entre instinto e pulsão. Segundo Freud (1905/1996), a atividade sexual apoia-se no início em uma função de preservação da vida, dela se tornando independente secundariamente. Por exemplo, a sensação de prazer que a criança encontra nos lábios, derivada da função de sucção que primariamente visava ao alimento, produz também uma excitação cuja satisfação não se reduz à pura saciedade alimentar. Neste sentido, Garcia-Roza (1995; 2005) afirma que a pulsão é um desvio em relação ao instinto, isto é, a pulsão sexual é um instinto desnaturalizado. Mas não se trata simplesmente de um desvio do biológico, pois a pulsão é desviante em si mesma. Disso decorre uma concepção ampliada do conceito de sexualidade, aqui concebida como polimorfa e aberrante, pois a pulsão sexual não tem como finalidade a preservação da espécie, não é adaptativa, mas uma sexualidade errante que se realiza em forma de pulsões parciais. Isso significa que as pulsões têm como fonte não a totalidade do corpo, mas partes deste; e, operando como uma força indeterminada e constante sem objeto predeterminado nunca alcançam a satisfação plena. A pulsão, então, apresenta-se como tendência coercitiva à satisfação, não podendo ser destruída ou inibida. Sua satisfação, por ser sempre parcial, faz com que a pulsão persista em seu caráter de indestrutibilidade.

Conforme Garcia-Roza (2005), a teoria das pulsões, em sua concepção inicial, apoiava-se na distinção entre *pulsões sexuais* e *pulsões de autoconservação ou do eu*, diferenciadas de acordo com seus objetivos e a energia a elas subjacente. As pulsões sexuais têm como energia a libido e seu objetivo é a satisfação, a qual pode ser alcançada com objetos fantasmáticos, enquanto que as pulsões do eu teriam outra forma de energia, referida como “interesse”, e estariam a serviço da autoconservação do indivíduo, necessitando de um objeto real para encontrar satisfação. Posteriormente, com a elaboração do conceito de narcisismo, em uma palavra, a ideia de haver um investimento libidinal no próprio eu, a dualidade de pulsões sexuais e pulsões do eu não mais se sustenta, sendo a energia de ambas a libido, apenas diferenciada em objeto ou narcísica, conforme o investimento se dê em um objeto ou no próprio eu. Destarte, a pulsão sexual é considerada o modelo da pulsão

em geral, sendo questionável, para o autor, se Freud consegue, em algum momento, caracterizar uma pulsão não-sexual.

Com o conceito de narcisismo, Freud (1914/1996) esclarece que também na pulsão de autoconservação há um componente libidinal, um investimento no eu que pode ser atribuído a qualquer criatura viva, sendo o eu considerado o reservatório original da libido. A partir disso, propõe a distinção entre duas classes de pulsões: uma delas, mais acessível ao estudo, abrangendo a pulsão sexual e a pulsão de autoconservação; e a outra, designando uma pulsão cuja existência é mais difícil de indicar (FREUD, 1923a/1996). Uma nova concepção da teoria das pulsões é, então, apresentada em *Além do princípio de prazer*, de 1920, que trata das forças que operam na substância viva a partir da relação entre as *pulsões de morte* enquanto busca pelo retorno ao estado inanimado, e as *pulsões de vida* enquanto busca contínua de renovação e prolongamento da vida.

Com a subversão do dualismo realizada pelo conceito de narcisismo, Freud parece ter tentado abandonar a concepção dualista em favor de um monismo pulsional, uma hesitação que somente foi evocada em 1923, após já ter sido introduzido o novo dualismo pulsional, como apontam Roudinesco & Plon (1998). Neste momento, Freud (1923 [1922]/1996) aponta a dúvida inicial sobre a existência de diferenças qualitativas entre as pulsões sexuais e de autoconservação, pois a natureza desta última classe de pulsões teria permanecido indefinida. Indica, ainda, que o conceito de narcisismo traz a exigência de uma modificação na teoria, de modo a considerar não um conflito entre pulsões sexuais e de autoconservação, mas entre libido objetal e do eu, já que a natureza das pulsões seria mesma.

Segundo Roudinesco & Plon (1998), o novo dualismo pulsional teve grande repercussão, atingindo tanto o pensamento filosófico, quanto o próprio meio psicanalítico, no qual provocou rejeições e polêmicas. Essa elaboração tem como particularidade um caráter especulativo, que foi alvo de críticas por parte de seus adversários por ser considerado uma “falha redibitória” (p. 631). Reconhecendo a obscuridade de sua teoria, contudo, Freud a reivindicou como característica da própria pulsão, uma entidade mítica e imprecisa. Se, por um lado, a noção de pulsão de morte foi alvo de críticas com base na alegação da falta de provas empíricas de sua existência, por outro lado, Freud encontra na destruição, na agressividade não erotizada, no masoquismo, nas resistências que se interpõem ao trabalho da análise e na culpa neurótica evidências suficientes para afirmar a existência da pulsão de morte.

Winograd (2004) aponta questionamentos a respeito de a teoria freudiana ser um monismo, um dualismo ou mesmo um pluralismo, indicando que essa categorização depende da ênfase atribuída a determinados aspectos da teoria. Assim, segundo a autora, pode-se considerar haver na teoria um monismo se enfatizarmos que a metapsicologia toma como base o materialismo freudiano; um dualismo, se considerarmos o uso de pares (antes complementares que opostos); ou ainda um pluralismo, na medida em que a partir desses pares se produzem singularidades. Na teoria das pulsões, por um lado, seria possível entender como dualismo as dualidades pulsão sexual e pulsão de autoconservação e, posteriormente, pulsão de vida e pulsão de morte. Por outro lado, se considerarmos que a pulsão originalmente é indeterminada, uma força única que apenas se diferencia conforme as magnitudes de excitação e a forma como esta força se presentifica no psiquismo, caracterizaríamos a concepção freudiana como monista. Seguindo esta ponderação, seria igualmente correto utilizar as expressões dualismo pulsional e monismo pulsional (WINOGRAD, 2004).

Sobre a caracterização da teoria freudiana com termos como monismo, dualismo e pluralismo, Winograd (2004) alerta que rotular uma construção teórica dessa maneira, ao invés de auxiliar em sua compreensão, acaba por produzir uma redução de sentido que dificulta o entendimento, pois o uso de tais termos faz referência a conjuntos excessivamente genéricos e abstratos, incapazes de efetivamente ensinar algo sobre o objeto de estudo. A produção de Freud apresenta a singularidade de não poder ser satisfatoriamente classificada em categorias genéricas. Assim, a autora admite que no máximo podemos considerar a construção teórica freudiana como sendo ao mesmo tempo monista, dualista e pluralista, pois afirmar somente uma destas perspectivas seria desconsiderar sua complexidade. Ainda que consideremos pertinente esta reflexão, entendemos que considerar a metapsicologia desta maneira mantém a obscuridade, especialmente em torno da ideia de pulsão de morte. Entendemos que, pretendendo a proposta freudiana uma teoria dualista, se faz necessário um posicionamento mais definido para essa questão.

Parece-nos oportuna a possibilidade de solucionar este problema indicada por Garcia-Roza (1995), que propõe entender o dualismo pulsional a partir de um deslocamento de sua incidência, isto é, não como dualismo de *natureza* das pulsões, mas como dualismo de *modos* da pulsão, pois a multiplicidade de pulsões advém não de uma diferença ontológica, mas da maneira como se manifestam. Assim, salienta que

Freud não considera a existência de diferenças qualitativas entre pulsões. Destaca a pulsão como sendo, em si mesma, uma pura potência dispersa, que não possui ordem, apenas se submetendo a uma organização ao ser mediada por uma representação – posto que a pulsão em si não é apreensível, apenas o são os seus representantes. “Enquanto pura potência, a pulsão é vazia de forma, de sentido; não é nem sexual, nem agressiva, nem de sociabilidade, mas pulsão pura e simplesmente” (p. 161). A possibilidade de conceber este caos pulsional é introduzida pelo conceito de pulsão de morte. O dualismo pulsional pode, desta forma, ser entendido como modos de presentificação no psiquismo de uma força de natureza única: ao se fazer presente de modo conjuntivo, promovendo uniões, é chamada pulsão de vida; ao se presentificar de modo disjuntivo, “fazendo furo”, é considerada pulsão de morte.

Não obstante a modificação da teoria, Freud considera não haver nada que justifique a rejeição da ideia segundo a qual as neuroses estariam baseadas num conflito pulsional, revelando uma insistência em manter uma concepção baseada no contraste entre duas classes de pulsões. Afirma que se este contraste era inicialmente, em certo sentido, uma distinção qualitativa, com a reformulação da teoria passa a ser uma distinção topográfica (FREUD, 1920/1996). Em outras palavras, se Freud altera sua concepção das pulsões, permanece sua formulação baseada na dualidade. A esse respeito, Garcia-Roza (2005) comenta que se pode dizer que o dualismo atravessa a elaboração teórica freudiana em conformidade com o papel fundamental da noção de conflito psíquico na psicanálise. Mas, ainda que se constate a intenção de Freud de elaborar sua teoria em termos dualistas, permanece o problema de como apreender uma pulsão que, conforme anuncia Freud (1930 [1929]/1996), opera no organismo de modo silencioso, como uma tendência imperceptível, exceto quando sua presença é traída por estar ligada à pulsão de vida. Isto é, a dificuldade em torno da questão do dualismo ou monismo pulsional decorre particularmente da obscuridade do conceito de pulsão de morte. O supereu se apresenta como solução a este problema, pois, como veremos, essa instância elucida a ação disjuntiva de elementos pulsionais que, embora constituam o psiquismo, não podem ser integrados à rede de representações que constituem o eu, o que é o mesmo que dizer que não podem ser simbolizados ou ligados às ações da pulsão de vida. Noutras palavras, ao postular a ocorrência do supereu como instância topológica e cuja função seria instituir uma via manifestação da pulsão que não buscasse a ligação a objetos ou representações do eu, mas a repetição da pulsão como perda, Freud parece ter optado pela tese de que, não obstante se tratar da mesma

pulsão, ela manifesta-se de duas formas distintas, quais sejam, a via do eu e a via do supereu.

1.3 A COMPULSÃO À REPETIÇÃO

Além da questão do dualismo pulsional após a reformulação da teoria das pulsões devemos, para os propósitos deste trabalho, apresentar uma questão que se manifesta como uma tendência a reencontrar compulsivamente o fracasso e a perda, questão esta que enseja a formulação do conceito de supereu: a compulsão à repetição. Conforme salienta Rudge (2006), a compulsão à repetição, evidenciada na clínica como uma vocação para o pior e uma posição sacrificial, embora intimamente relacionada ao conceito de pulsão de morte, não é por este suficientemente elucidada. O supereu emerge como um conceito fundamental à teorização dessa repetição destrutiva, bem como à intervenção clínica diante de suas manifestações, possibilitando o entendimento e o manejo da pulsão de morte. Essencial para a articulação dessa problemática foram os fenômenos patológicos, pois conforme aponta Freud (1933 [1932]a/1996, p. 64), “a patologia, tornando as coisas maiores e mais toscas, pode atrair nossa atenção para condições normais que de outro modo nos escapariam”. Nesse sentido, os sintomas neuróticos, os delírios e alucinações característicos da paranoia, e o quadro clínico produzido na melancolia foram cruciais para a compreensão de relações estruturais e aspectos constitutivos do psiquismo de maneira geral.

Segundo Roudinesco & Plon (1998), a compulsão à repetição torna-se objeto da reflexão freudiana em 1914, no artigo *Recordar, repetir, elaborar*. Neste momento, a repetição é identificada na clínica como estando ligada à transferência⁸. Em 1920, no texto *Além do princípio do prazer*, a partir da observação de situações nas quais o sujeito revive continuamente situações dolorosas, como nas brincadeiras infantis e nas neuroses de guerra, é aprofundada a reflexão sobre a força pulsional que leva à repetição, traduzindo a impossibilidade de evitar o movimento regressivo, um funcionamento psíquico que não pode ser explicado pela regulação pelo princípio de prazer e que enseja a elaboração da noção de pulsão de morte.

⁸ De forma simplificada, a transferência é em fenômeno essencial no processo analítico, referindo-se à repetição dos desejos inconscientes do analisando em sua relação com o analista (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Contudo, esse funcionamento psíquico mais originário do que o princípio do prazer já havia sido anunciado em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*. Neste momento da teoria freudiana, o funcionamento psíquico é entendido como sendo estruturado por duas vivências: a *vivência de satisfação*, que se refere à satisfação de uma necessidade, disso se originando o “desejo”, isto é, ao reaparecer o estado de carência, a inclinação a reinvestir o objeto que proporcionou a satisfação; e a *vivência de dor*, que consiste na recepção, pelo aparelho neuronal, de grandes quantidades de excitação, por conta de uma falha em suas defesas contra quantidades muito intensas. A obra em questão apresenta, ainda, as definições de processo primário e processo secundário. O processo primário é definido como um funcionamento orientado pela tendência à descarga de toda excitação, então denominada como princípio de inércia, de modo que a excitação seguiria sem inibições ou direcionamentos, conforme a facilitação (*Bahnung*) nas conduções neuronais. Esse funcionamento implica que representações que produzem desprazer seriam reativadas, o que está relacionado especialmente à vivência de dor. O processo secundário, por sua vez, seria instaurado a partir do direcionamento e inibição do processo primário, conforme o eu se constitua e possa dominar este funcionamento mais originário. Deste modo, o eu submete as recordações a uma ligação (*Bindung*) que as integre aos circuitos que o constituem. No caso dos processos decorrentes da vivência de dor, no entanto, essa ligação é mais problemática do que nos processos decorrentes da vivência de satisfação. As recordações “indomadas” associadas à vivência de dor, isto é, ainda não reguladas pelo eu, estando sob o domínio do princípio de inércia, produziriam repetições que geram desprazer. Posteriormente, a tendência originária à inércia é substituída pela tendência à constância, à medida que o aparelho deixa de investir tão intensamente as representações, produzindo ligações e armazenando um determinado nível de quantidade de excitação. Ainda assim, os processos relativos à vivência de dor continuariam ocorrendo, pois seriam necessárias reiteradas tentativas de estabelecer ligações para possibilitar ao eu dominá-los (CAROPRESO & SIMANKE, 2006; CAROPRESO & MONZANI, 2012).

Encontramos, aqui, a hipótese de um funcionamento psíquico originário que leva a repetições que produzem desprazer, ao menos até que sejam realizadas ligações suficientes para inibir esse processo. Essa ideia, no entanto, é deixada de lado em *A interpretação dos sonhos*, momento em que é formulada a noção de princípio do prazer, segundo a qual as representações desprazerosas seriam excluídas, deixando

implícito que o investimento de tais representações estaria inibido desde o início. Após a instauração de um funcionamento secundário, resultante de uma modificação do princípio de prazer denominada de princípio de realidade, seria possível o acesso às representações que produzem desprazer, mas a liberação deste também seria inibida. A vivência de satisfação parece ser considerada a vivência originária na estruturação psíquica, não mais sendo mencionadas as consequências da vivência de dor ou as tentativas de ligar representações “indomadas”. Apenas em *Além do princípio do prazer* a ideia de vivência de dor é retomada, neste momento como trauma psíquico, entendido como consequência de uma falha na proteção do aparelho psíquico contra excitações muito intensas. Tais excitações irrompem no psiquismo produzindo desprazer, o que ocasiona contra-investimentos visando a ligar as excitações desprazerosas. Isso significa que o investimento em representações ainda não ligadas não pode ser evitado, ainda que produza desprazer, de modo que a compulsão à repetição é o funcionamento que rege processos cuja função é de promover a ligação da excitação, sendo que apenas após ter sido alcançado esse objetivo é possível a regulação pelo princípio do prazer (CAROPRESO & SIMANKE, 2006). Assim, como indicam Caropreso & Monzani (2012, p. 611), “se no início da teoria freudiana, a dor e o desejo estão na base dos processos psíquicos, na sua etapa intermediária, apenas o desejo permanece para, no fim, ceder espaço novamente à vivência de dor e, inclusive, conceder-lhe um papel mais originário”.

A elaboração da noção de compulsão à repetição, ligada à introdução do conceito de pulsão de morte, é, na verdade, a elucidação de uma problemática que atravessa a obra freudiana desde o início. Esta problemática é temporariamente preterida à época da construção da primeira tópica, concepção que postula que os processos psíquicos, normais ou patológicos, têm sua origem no recalçamento do desejo, caracterizando uma restrição da elaboração apresentada no *Projeto para uma psicologia científica*. Na primeira tópica são abandonadas estruturas decisivas que figuravam na concepção deste texto inicial, em especial o núcleo que consistia na instância pulsional e o eu. Com a retomada, em *Além do princípio do prazer*, do problema da repetição, é resgatado o aspecto traumático do mundo externo, e caracteriza-se o essencial na atividade pulsional (CAROPRESO & SIMANKE, 2006).

O esquema de aparelho psíquico proposto por Freud na primeira tópica o concebe como defesa contra impressões e representações aflitivas ou desprazerosas, postulando que a busca pelo prazer é reguladora da atividade psíquica. Contudo, nessa concepção resta

inexplicada a repetição, a tendência a compulsivamente reencontrar o fracasso e a perda, cuja ação é revelada na clínica. Faz-se necessário o reconhecimento e a teorização desse funcionamento “além do princípio do prazer”, que escapa à defesa pelo recalçamento. A possibilidade de teorizar esse funcionamento psíquico paradoxal, a presença estranha que impele ao sofrimento, será alcançada com o conceito de supereu.

A partir de 1920, permanece nos textos freudianos a questão desse funcionamento paradoxal que é denunciado na clínica em fenômenos não justificáveis apenas por meio da interpretação do desejo inconsciente. Freud (1923a/1996; 1924a/1996) identifica, assim, que o trabalho analítico, em certas pessoas, defronta-se com algo que se opõe ao restabelecimento, de modo que expressões de esperança ou satisfação pelo progresso da análise são recebidas pelo sujeito com descontentamento, ocorrendo, invariavelmente, uma piora em seu estado. Estas pessoas têm seus sintomas exacerbados diante de soluções parciais que, para outros, produziriam melhoras; o tratamento faz com que fiquem piores e a aproximação do restabelecimento é temida, fenômeno denominado *reação terapêutica negativa*. O esforço em preservar o sofrimento também se expressa no fato de que as pessoas nessa condição não suportam elogios ou sinais de apreciação. A satisfação encontrada na doença e a recusa a prescindir do sofrimento, como efeitos de um sentimento de culpa e de uma tendência masoquista, constituem uma das resistências mais difíceis de superar.

A estranha economia psíquica revelada no estudo das neuroses indica uma busca pelo sofrimento na qual a neurose pode, inclusive, desvanecer na condição de que este seja mantido, substituído por outra forma, como uma doença orgânica grave, um casamento malsucedido ou uma grande perda financeira, por exemplo (FREUD, 1924a/1996). Posteriormente, Freud (1936/1996) indica essa economia psíquica paradoxal também no caso de pessoas que são aniquiladas pelo sucesso, adoecendo quando um desejo seu é realizado, contrariando o que ocorre geralmente com as pessoas, que adoecem por conta da frustração de um desejo ou de uma necessidade. Os casos de pessoas arrasadas pelo êxito são exemplos de um pessimismo ou de um sentimento de culpa ou inferioridade, fazendo com que não esperem ou não se sintam merecedoras de algo bom. Encontramos aqui manifestações de algo que somente foi possível teorizar com o conceito de supereu.

Considerando a complexidade do conceito de supereu e as interpretações controversas que dele foram realizadas, distanciando-o da proposta freudiana, encontramos na apresentação metapsicológica uma possibilidade de delinear o conceito em questão, a partir de sua

elaboração por Freud e de contribuições de comentadores de sua obra, visando a elucidar a importância dessa instância na teoria psicanalítica. A apresentação de aspectos do supereu conforme os pontos de vista topográfico, dinâmico e econômico não significa, contudo, que estes indiquem uma divisão do conceito, mas sim um recurso para estudá-lo sob diferentes perspectivas. Cada um dos pontos de vista implica os outros dois, pois, no funcionamento psíquico, estes aspectos são interdependentes. Nos próximos capítulos, apresentaremos o supereu sob cada ponto de vista para delimitar seu lugar, gênese e função, no intuito de explicitar o estatuto dessa instância na estruturação psíquica como possibilidade de teorizar o funcionamento psíquico paradoxal em relação à regulação pelo princípio do prazer. Com isso, esclareceremos a importância do supereu na articulação de uma teoria da pulsão de morte e da destrutividade no psiquismo, bem como na abordagem da repetição do fracasso e do sofrimento identificada na clínica e na cultura. Todavia, ainda nos falta esclarecer qual o lugar específico do supereu na topologia freudiana, bem como qual sua dinâmica específica e quais meios de satisfação pulsional correspondem ao supereu. Esse será o tema dos próximos três capítulos.

CAPÍTULO 2 – O LUGAR DO SUPEREU

No capítulo anterior, realizamos uma exposição acerca do desenvolvimento da metapsicologia freudiana e, buscando contextualizar o surgimento do conceito de supereu, apresentamos um panorama de duas questões que motivaram sua introdução na teoria psicanalítica – a questão do dualismo pulsional após a reformulação da teoria das pulsões e a questão da compulsão à repetição. Neste capítulo, iniciaremos a apresentação metapsicológica do supereu, estudando-o sob a perspectiva topográfica. Com isso, visamos a estabelecer o lugar que este conceito ocupa na estruturação psíquica. Inicialmente, esclareceremos a que se refere a ideia de topografia, fazendo uma explanação sobre os esquemas conhecidos como primeira e segunda tópicos. Em seguida, veremos que sob o ponto de vista topográfico o supereu se caracteriza como uma instância em posição de exterioridade em relação ao eu, sendo a noção de estranho crucial para o entendimento de seu lugar no psiquismo.

2.1 O PONTO DE VISTA TOPOGRÁFICO

A noção freudiana do psiquismo implica sua organização em lugares psíquicos ou instâncias e a busca por identificar em quais destes lugares ocorrem os processos psíquicos. Dois esquemas de tal constituição sistemática são propostos por Freud: a *primeira tópica*, composta pelos sistemas inconsciente, pré-consciente e consciente; e a *segunda tópica*, na qual figuram o eu, o isso e o supereu. Os marcos da constituição destes esquemas na literatura psicanalítica são, respectivamente, os textos *A interpretação dos sonhos* e *O ego e o id*. Neste tópico, discorreremos sobre estes dois esquemas para explicitar a que se refere a noção de lugares psíquicos e porque, como veremos adiante, embora o supereu seja introduzido como conceito da segunda tópica, encontramos suas noções precursoras desde a primeira tópica.

Iniciaremos, então, esclarecendo o que se deve entender por sistemas ou instâncias no discurso freudiano. Embora seja proposta a especificação de lugares e, de certa forma, uma configuração espacial do aparelho psíquico, essas noções não devem ser confundidas com uma localização física ou anatômica. Trata-se de regiões ligadas aos mecanismos psíquicos, de modo que uma teoria que visasse situá-las anatomicamente em partes cerebrais, apenas encontraria o fracasso (FREUD, 1915c/1996; 1925 [1924]/1996). Não obstante Freud tenha iniciado sua trajetória partindo de referenciais biológicos, usando uma

terminologia neurológica em seus textos, logo desloca sua posição para formular sua teoria em termos psíquicos. É pertinente o comentário de Lacan (1954-1955/2010, p. 108) a esse respeito:

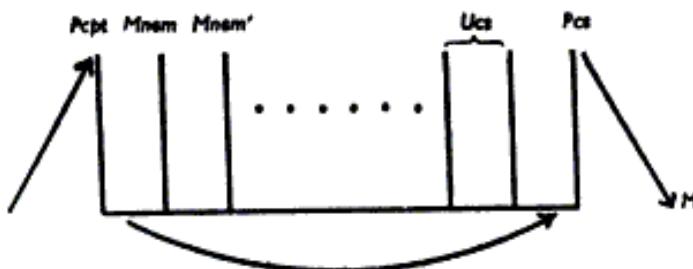
A biologia freudiana não tem nada a ver com a biologia. Trata-se de uma manipulação de símbolos no intuito de resolver questões energéticas, como manifesta a referência homeostática, a qual permite caracterizar como tal não só o ser vivo, mas também o funcionamento de seus mais importantes aparelhos. É em torno desta questão que gira a discussão inteira de Freud – energeticamente, o que é o psiquismo? É aí que reside a originalidade do que em sua obra se chama o pensamento biológico.

O texto *A interpretação dos sonhos* mostra-se decisivo na introdução da noção de lugares psíquicos. Neste, Freud (1900/1996) retoma questões que haviam sido abordadas no *Projeto para uma Psicologia Científica* sob o referencial neurológico, reformulando-as em função de representações e processos psíquicos. Salienta que sua proposta é de permanecer no campo psicológico e que, para isso, despreza completamente a concepção do aparelho psíquico como situado anatomicamente. Para tentar tornar inteligível seu funcionamento, Freud sugere visualizar este aparelho como um microscópio ou telescópio. Nesses instrumentos, os estágios preliminares da imagem são produzidos em pontos ideais no interior do aparelho, ou seja, em lugares não situados em componentes tangíveis. De forma análoga, a localização psíquica refere-se a instâncias ou sistemas nos quais, segundo determinados modos de funcionamento, ocorrem os processos psíquicos. Estes sistemas se encontram em uma relação espacial constante, significando, com isso, não uma conformação física, mas que estão dispostos de modo a estabelecer uma sequência ou direção para a atividade psíquica.

Assim, no capítulo VII da obra referida, Freud (1900/1996) apresenta a concepção do aparelho psíquico formado por sistemas que ficou conhecida como a primeira tópica. A atividade psíquica é, aqui, entendida como iniciada por estímulos internos ou externos e terminando em inervações. Deste modo, numa extremidade do aparelho, situa-se o sistema perceptual (*Pcpt.*) e na outra extremidade, o sistema motor. As percepções produzem modificações permanentes, os traços mnêmicos (*Mnem.*), que constituem a memória e possibilitam que a ela

sejam associadas novas percepções. O sistema *Pcpt.*, no entanto, não é capaz de reter modificações ou traços associativos, não tem memória, mas é o responsável por suprir a consciência de qualidades sensoriais; as lembranças, por sua vez, são inconscientes, sendo preservadas por outro sistema. Na extremidade motora do aparelho, Freud situa o sistema pré-consciente (*Pcs.*), cujos processos podem facilmente ter acesso à consciência, e por trás deste, o sistema inconsciente (*Ics.*), cujos processos não têm acesso à consciência sem se submeter a modificações e têm como forças as moções de desejo. Temos, então, o seguinte esquema:

Figura 1 – O aparelho psíquico conforme a primeira tópica.



Fonte: FREUD, Sigmund. A interpretação dos Sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1900) 1996. v. V, p. 571.

A partir da investigação dos sonhos, torna-se possível supor a existência de um “guardião crítico” entre os sistemas *Ics.* e *Pcs.*, o qual durante o sono repousa – embora não completamente –, inibindo o caminho à motilidade e possibilitando que as moções de desejo do *Ics.* se manifestem nos sonhos como realização de desejo. O sistema *Ics.* pode apenas desejar, e tais desejos são caminhos que podem sempre ser percorridos, isto é, estão sempre ativos. Assim, os processos deste sistema são indestrutíveis, não se tornam passado e não são esquecidos. Já o sistema *Pcs.*, regulando os processos de investimentos e a retirada destes, busca manter em estado de quiescência a maior parte dos investimentos, para evitar o dispêndio desnecessário de energia (FREUD 1900/1996).

Ambos os sistemas operam segundo o princípio do desprazer, o que significa que as liberações de prazer e desprazer regulam os

processos de investimento. No entanto, o *Ics.* é orientado para a livre descarga das excitações, enquanto o *Pcs.* realiza a inibição das descargas para tornar o investimento quiescente e, ao suspender a inibição, permite que as excitações sejam descarregadas no movimento. São diferenciados, assim, dois modos de funcionamento no aparelho psíquico: os *processos primários*, que existem desde o início, são exclusivos do sistema *Ics.* e buscam a descarga de excitação, podendo ser definidos como processos irracionais; e os *processos secundários*, que são característicos do sistema *Pcs.* e se desenvolvem ao longo da vida, sobrepondo-se aos processos primários de modo a inibi-los. Devido ao surgimento tardio dos processos secundários, as moções de desejo inconscientes, âmagos do sujeito, não são compreendidas ou inibidas pelo *Pcs.*, que pode tão somente direcioná-las por vias mais convenientes. Deste modo, as moções de desejo infantis que contradizem as representações dos processos secundários, não podendo ser destruídas, são subtraídas ao *Pcs.* Nisso consiste o processo de recalçamento, cuja essência é a transformação do afeto, pois a satisfação de tais desejos não mais provocaria prazer, mas desprazer (FREUD 1900/1996).

Quanto à consciência, Freud (1900/1996) a concebe como um órgão com funções próprias denominado sistema consciente (*Cs.*). Este sistema tem a função de percepção de qualidades psíquicas, recebendo material excitatório vindo do sistema *Pcpt.* e do interior do próprio aparelho psíquico, bem como de regulação e direcionamento dos investimentos a partir da percepção de prazer e desprazer. A respeito da transição de um ato psíquico do *Ics.* para o *Cs.*, podem ser consideradas duas possibilidades: a primeira, de que essa transposição implica um novo registro da ideia, mantendo, contudo, o registro inconsciente, possibilitando sua existência em duas localizações simultaneamente, em conformidade com a topografia que diferencia os sistemas *Ics.* e *Pcs.*; e a segunda, *à priori* mais provável, de que a ideia passaria tão somente por uma mudança de estado, isto é, uma mudança funcional que ocorreria na mesma localização (FREUD, 1915c/1996).

Nesta concepção de aparelho psíquico, como salienta Freud (1900/1996), o uso do termo inconsciente diferencia-se do uso do termo pelos filósofos, pois não se trata simplesmente de indicar o contraste com os processos conscientes. É introduzida, então, a noção de inconsciente como algo não mais meramente *descritivo*, mas como inconsciente *sistemático*. Do ponto de vista descritivo, ambos os sistemas *Ics.* e *Pcs.* são inconscientes, mas do ponto de vista sistemático, o *Pcs.* refere-se a processos que podem vir a alcançar a consciência,

enquanto que o *Ics.* refere-se a algo inadmissível à consciência, processos que operam segundo uma lógica diferenciada. Entre o *Ics.* e o *Cs.* opera a censura, situando-se o *Pcs.* como uma espécie de tela que submete à crítica a atividade do *Ics.*, barrando o acesso à consciência.

O termo eu vinha sendo utilizado por Freud desde suas primeiras publicações, caracterizando algo que se diferenciaria do inconsciente. Entretanto, a partir do delineamento mais aprofundado da noção de inconsciente e de modificações no conceito de eu, sobretudo da descoberta de que parte do eu é inconsciente, surge uma concepção das instâncias que constituem o aparelho psíquico que não é mais centrada no critério de consciência. Isso significa também uma mudança na forma como a topografia é concebida. Mais do que sistemas que representam localizações psíquicas nas quais ocorrem determinados processos, bem como diferentes registros dos conteúdos que se inscrevem no aparelho psíquico, a nova descrição do *topos* implica pensar as instâncias como agentes dos processos psíquicos, com diferentes modos de operar, cada instância constantemente exercendo influências sobre as demais.

A segunda tópica considera, então, o aparelho psíquico como sendo constituído pelas instâncias *eu*, *isso*, e *supereu*. Temos, assim, o seguinte esquema do aparelho psíquico:

Figura 2 – O aparelho psíquico conforme a segunda tópica.

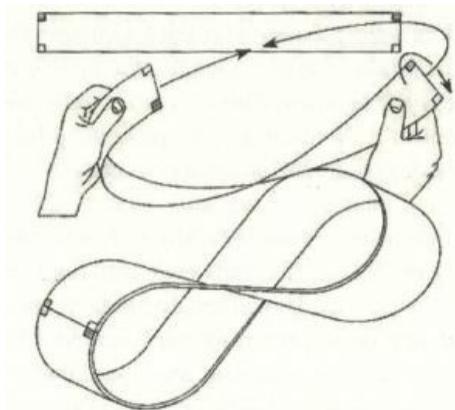


Fonte: FREUD, Sigmund. Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1933 [1932]a) 1996. v. XXII, p.83.

Nesta concepção, o *isso* se refere a algo obscuro, uma parte do psiquismo na qual não há uma organização em conformidade com as leis lógicas do pensamento, não há reconhecimento da ideia de tempo, de contradição ou de moralidade, e tudo o que nele existe são moções pulsionais que procuram satisfação, em observância ao princípio de prazer. O *supereu*, objeto a ser estudado neste trabalho, consiste em uma instância que se diferencia do eu, formada como um resíduo das primitivas escolhas objetais do *isso*. O *eu* é uma projeção de superfície que se constitui a partir de uma modificação realizada por influência do mundo externo em uma parte do *isso*. Como representante do mundo externo, o eu se esforça por substituir o princípio de prazer pelo princípio de realidade, tentando direcionar as exigências pulsionais do *isso* para que possam ser satisfeitas com maior êxito, considerando-se as circunstâncias estabelecidas pela realidade. Assim, tenta atender as exigências do *isso*, do *supereu* e do mundo externo (FREUD, 1923a/1996; 1933 [1932]/1996).

Volaco (2016) salienta que nesse esquema as instâncias psíquicas são apresentadas de uma forma mais diluída, sem as fronteiras bem delimitadas antes traçadas na ideia de tópica. São instâncias que estão intimamente relacionadas, não mais tão nitidamente separadas. O furo, na parte inferior do esquema (Figura 2), pode ser considerado como o lugar da pulsão, conceito entre o somático e o psíquico, embora tais esferas não sejam necessariamente distintas, como atesta a clínica. Para tratar da representação do psiquismo, o autor remete à topologia, conforme articulada na teoria lacaniana. A topologia, estudo do lugar, produz uma subversão na lógica da geometria euclidiana, que concebe o espaço como organizado em um exterior e um interior.

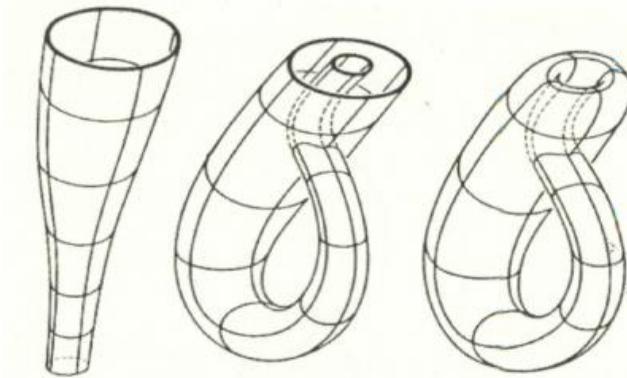
Figura 3 – A banda de Moebius.



Fonte: VOLACO, Gustavo Capobianco. Superfícies topológicas. In: _____. *A Clínica Psicanalítica, Palimpsestos*. Curitiba: CRV, 2016, p. 57.

A banda de Moebius (Figura 3) mostra essa subversão na medida em que constitui uma superfície que, embora aparente ter um lado de dentro e um lado de fora, é unilátera, possui apenas uma borda. Essa superfície é construída ao pegar uma tira de papel e, após aplicar-lhe uma torção de um quarto de volta, unir suas extremidades. Com isso, ilustra-se a existência de estruturas não correspondentes à imagem que temos de interioridade e exterioridade. A banda de Moebius pode ser considerada como uma representação do psiquismo, o que significa que aquilo que consiste no inconsciente não está escondido no interior para, pelo trabalho da análise, ser desenterrado, mas está à flor da pele. Assim, o aparelho psíquico freudiano não é euclidiano, mas uma estrutura que deve ser compreendida a partir da concepção topológica (VOLACO, 2016).

Figura 4 – A garrafa de Klein.



Fonte: VOLACO, Gustavo Capobianco. Superfícies topológicas. In: _____. *A Clínica Psicanalítica, Palimpsestos*. Curitiba: CRV, 2016, p. 66.

Conforme a proposta de Volaco (2016), o aparelho psíquico representado no esquema da segunda tópica se constituiria como uma garrafa de Klein (Figura 4). Formada por duas bandas de Moebius, essa garrafa não possui fundo, pois é criada pela introdução do que seria o gargalo através da lateral da garrafa, passando ao então considerado seu interior, até inserir-se no fundo e a ele se unir. A estrutura assim obtida é uma superfície completamente fechada, mas cujo interior está em continuidade com seu exterior, isto é, uma estrutura que não possui a bilateralidade dentro-fora. Embora seja unilátera, a garrafa de Klein é capaz de armazenar coisas, e quando algo é nela colocado, não pode ser esvaziada completamente – sempre há um resto. A isso o autor associa os restos decorrentes do recalçamento originário, que implicam a impossibilidade de tudo dizer. Isso significa que, em decorrência da estrutura própria do psiquismo, organizada topologicamente, o inconsciente não pode ser totalmente interpretado; não há completude devido ao resto impenetrável deixado na constituição psíquica. Estes restos do recalçamento, como indicaremos ao longo deste trabalho, constituem o supereu.

Diante da introdução da segunda tópica no pensamento freudiano, Monzani (1989) indica que se delinearam pelo menos três posicionamentos. O primeiro entende que a segunda tópica consiste em um alargamento da teoria, que resulta do estudo mais aprofundado do processo de recalçamento. O segundo considera que as duas tópicas são instrumentos distintos, cada um deles válido para abordar determinados fenômenos (por exemplo, os processos oníricos seriam inteligíveis

segundo a primeira tópica, enquanto ao conflito neurótico seria mais adequada a segunda tópica). O terceiro entendimento, delineado a partir da *Ego Psychology*⁹, postula a superioridade da segunda tópica em relação à primeira, de forma que ambas seriam incompatíveis, disso decorrendo um abandono da primeira tópica, considerada menos satisfatória.

O autor ressalta que, com essa última posição, parece produzir-se o abandono das descobertas e teses que fundamentam o discurso freudiano. O segundo entendimento, embora não defenda o abandono da primeira tópica, também sustenta sua incompatibilidade com a segunda tópica, e o problema que decorre disso é a setorização segundo a qual cada modelo é considerado em sua eficácia para tratar de efeitos diversos de um mesmo objeto, o aparelho psíquico. No que se refere à noção de alargamento da teoria, a dificuldade encontrada é a falta de aprofundamento desta questão, pois as afirmações a esse respeito geralmente são genéricas (MONZANI, 1989).

Concordamos com Monzani (1989) quanto à importância da segunda tópica no sentido de eliminar contradições existentes na primeira tópica, especialmente no tocante à teorização do conflito psíquico. Sob o panorama da primeira tópica, o *Ics.* é identificado ao pulsional recalcado, enquanto que a instância recalcadora é assimilada ao *Pcs./Cs.* Porém, como evidencia a experiência analítica, embora as estratégias defensivas pertençam ao eu, estas são, quase sempre, inconscientes – no sentido dinâmico, não sistemático. Isso significa que o inconsciente não se restringe ao recalcado, ultrapassando os limites do que é designado como sistema *Ics.*, assim como o eu não pode ser confundido com o sistema *Pcs./Cs.*¹⁰.

Antes mesmo de ser definida a segunda tópica, as bases que fundamentaram a conceituação de suas instâncias já estavam anunciadas

⁹ Por *Ego Psychology* entende-se a forma como alguns teóricos pós-freudianos se apropriaram da teoria psicanalítica, realizando desvios no tocante a seus conceitos fundamentais. De forma sucinta, esta perspectiva desloca a ênfase dos processos inconscientes para priorizar o conceito de eu, trazendo implicações que, do ponto de vista teórico e clínico, caracterizam um distanciamento da psicanálise tal como concebida por Freud.

¹⁰ É pertinente fazer a ressalva de que Freud não chega a defender essas equivalências, mas faz em alguns pontos de sua obra afirmações que poderiam levar a esse equívoco. Em torno dos conceitos aqui abordados, encontramos certas ambiguidades e confusões, que podem, contudo, ser dissipadas com um estudo mais aprofundado da obra freudiana.

nos textos freudianos, como será visto mais adiante com o conceito de supereu. A introdução desta nova concepção do aparelho psíquico foi essencial ao desenvolvimento da teoria e da prática psicanalítica, pois a primeira tópica mostrou-se insuficiente diante de problemas referentes ao conflito neurótico, aos processos inconscientes e a delimitação do sistema *Ics.*, às alterações sofridas pelo conceito de eu, à identificação de processos psíquicos difíceis de serem situados nos sistemas até então considerados, dentre outros.

Como nos indica o esquema da segunda tópica (Figura 2), as ideias apresentadas nas duas tópicas coexistem, não como uma superposição ou substituição de umas instâncias por outras, mas como coloca Monzani (1989, p. 240), como “uma composição onde as cores extravasam os limites das formas ou vice-versa”. Freud (1926 [1925]/1996), de certa forma, mantém referências topográficas para tratar dos processos inconscientes ou pré-conscientes/conscientes, ainda que não mais sob a forma dos sistemas *Ics.* e *Pcs./Cs.*, ao estabelecer, por exemplo, que o isso é totalmente inconsciente e que a consciência é função da camada mais externa do eu. Devemos considerar que a primeira tópica apresenta pressupostos básicos da metapsicologia, por isso, descartá-la parece um contrassenso não apenas do ponto de vista das noções indispensáveis ali apresentadas, mas também porque isso significaria ignorar uma parte fundamental do percurso freudiano. Parece viável, então, considerar as duas tópicas como formas complementares de tratar do aparelho psíquico, ambas contribuindo para abordar fenômenos de uma maneira que não seria possível se optássemos por utilizar exclusivamente um ou outro esquema.

O desenvolvimento da concepção topográfica, ou seja, a mudança introduzida com a elaboração da noção de agentes psíquicos, possibilita uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos psíquicos e o avanço nas perspectivas dinâmica e econômica. Assim, o funcionamento psíquico pode ser abordado em maior complexidade, na medida em que a segunda tópica apresenta uma teorização que considera o fato de que o conflito psíquico não se esgota na defesa contra moções de desejo inconscientes, na qual o recalçamento desempenha um papel central. Há um conflito com elementos pulsionais que excede a dimensão do desejo, algo que foge à lógica do recalçamento, elementos que sobrepõem e se impõem no psiquismo como supereu. A seguir, acompanharemos a trajetória de elaboração desse conceito, apontando suas noções predecessoras com a finalidade de estabelecer seu lugar na estruturação psíquica, um lugar que, como veremos, tem como aspecto central o caráter de estranho.

2.2 O SUPEREU COMO INSTÂNCIA PSÍQUICA: DA PRIMEIRA À SEGUNDA TÓPICA

O termo supereu foi utilizado por Freud pela primeira vez em *O ego e o id*, texto de 1923. Sua formulação como conceito, no entanto, resulta de uma trajetória na qual noções que antecipam sua definição como instância da segunda tópica são esboçadas em diversos momentos do período da primeira tópica, bem como em seus textos pré-psicanalíticos. Tais noções aparecem notadamente como censura e consciência moral. Ressaltaremos, aqui, alguns pontos que podem ser entendidos como precursores do conceito em questão e buscaremos caracterizá-lo para estabelecer sua peculiaridade em relação às outras instâncias. Com isso, poderemos identificar seu lugar como duplo do eu, um estranho associado à onipotência e a impressões de um momento originário da estruturação psíquica, marca do outro que, incorporado no psiquismo, coloca o eu em posição de desamparo.

No período considerado pré-psicanalítico, Freud (1893/1996), ao tratar dos fenômenos históricos, os associa a uma experiência que atua como *trauma psíquico*¹¹, ou seja, uma experiência que evoca afetos aflitivos, os quais, devido ao impedimento de uma reação por parte do sujeito, permanecem vinculados à lembrança desta experiência, tornada isolada da consciência. Menciona, neste momento, que o trauma psíquico passa a agir como um corpo estranho, que continua sendo um agente no psiquismo mesmo muito depois de sua ocorrência. A lembrança do trauma não poderia ser eliminada por meio de associações a outras representações, tanto nos casos em que o sujeito não pode reagir ao trauma porque a natureza deste ou suas circunstâncias não possibilitavam reação, ou ainda porque desejava esquecê-lo, quanto nos casos em que a reação foi impossível não devido ao conteúdo da

¹¹ Cabe a ressalva de que a compreensão dos fenômenos históricos sofre modificações conforme avança a psicanálise. Garcia-Roza (2005), baseando-se em Mannoni, aponta que embora a teoria do trauma psíquico tenha sido fundamental nos primeiros escritos de Freud, esta consistia em um obstáculo à elaboração de sua teoria. As noções de sexualidade infantil e complexo de Édipo apenas podem ser desenvolvidas a partir do distanciamento da noção de trauma, pois, enquanto esta persiste, os sintomas neuróticos continuam atrelados a um acontecimento traumático que os produza, desconsiderando-se o papel das fantasias edípicas da criança. Esse distanciamento, possibilitando tais elaborações é, contudo, temporário, pois como vimos com Caropreso & Simake (2006) e Caropreso & Monzani (2012), a experiência traumática é retomada em *Além do princípio do prazer*, atrelada à teorização da compulsão à repetição.

experiência, mas devido ao estado psíquico em que esta foi recebida – um estado crepuscular, por exemplo. Na primeira hipótese, porque, ao tentar esquecer a experiência em questão, o sujeito a exclui de associações tanto quanto possível. Na segunda hipótese, devido à falta de uma associação abrangente entre o estado psíquico em que ocorreu a experiência e o estado normal da consciência. Como veremos adiante, a ideia de um corpo estranho no psiquismo, especialmente associada ao mecanismo identificado na segunda circunstância, está relacionada ao surgimento do que posteriormente foi denominado supereu.

Ainda no mesmo período, Freud (1893/1996) identifica a autorrecriminação, o sentimento de culpa, a autocensura e a autopunição – todos estes vinculados à consciência moral – como forças atuantes no sofrimento psíquico e na formação de sintomas e delírios. Conforme Nakasu (2011), no caso de Anna O., um dos primeiros casos clínicos estudados pela psicanálise, Freud identifica uma ação opressora do eu sobre si mesmo, uma severidade que, aparentando vir do exterior, traz um aspecto de estrangeiridade, como “um inquilino indesejado no eu, que se apropria do seu território” (NAKASU, 2011, p. 185).

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/1996) retoma as noções de censura e de consciência moral. Postula a existência de uma instância crítica que operaria como uma tela entre a consciência e o sistema cujas atividades estariam submetidas à crítica. Neste momento, aproxima-a do que então era caracterizado como o sistema Pré-consciente/Consciente. Destaca-se que nos sonhos de punição é introduzida a possibilidade de um desejo punitivo, também inconsciente (no sentido descritivo), mas não pertencente ao recaiado e sim ao eu, como formador do sonho. Este desejo seria uma reação ao desejo recaiado, de modo que o sonho ocorreria mais facilmente quando os restos diurnos se referissem à satisfação proibida. Encontramos, aqui, o que posteriormente será elaborado não mais como desejo punitivo, mas como necessidade de punição, uma das atividades do supereu. Assim, podemos considerar que, nesse momento, são reunidas no eu funções que posteriormente serão distinguidas como funções do eu e do supereu.

Em *Totem e tabu*, Freud (1913[1912-13]/1996) recorre à hipótese de Charles Darwin sobre a horda primeva como tentativa de solucionar a questão da origem do horror ao incesto. Segundo esta hipótese, a sociedade, em um estado primitivo, se organizaria em forma de horda patriarcal, na qual um pai tirânico e violento guardaria para si todas as mulheres, impondo a proibição das relações sexuais e expulsando da horda os seus filhos. O pai é ao mesmo tempo invejado e temido; é odiado pelos filhos, por ser um obstáculo a seus desejos sexuais e anseio

de poder, mas também é amado e admirado. Em um dado momento, os irmãos expulsos retornam unidos para matar o pai e o devoram como forma de identificar-se a ele, incorporando parte de sua força. Após a morte do pai, no entanto, tendo o ódio sido satisfeito, a afeição emerge como remorso e sentimento de culpa, de modo que o pai torna-se mais forte morto do que o era quando vivo. Além disso, na nova organização, os irmãos são rivais frente às mulheres, nenhum deles possuindo a força necessária para assumir o lugar do pai. Os próprios filhos, então, renunciam às mulheres que antes reivindicavam e mantêm as proibições para que possam superar a rivalidade e viver juntos, bem como elegem um substituto do pai por meio do totemismo¹².

O ato criminoso de assassinato do pai seria, assim, a origem filogenética da religião, da moralidade e da organização social. Embora se trate de uma origem mítica, pois essa organização social primitiva nunca pode ser observada, aqui, encontramos contribuições essenciais para a compreensão da ambivalência na relação com o pai, o sentimento de culpa, as restrições morais e a identificação com o pai, esta associada à incorporação oral, aspectos cruciais na formação do supereu.

Devemos destacar também o texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, um texto de implicações essenciais para a noção de eu e, conseqüentemente, para a segunda tópica. A concepção de libido narcísica possibilita desenvolver a ideia de investimento libidinal associada não apenas à relação do sujeito com os objetos, mas também em termos da economia da libido no próprio psiquismo. Também permite que seja elaborada a noção de identificação como processo estruturante e como mecanismo ligado às relações de objeto, a sua escolha e sua perda. Neste texto, é introduzido o termo ideal do eu,

¹² O totemismo consiste em um sistema que ocupa, para os povos primitivos, a função de instituição religiosa e social. De acordo com este sistema, as tribos são divididas em clãs diferenciados segundo o totem, animal guardião considerado antepassado dos integrantes do clã, mas perigoso para os demais. Essa organização impõe severas restrições, dentre as quais se destaca o impedimento de relações sexuais entre pessoas do mesmo clã e a proibição de matar ou comer (às vezes também de tocar ou olhar) o animal totêmico – restrições correspondentes aos desejos edípicos de incesto e parricídio. Este sistema surge do sentimento de culpa dos filhos pela morte do pai, como tentativa de reconciliação e pacto com este, sendo o animal totêmico seu substituto. Deve-se ressaltar que, mesmo neste sistema, permanece a ambivalência da relação com o pai, pois o triunfo sobre o pai é recordado em festivais obrigatórios de refeição totêmica, nos quais o animal totêmico é cruelmente morto e devorado (FREUD, 1913[1912-13]/1996).

conceito que será aprofundado no capítulo seguinte, estreitamente ligado – e por vezes confundido – com o supereu. Freud (1914b/1996) refere, neste momento, a existência de “um agente psíquico especial” (p. 102) que observa constantemente o eu e o mede pelo ideal do eu, assegurando a satisfação narcísica proveniente deste. Associa este agente aos delírios paranoides de estar sendo notado ou vigiado, e afirma: “Um poder dessa espécie, que vigia, que descobre e que critica todas as nossas intenções, existe realmente. Na realidade, existe em cada um de nós em nossa vida normal” (p. 102).

Ao tratar do mecanismo da melancolia, Freud (1917[1915]/1996) apresenta novamente a ação deste agente psíquico observador e crítico. Descreve este quadro como caracterizado pelos mesmos traços encontrados no luto (desânimo profundo, falta de interesse pelo mundo externo, inibição das atividades e perda da capacidade de amar), mas com um traço distintivo: a diminuição da autoestima, que se manifesta por meio de autorrecriminações que chegam a criar uma expectativa delirante de punição. A melancolia pode ser desencadeada diante da perda do objeto amado, assim como o luto. No entanto, na melancolia é possível supor casos em que o sujeito não está consciente do que exatamente foi perdido, isto é, a perda objetual aqui em questão foi retirada da consciência, o que a diferencia do luto, pois neste último não há nada de inconsciente na perda que o ocasionou.

Enquanto no luto ocorre um empobrecimento e esvaziamento do mundo, na melancolia isso ocorre com o eu. Deste modo, o sujeito se considera como incapaz de realizações, desprovido de valor e moralmente desprezível, além de mostrar uma superação do impulso de apego à vida encontrado em todo ser vivo. Freud indica que isso ocorre porque o agente crítico, nesse quadro, torna-se independente do eu – o que, neste momento, sugere que aconteça também em outras circunstâncias – e passa a tomá-lo como objeto, julgando-o e acusando-o. Na melancolia isso é tornado possível a partir de uma identificação do sujeito com o objeto amado, a qual substitui o investimento objetual de maneira que, mesmo havendo um conflito com o objeto, a relação amorosa pode ser preservada. Ou seja, com o desinvestimento do objeto, a libido retorna ao eu e estabelece uma identificação com o mesmo, ao modo de incorporação oral ou canibalista, processo que possibilita que o agente crítico passe a tratar o eu como o objeto abandonado. Assim, as autorrecriminações, na verdade, são recriminações destinadas ao objeto, mas deslocadas para o eu por identificação. A perda do objeto se transforma na perda do eu, e o conflito entre o eu e o objeto é

substituído pela separação entre a atividade crítica e o eu (FREUD, 1917[1915]/1996).

Freud (1921/1996) retoma a melancolia posteriormente, afirmando que a divisão do eu identificada nesse quadro é encontrada também em ocasiões normais, embora a atitude do agente crítico para com o restante do eu normalmente não seja tão injustificadamente implacável quanto se apresenta na melancolia. Nesta ocasião indica como funções do ideal do eu a consciência moral, a auto-observação, a censura dos sonhos, bem como a principal influência no recalçamento. Encontramos, em diversos pontos citados até aqui, expressões de uma característica marcante da obra freudiana, qual seja, o uso do patológico para desvelar o funcionamento psíquico de uma maneira geral, pois a atividade crítica será, na segunda tópica, formalizada como supereu, um aspecto estrutural constitutivo do psiquismo.

Uma noção necessária ao entendimento da localização do supereu no psiquismo, ainda anterior à apresentação da segunda tópica, é indicada com o termo alemão *unheimlich*, no texto de mesmo nome, traduzido como *O 'estranho'*. A palavra *heimlich*, oposto de *unheimlich*, significa familiar, o não estranho, amistoso, íntimo, doméstico, mas também, em uma de suas acepções, o que é inacessível ao conhecimento, obscuro. Desta forma, trata-se de uma palavra ambivalente, pois, neste último sentido, passa a coincidir com seu oposto, *unheimlich*. Para esclarecer este conceito, Freud remete à afirmação de Schelling: “‘*Unheimlich*’ é o nome de tudo que deveria ter permanecido... *secreto e oculto mas veio à luz*” (FREUD, 1919b/1996, p. 242).

Tratando do caráter de estranheza, Freud (1919b/1996) cita a novela *Die Elixire des Teufels*, de Hoffmann, salientando temas nos quais se encontra o fenômeno do *duplo*. Exemplos deste fenômeno são os personagens que parecem iguais, chegando a compartilhar conhecimentos, sentimentos e experiências, ou os casos em que um sujeito se identifica com outro de maneira a ficar em dúvida quanto a quem é seu eu, ou a substituí-lo por um estranho. Esta divisão, duplicação ou intercâmbio do eu, surge como uma forma de preservar o eu da destruição, uma negação da morte, o que se origina no narcisismo primário¹³ característico da infância, comum também ao pensamento do homem primitivo. Contudo, esse aspecto do duplo é transformado em

¹³ Narcisismo primário se refere ao investimento libidinal realizado pelos pais no sujeito, fundamental na constituição do eu. Essa noção será retomada no próximo capítulo.

seu inverso conforme essa fase é superada, deixando de assegurar a imortalidade para anunciar a morte.

Deste modo, conforme o eu se desenvolve, o duplo associa-se à formação de uma atividade que resiste ao resto do eu, observando-o e criticando-o, exercendo uma censura. Essa atividade que trata o restante do eu como objeto, ao mesmo tempo possibilita, a partir da autocrítica, atribuir ao duplo aquilo que pertence ao narcisismo primário já superado. O aspecto de estranheza do duplo decorre do fato de sua criação ter ocorrido durante um estágio psíquico originário, época em que se apresentava, ainda, como algo familiar. O caráter assustador, obscuro e terrível que adquire posteriormente remete a esse familiar, caracterizando a ambiguidade da noção de estranho. A definição de estranho de Schelling mencionada acima pode, então, ser entendida como aquilo que remete à familiaridade de experiências arcaicas que, por não terem podido ser assimiladas e elaboradas no psiquismo, voltam a encontrar manifestação, dotadas desse caráter obscuro e assustador (FREUD, 1919*b*/1996).

Ainda associadas ao estranho estão as situações nas quais a distinção entre imaginação e realidade se extingue e a repetição involuntária de uma situação. Os momentos em que ocorre a indiferenciação entre o imaginário e a realidade – contribuindo para a estranheza das práticas mágicas, por exemplo – estão associados ao elemento infantil de superênfatização da realidade psíquica, em detrimento da realidade material, como na crença na onipotência dos pensamentos. Nos casos de repetições de coisas ou situações, aquilo que não teria nenhum significado peculiar pode ser percebido como estranho na medida em que seu retorno constante e involuntário impõe a noção de algo inescapável, fatídico, que evoca a sensação de estranheza e desamparo (FREUD, 1919*b*/1996).

Estas repetições levam Freud (1919*b*/1996) a postular, no funcionamento psíquico inconsciente, uma compulsão à repetição que prevalece sobre o princípio de prazer, provendo certos aspectos psíquicos do que nomeia como um caráter demoníaco. Aquilo que lembra esta compulsão à repetição, a qual advém das pulsões e é inerente a sua natureza, é, então, percebido como estranho. Posteriormente, Freud (1920/1996) retoma essa noção salientando que esta tendência mais originária e mais pulsional rememora inclusive experiências que não trazem e nunca trouxeram nenhuma possibilidade de prazer, nem sequer para as moções pulsionais recalçadas. Com isso, anuncia-se uma das atividades mais distintivas do supereu, que elaboraremos adiante: o caráter imperativo de seus mandatos.

Pode-se considerar que a posição do supereu, anunciada nas noções supracitadas, constitui um lugar de duplo do eu que, não podendo ser assimilado a este, mantém-se como algo diferenciado; um corpo estranho no psiquismo do sujeito ligado à onipotência e a impressões de uma época arcaica do desenvolvimento psíquico. Desta maneira, o supereu surge como marca do outro incorporado no psiquismo, diante da qual o eu, muitas vezes, é colocado em posição de desamparo. Nakasu (2011) salienta que o supereu surge como uma noção implícita, pois toma forma aos poucos na constelação do eu, como um “inquilino” inicialmente discreto, que então se torna tirânico e usurpador, ameaçando a integridade do eu. Sua crueldade se delinea à medida que é desenvolvida a concepção de eu, e a intensidade de sua tirania depende das identificações do eu e de sua forma de transitar pelo complexo de Édipo. A autora considera que o supereu também emerge como noção ordenadora, pois nele se reúnem as funções proibitiva e ideal, as quais são retiradas do território do eu, “enxugando” este conceito.

É importante ressaltar um aspecto que nesses trechos evidencia como é entendida a ideia de instância na segunda tópica: o uso dos termos *agente* e *atividade*, que indica uma mudança na forma de compreender a topografia do psiquismo. Essa mudança possibilita o distanciamento de uma ideia de lugar psíquico que pode levar a uma interpretação das instâncias como “compartimentos” diferenciados, referenciados espacialmente. A localização sugerida aqui se refere a diferenciações entre agentes psíquicos, ou seja, à operação de determinados mecanismos e funções.

Em *O ego e o id*, Freud retoma a noção de ideal do eu e apresenta o termo supereu – neste momento, termos apresentados como equivalentes. O supereu é introduzido como uma gradação dentro do eu, originária da “primeira e mais importante identificação de um indivíduo, a sua identificação com o pai em sua própria pré-história pessoal” (FREUD, 1923a/1996, p. 44). Enquanto o eu é uma diferenciação do isso gerada pela influência inevitável do mundo externo, em grande parte, sob a forma de identificações que substituem investimentos libidinais abandonados pelo isso, o supereu é gerado pelas experiências que originaram o totemismo, o que pode ser entendido como a relação do sujeito com o pai, seu desamparo frente à onipotência do outro, experiência esta marcada pela ambivalência e pela culpa, que, por isso, produz algo que não simplesmente uma identificação. Freud supõe que o supereu esteja relacionado a experiências do eu que, repetidas com frequência e intensidade suficientes, em vários sujeitos e sucessivas

gerações, transformam-se em impressões passíveis de ser herdadas por meio do isso. Assim, o supereu pode ser um modo de reviver formas de antigos eus.

O processo de identificação¹⁴ é apresentado por Freud como mecanismo por meio do qual um eu se assemelha a outro eu, de certo modo, assimilando-o dentro de si. Em uma de suas definições, consiste no modo mais primitivo e original de vinculação com outra pessoa e é comparável à incorporação oral ou canibalística do objeto. Esse aspecto de derivação da fase oral traz o caráter ambíguo da identificação, pois a incorporação do objeto significa que este é assimilado por ingestão, o que implica também sua aniquilação como tal. Há, ainda, a possibilidade de identificações que, de forma regressiva, são sucedâneas para vinculações de objeto, introjetando o objeto no eu, bem como identificações que ocorrem a partir da percepção de qualidades em comum com outras pessoas, sendo esta uma identificação parcial tanto mais bem-sucedida quanto mais importante for a qualidade em questão (FREUD, 1921/1996; 1933 [1932]a/1996).

O processo regressivo de substituição do investimento objetal por uma identificação, como elucidado no quadro de melancolia, é apontado por Freud (1923a/1996) como uma das formas de possibilitar o abandono do objeto. O objeto é, então, restabelecido no eu como compensação por sua perda. Este processo é muito frequente durante fases primevas do desenvolvimento, de modo que o eu pode ser definido como um precipitado de investimentos objetais abandonados, contendo, assim, a história das escolhas de objeto de um sujeito. A formação do supereu seria, segundo Freud (1933 [1932]a/1996, p. 69), um “exemplo bem-sucedido de identificação com a instância parental”. Essa afirmação é referida à relação entre a identificação e o abandono de um objeto, associando-se à noção de supereu como herdeiro do complexo de Édipo, já que, como aprofundaremos adiante, a dissolução deste implica renunciar aos intensos investimentos depositados nos pais. Desta forma, conforme essa concepção, a saída do complexo de Édipo levaria à identificação com a instância parental, constituindo o supereu como a

¹⁴ O processo de identificação será abordado neste momento por ser, segundo nosso entendimento, fundamental na caracterização do lugar do supereu, já que a peculiaridade deste processo na formação dessa instância determina sua posição de estranho no psiquismo. Há, contudo, a esse respeito, importantes questões que remetem à dinâmica psíquica e a gênese do supereu, pois os aspectos topográfico, dinâmico e econômico são interdependentes, ou seja, ênfases diferentes sobre um mesmo objeto.

herança do investimento objetal abandonado. Identificações desta espécie, associadas a renúncias de investimentos objetais, ocorrem diversas vezes ao longo da vida do sujeito, mas o lugar especial derivado desta identificação em particular estaria ligado à importância afetiva do complexo de Édipo. Devemos lembrar, contudo, que na obra freudiana o supereu e o ideal do eu muitas vezes não são diferenciados com clareza suficiente, encontrando-se imprecisões e obscuridades a esse respeito. Consideramos que essa concepção que deriva o supereu das identificações edípicas se refere, na verdade, à origem do ideal do eu, instância propriamente identificatória.

É imprescindível enfatizar a complexidade da relação entre identificação e formação do supereu, pois Freud (1923a/1996; 1933 [1932]a/1996) faz referência não simplesmente a uma identificação substituta a investimentos objetais, mas também a algo mais originário do que estes na origem desta instância. A modalidade de identificação aqui referida seria imediata e direta, ou seja, a identificação apontada como forma original de vínculo com o outro. As identificações vinculadas ao desfecho encontrado pelas escolhas objetais edípicas, ligadas aos pais, vêm reforçar e intensificar essa identificação primária. Não obstante consideremos que as identificações edípicas estão na origem do ideal do eu, não do supereu, o surgimento deste último ainda tem uma importante relação com a dissolução do complexo de Édipo. Isso aponta para a dupla origem do supereu: em um aspecto, surge da identificação primária, realizada na época em que o eu era uma formação frágil, ainda em constituição e, em outro aspecto, é herdeiro do complexo de Édipo. Sua origem remete, então, a processos que ocorrem em dois momentos diferentes da constituição do sujeito, o que caracteriza sua posição em relação ao eu.

Segundo Freud (1923a/1996), a origem do supereu decorre de dois fatores: um fator biológico, que diz respeito ao desamparo e dependência prolongada que caracterizam a infância do sujeito; e um fator histórico, o complexo de Édipo que, ao ser recalçado, inaugura o período de latência do desenvolvimento libidinal, marcando o caráter bifásico da sexualidade humana¹⁵. A origem do supereu o coloca em

¹⁵ Este caráter significa que, para a teoria psicanalítica, a vida sexual tem início desde o nascimento, contrariando a concepção de que a sexualidade coincide com a genitalidade e inicia-se na puberdade. Há, portanto, um período originário que tem seu ponto culminante por volta dos cinco anos, seguido de um período de latência, durante o qual a sexualidade fica inibida, até que na

relação de proximidade com o isso, pois é derivado dos primeiros investimentos objetivos deste – os investimentos do complexo de Édipo -, atuando como representante desta instância frente ao eu. Encontra-se, então, mais afastado da consciência do que o eu. Como os objetos dos primeiros investimentos do isso são, também, pertencentes à realidade externa, consistindo o poder dessas figuras em uma das mais intensas influências da realidade, o supereu é também um representante desta. Embora acessível a influências de alterações posteriores do eu, a capacidade do supereu de manter-se dele separado e de dominá-lo, decorrente de sua origem no complexo paterno, persiste durante toda a vida. Deste modo, assim como a criança se submete aos pais numa compulsão por obediência, o eu se submete ao que Freud identifica como um imperativo categórico do supereu. Isso permite compreender o supereu como instância que, representando características fundamentais do desenvolvimento do sujeito e da espécie humana, perpetua os fatores que o originam, expressando permanentemente a influência dos pais e a antiga dependência e fragilidade do eu (FREUD, 1923a/1996; 1924a/1996).

Freud (1933 [1932]a/1996) ressalta que, no início da vida, as crianças são amorais, não possuindo inibições contra seus impulsos. O papel desempenhado pelo supereu, inicialmente, consiste em uma coerção externa – a autoridade dos pais – que somente em um momento posterior é internalizada. Os pais concedem à criança provas de amor e a ameaçam com castigos, os quais são temidos por serem sinais de perda do amor, suscitando uma angústia realística que é precursora do que será posteriormente a angústia moral. Assumindo o lugar da instância parental, o supereu dirige, observa e ameaça o sujeito, do mesmo modo que os pais faziam. No entanto, o poder de que é dotado o supereu, parece ter incorporado apenas os aspectos punitivos, a severidade e rigidez dos pais, enquanto seu aspecto de cuidado carinhoso não parece ter sido mantido. Deve-se destacar que essa severidade pode ser adquirida ainda que a educação da criança tenha sido branda e afetuosa e que as punições e ameaças tenham sido evitadas. Como retomaremos adiante, isso indica que sua severidade corresponde não à severidade dos pais, mas à força do pulsional.

Como um aspecto regular do psiquismo, o supereu não se refere a uma mera abstração, mas conceitua uma relação estrutural. Trata-se de uma instância independente cujas funções são elencadas por Freud

puberdade ocorra o segundo clímax do desenvolvimento sexual (FREUD, 1926 [1925]/1996).

(1933 [1932]a/1996) como: auto-observação, consciência¹⁶ e veículo do ideal do eu. A auto-observação é mais claramente percebida nos delírios e alucinações cujo conteúdo refere-se a estar sendo observado, pois nessas circunstâncias a instância observadora torna-se mais nitidamente distinguida do eu e é equivocadamente deslocada para o mundo externo. Estes delírios também sugerem que a auto-observação é uma função preliminar do que se apresenta como consciência, ou seja, a atividade de julgar e punir. Como veículo do ideal do eu, essa instância opera como uma exigência pela perfeição, que o eu se esforça por alcançar.

Para o esclarecimento da questão acerca da peculiaridade da identificação que origina o supereu, que faz com que seja produzida não uma alteração do eu, mas a instalação no psiquismo de uma instância diferenciada, é pertinente retomar a noção de identificação com o pai na pré-história pessoal do sujeito. A instância paterna, neste sentido, parece fazer referência à onipotência diante da qual o sujeito, em situação de desamparo, se vê em um período mais originário de sua vida – ou ainda, o pai terrível representado miticamente na horda primeva. Cardoso (2002) sugere que este pai da pré-história pessoal seja entendido como o poder do objeto, uma força pulsional que é interiorizada, mas excede a capacidade do eu de simbolizar. Assim, essa enigmática identificação seria a incorporação de algo inassimilável, que fundaria o caráter persecutório do supereu. Essa incorporação é associada pela autora à ideia de duplo, indicando a impossibilidade de apropriação, pelo eu, “de uma alteridade interna radical” (p. 36).

É importante ressaltar que, ligada à ideia de identificação como forma de laço afetivo com o objeto anterior à escolha objetal, está a indiferenciação entre o eu e o outro característica do período mais inicial da vida do sujeito. Freud (1930 [1929]/1996) afirma que uma criança recém-nascida não possui a capacidade de distinguir se as sensações que experimenta são originárias do eu ou do mundo externo, de modo que o eu, originalmente, inclui tudo. O aprendizado de tal distinção ocorre de forma gradativa, conforme percebe que certas fontes de excitação – seus órgãos corporais, como identificará posteriormente – lhe proporcionam sensações a qualquer momento, enquanto outras – dentre as quais se destaca o seio materno – lhe fogem, reaparecendo em resposta a seus gritos. Isso possibilita que o eu seja contrastado com algo que lhe é exterior, o objeto, o qual somente aparece por meio de uma ação específica. Também desempenha um papel nessa diferenciação as inevitáveis, múltiplas e frequentes sensações de desprazer e sofrimento.

¹⁶ O termo consciência, neste contexto, tem a acepção de consciência moral.

Em conformidade com o princípio do prazer, desenvolve-se uma tendência a isolar do eu as fontes de desprazer, visando a constituir um puro eu em busca de prazer, que é confrontado pelo mundo externo estranho e ameaçador. Contudo, a experiência inevitavelmente retifica as fronteiras desse eu, pois há objetos que, por serem fontes de prazer, são difíceis de ser abandonados, bem como fontes de desprazer impossíveis de extirpar por fazerem parte do eu. Por meio de ações musculares apropriadas e do direcionamento das próprias atividades sensoriais, se torna possível diferenciar o interno e o externo, um primeiro passo para a introdução do princípio da realidade. Com isso, o eu desenvolve suas capacidades de defesa contra o desprazer que o ameaça. Ainda assim, o sentimento do próprio eu, resíduo do sentimento totalmente abrangente e inclusivo característico do estado inicial, está sujeito a distúrbios, pois as fronteiras do eu não são permanentes¹⁷.

Lacan (1998a) aborda essa indiferenciação inicial da experiência de si próprio, em referência ao semelhante, ressaltando que a captação especular, isto é, pela imagem do próprio corpo e do outro, realiza-se como antecipação de uma unidade funcional de seu corpo, em relação à motricidade voluntária ainda descoordenada. A fixação na imagem aliena o sujeito em si mesmo, originando o eu. No entanto, correlata à identificação narcísica que origina essa estrutura, está a agressividade, manifesta na experiência como intenção de agressão e imagem de desmembramento corporal. A passagem dessa experiência à metapsicologia implica passar da intenção para a tendência à agressão. Essa tendência é determinante da estrutura do eu e do registro de entidades que constituem o mundo do sujeito. Deste modo, há uma tensão conflitiva que instaura uma concorrência agressiva com o outro, na medida em que o desejo do sujeito advém como desejo pelo objeto do desejo do outro, fendendo a comunhão especular através da instituição da tríade de eu, outro e objeto.

¹⁷ A esse respeito, Freud exemplifica: “No auge do sentimento de amor, a fronteira entre ego [eu] e objeto ameaça desaparecer. [...] A patologia nos familiarizou com grande número de estados em que as linhas fronteiriças entre o ego [eu] e o mundo externo se tornam incertas, ou nos quais, na realidade, elas se acham incorretamente traçadas. Há casos em que partes do próprio corpo de uma pessoa, inclusive partes de sua própria vida mental – suas percepções, pensamentos e sentimentos –, lhe parecem estranhas e como não pertencentes a seu ego [eu]; há outros casos em que a pessoa atribui ao mundo externo coisas que claramente se originam em seu próprio ego [eu] e que por este deveriam ser reconhecidas” (FREUD, 1930 [1929]/1996, p. 75).

Lacan (1998a) indica, ainda, sobre a constituição do eu na criança, que “é numa identificação com o outro que ela vive toda a gama das reações de imponência e ostentação, cuja ambivalência estrutural suas condutas revelam com evidência, escravo identificado com o déspota, ator com o espectador, seduzido com o sedutor” (p. 116). A partir disso, relacionamos o narcisismo primário – que é, antes de tudo, um investimento vindo dos pais como forma de reencontrar seu próprio narcisismo – à onipotência do outro como elementos da experiência vividos indiferenciadamente pelo sujeito, entendendo que essa noção pode contribuir para as articulações até aqui apresentadas a respeito da constituição do supereu. Sob essa perspectiva, podemos supor que a onipotência do outro no que comporta de terrível e hostil, embora não possa ser diferenciada como algo externo, pela insuficiência de fronteiras do eu para assim a identificar, tampouco seria assimilável ao eu como uma identificação propriamente dita. Essa impossibilidade se daria em decorrência do mecanismo de diferenciação supracitado, ou seja, da tendência a extirpar do eu os elementos desprazerosos e ameaçadores. Isso faria com que, no período mais primordial da vida do sujeito, os aspectos inassimiláveis incorporados se constituíssem como um estranho no psiquismo, esse outro interiorizado dotado tão somente do caráter “demoníaco”.

Conforme aponta Cardoso (2002), a noção de identificação apresenta uma complexidade associada à multiplicidade de aspectos nela implicada, de modo que na teoria psicanalítica não se encontra uma sistematização que permita organizar os diferentes modos identificatórios. A autora considera, a partir da melancolia, que o retorno de uma parte obscura do objeto sobre o sujeito, transportando “uma dimensão intraduzível e categórica do objeto” (p. 36-37) no eu, indica um processo que, na verdade, não seria de natureza identificatória. O aspecto intraduzível do outro se referiria, antes, a uma força pulsional que atua como uma “sombra” do objeto impossível de ser integrada no eu.

O questionamento da aplicação da noção de identificação à formação do supereu passa por uma importante diferenciação indicada por Freud (1921/1996): a oposição entre identificação, como o processo de introjeção do objeto no eu, produzindo neste uma modificação, e o processo em que o objeto é hiperinvestido pelo eu às suas expensas. O hiperinvestimento do objeto é abordado a partir dos estados de hipnose e de estar amando, pois nessas circunstâncias há uma fascinação e sujeição humilde para com o objeto e uma debilidade da iniciativa própria. Na hipnose, particularmente, o sujeito encontra-se desamparado

diante de um outro com poderes superiores, o hipnotizador, colocado no lugar do ideal do eu.

Estes dois mecanismos são identificados na formação de grupo, na qual, segundo Freud (1921/1996), é revivida a horda primeva. Os membros do grupo estão sujeitos a vínculos libidinais, de modo que se produzem identificações entre eles, criando alterações em seus eus, e a ilusão de que são igualmente amados pelo líder, uma posição análoga à dos filhos na horda primeva, que sabiam ser igualmente perseguidos pelo pai. O líder, por sua vez, não tem a necessidade de tais laços libidinais, podendo ter uma natureza mais narcisista, dominadora e independente em seus atos intelectuais, similar à posição do pai da horda primeva, que era livre e cuja vontade prescindia do reforço de outros. Nos grupos, o ideal do eu dos membros é abandonado e substituído pelo ideal do grupo, incorporado no líder.

Cardoso (2002) menciona a ideia de um líder que substitua o ideal do eu dos membros de um grupo para tratar da ligação entre o hiperinvestimento do objeto e a formação do supereu. Quanto à noção de hiperinvestimento, a autora ressalta que, neste processo, encontramos a dimensão de onipotência do objeto, que deve ser considerada sob duas perspectivas: por um lado, um aspecto de ataque, relacionado à dominação pelo objeto, que exerce um poder “demoníaco” sobre o eu; por outro lado, a proteção oferecida pelo objeto, que é então exaltado e idealizado. Do hiperinvestimento do objeto decorre a instalação de um “estrangeiro-em-si”, pois a onipotência do objeto está relacionada ao desamparo e submissão do eu, que sinaliza a impossibilidade de integrar o aspecto de ataque. Consideramos pertinentes esses apontamentos da autora, que sugere ainda que a idealização poderia caracterizar uma tentativa de metabolização, pelo eu, da face atacante e intraduzível do objeto.

Gerez-Ambertín (2009) também trata das duas dimensões do outro, ressaltando que este atua como referente e modelo para a identificação narcísica a partir da imagem corporal, mas, ao mesmo tempo, consiste em um hostilizador que não pode ser plenamente satisfeito. Deste modo, sua instituição como estrangeiro habitante do eu é indissociável do processo identificatório que constitui o eu. Contudo, a autora alerta: “Deve-se ter cautela ao extremo e diferenciar com precisão a dialética identificatória da *instância demoníaca*. Se o supereu fosse *somente* o resultado de uma operação identificatória, sua abordagem na clínica e no mal-estar na civilização não seria tão espinhosa” (p. 58).

Semelhante à perspectiva de Cardoso, Gerez-Ambertín (2009) considera o supereu como originado da intrusão de algo que permanece

inassimilável, improcessável pela lógica de substituições instaurada por ocasião do recalçamento secundário. A autora postula, quanto ao âmbito das identificações, a instância crítica como ancorada apenas na identificação primária, salientando o caráter desta de uma incorporação intrusiva, fundada na base dos complexos materno e paterno, sendo, na segunda tópica, correlacionada ao pulsional. A partir da identificação secundária, a marca do pai é revestida de uma contraparte amorosa, sustentada por idealizações, porém deixando um resto estranho que resiste a essa dialética identificatória. “A transformação em Pai Morto – que por ser simbólico legífera e pacífica – não consegue dissolver totalmente os *restos* do invulnerável *Urvater*, cujos ressaibos se apresentam na vertente cruel da Consciência Moral” (p. 62).

Acerca do questionamento sobre a aplicabilidade do termo identificação à formação do supereu, entendemos que não se trata de buscar outro conceito para distinguir este mecanismo de um processo identificatório, mas de esclarecer as peculiaridades de sua instauração. Consideramos que isso exige duas pontuações: a primeira, relativa aos elementos originários do supereu, impressões pertencentes a um período arcaico da vida do sujeito, é a noção de que a identificação primária aqui em questão deve ser entendida como incorporação que exclui a possibilidade de assimilação de tais elementos; a segunda consiste, como veremos adiante, na ideia de que a consolidação do supereu como instância se dá correlativamente à identificação edípica, de modo que esta é necessária para afirmar sua condição de resto não simbolizável e para reforçar no supereu os aspectos que caracterizam sua função na dinâmica psíquica, principalmente sua relação com o eu. Assinalam-se, então, dois níveis diferentes – particularmente do ponto de vista da simbolização – da estruturação psíquica. A caracterização do supereu, conforme nosso ponto de vista, decorre de sua origem relacionada tanto aos processos de identificação, quanto ao de hiperinvestimento às expensas do eu.

Retomamos, aqui, dois pontos já citados que podem indicar as circunstâncias em que é realizada essa incorporação. Primeiro, na teorização inicial sobre os fenômenos históricos, a noção de que o trauma que opera como corpo estranho teria, em uma parte dos casos, ocorrido em um estado psíquico que impossibilitaria a reação à experiência, que não poderia ser elaborada por meio de associações por falta de uma associação que abrangesse esse estado psíquico diferenciado e o estado normal da consciência. Segundo, o caráter de estranheza do duplo que decorre do estágio mental originário em que ocorre sua criação, de modo que o que era inicialmente familiar se

transforma em algo obscuro e assustador, não assimilado ao resto do eu. Esses dois pontos sugerem pensar a formação do supereu – o corpo estranho ou duplo – como advinda de uma experiência que ocorre em um estado de desamparo, característico de um período muito inicial da vida do sujeito, no qual ainda não existe um eu estruturado que possa reagir de maneira a elaborar e integrar essas experiências, que permanecem inassimiladas.

Vimos que o supereu é introduzido na teoria freudiana como uma alteração dentro do eu. Entendemos que essa ideia pode ser efeito da forma como foi gradativamente elaborado esse conceito a partir na noção de eu. Isto é, Freud identifica funções que são articuladas, inicialmente, como pertencentes a esta instância e, conforme avança em sua teorização do aparelho psíquico, as identifica como uma divisão do eu, até chegar à formulação do supereu como instância deste diferenciada. Cabe mencionar um breve comentário encontrado na obra freudiana que contribui para a discussão acerca de sua origem e posição no psiquismo. Trata-se da afirmação, no texto *O humor*, de que o supereu seria o núcleo do eu (FREUD, 1927/1996). Embora Freud posteriormente retifique essa afirmação¹⁸, podemos tomar essa noção como abertura à concepção da origem do supereu remetendo a um período pré-edípico. Sob esse aspecto, corrobora-se a noção de internalização da instância parental originária do supereu como a incorporação de impressões advindas de experiências frente ao outro, que devido às circunstâncias do período arcaico em que ocorrem, possuem um caráter eminentemente pulsional, ainda anterior à simbolização pela lei, associada à saída do complexo de Édipo. A ideia de núcleo do eu pode ser pensada não apenas como o caráter de anterioridade da incorporação de impressões em relação à estruturação do eu como instância, mas também como a impossibilidade de elaboração destas a partir do desenvolvimento psíquico, de modo que estas permanecem inassimiláveis mesmo após a ampliação das possibilidades psíquicas de defesa contra tais impressões.

Ainda sobre sua origem, Freud (1933 [1932]a/1996) salienta que a formação do supereu da criança, na verdade, segue o modelo não dos pais, e sim do supereu dos pais. Isso porque ao assumir este lugar, os pais (ou autoridades análogas) esquecem as dificuldades da infância e identificam-se com seus próprios pais. Assim, ao educar as crianças,

¹⁸ Em nota de rodapé incluída no capítulo III de *O ego e o id*, Freud (1923a/1996) corrige a afirmação em questão, postulando que, na verdade, apenas o sistema *Pcpt.-Cs.* poderia ser o núcleo do eu.

seguem os preceitos do supereu, ligados às restrições severas que lhes foram impostas na infância. Sobre isso, Cardoso (2002), pautando-se pela noção de mensagens na qual se alicerça a teoria de Laplanche¹⁹, considera que a herança do supereu sugere uma transmissão de uma alteridade radical, elementos cujo caráter não metabolizável decorre do fato de se tratar de elementos não metabolizáveis nos próprios pais, isto é, enclaves no outro. Concordamos com essa concepção segundo a qual as mensagens com que o sujeito, em seu estado originário de desamparo, de passividade frente ao outro, é confrontado são enigmáticas não só para o sujeito, mas também para o próprio outro. Nessa proposta, no entanto, tais mensagens se referem à sexualidade inconsciente do adulto, mobilizada na relação estabelecida com a criança. Entendemos que antes do que a sexualidade inconsciente, o que está em questão é a pulsão de morte e a irrupção do traumático.

Essa origem do supereu advinda do supereu dos pais é associada por Freud ao lugar dessa instância como veículo dos julgamentos de valores e tradições transmitidos através das gerações. Neste sentido, Freud aponta o supereu como “o representante de todas as restrições morais, o advogado de um esforço tendente à perfeição — é, em resumo, tudo o que pudemos captar psicologicamente daquilo que é catalogado como o aspecto mais elevado da vida do homem” (1933 [1932]a/1996, p. 72). A leitura de afirmações como essas, contudo, pode facilmente levar a interpretações equivocadas, como a consideração do supereu como um censor moral, caso deixe de considerar o pensamento freudiano como um todo. Muito mais do que a moralidade como os preceitos socialmente construídos e compartilhados por um povo em uma determinada época, regras de conduta ou imposições pautadas na concepção de bem ou mal, as restrições ligadas ao supereu e a ideia de consciência moral a ele associada devem ser articuladas à noção de ideal do eu e ao pulsional. Trata-se, então, de uma construção singular a partir da qual são pautados os esforços do sujeito em direção à perfeição, e uma crítica ou julgamento cujo parâmetro não é simplesmente aquilo

¹⁹ Laplanche propõe a “teoria da sedução generalizada”, que, segundo Cardoso (2002), amplia o movimento freudiano de descentramento do sujeito e atribui à alteridade um lugar mais determinante, postulando a prioridade do outro na constituição psíquica. Essa teoria, enfatizando a sedução como fundamento da constituição da sexualidade, afirma a passividade originária da criança, que é confrontada com o adulto “sedutor”, com mensagens sexuais enigmáticas (inclusive para o próprio adulto), as quais transbordam sua capacidade de domínio.

que é socialmente prescrito, mas a proximidade ou compatibilidade com o ideal do eu, conforme a realidade psíquica de cada sujeito. Deste modo, como indica Freud (1914*b*/1996), os impulsos, desejos e experiências às quais um sujeito se entrega, outro sujeito rejeitará com indignação ou sequer permitirá sua entrada na consciência.

Tendo definido o lugar do supereu como instância em posição de exterioridade em relação ao eu, isto é, o estranho ligado à incorporação de aspectos inassimiláveis do outro e de impressões de um momento originário no desenvolvimento psíquico, abordaremos no próximo capítulo o processo de sua gênese, o que possibilitará distingui-lo do ideal do eu e elucidar a origem do sentimento de culpa como resultado da tensão entre eu e supereu.

CAPÍTULO 3 – A GÊNESE DO SUPEREU

Neste capítulo, iremos abordar o supereu sob a perspectiva dinâmica, para que possamos determinar sua gênese na estruturação psíquica. A apresentação da perspectiva topográfica do conceito de supereu evidencia que sua formulação resulta da retomada de questões que atravessam o pensamento freudiano desde seus momentos iniciais, ou seja, processos e noções que são identificados em textos pré-psicanalíticos e trabalhos da época da primeira tópica culminam na elaboração do supereu como instância constitutiva do psiquismo. Este conceito, portanto, é inserido em articulação com o desenvolvimento da metapsicologia como um todo, vindo responder a questões suscitadas conforme avança a experiência psicanalítica. O avanço na perspectiva topográfica amplia também as possibilidades de teorização da dinâmica psíquica. As instâncias da segunda tópica, concebidas como agentes psíquicos, permitem abordar o conflito psíquico para além da contraposição entre desejo inconsciente e defesa, introduzindo em sua teorização uma complexidade em que o supereu ocupa um lugar fundamental. Iniciaremos com uma explanação sobre o ponto de vista dinâmico e, em seguida, apresentaremos o supereu sob essa perspectiva. Em nossa articulação sobre sua gênese²⁰, destacaremos o papel do recalçamento e a diferenciação entre ideal do eu e supereu, bem como o surgimento do sentimento de culpa em consequência da tensão entre eu e supereu.

3.1 O PONTO DE VISTA DINÂMICO

Nesta perspectiva, considera-se a interação de forças que podem se combinar, se inibir, se conciliar, enfim, que agem mutuamente nos processos psíquicos. As formas de defesa contra moções pulsionais constituem uma questão central ao entendimento da dinâmica psíquica, por isso seguiremos tratando de uma defesa que desempenha um papel

²⁰ No capítulo anterior, já desenvolvemos algumas questões que estão relacionadas à gênese do supereu, no que se refere à identificação e ao hiperinvestimento que levam à instalação dessa instância no psiquismo, já que estes processos são fundamentais para caracterizar seu lugar de estranho. Como indicamos anteriormente, a divisão dos pontos de vista da apresentação metapsicológica consiste em um recurso para possibilitar o estudo dos conceitos, mas estes pontos de vista estão sempre inter-relacionados, não representando uma divisão do conceito.

proeminente dentre as interações entre forças pulsionais, o recalçamento, cuja teorização é, segundo Freud (1914a/1996, p. 26), “a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise”.

Devemos, primeiramente, retomar alguns pontos sobre o conceito de pulsão, visto que as forças de que se trata na perspectiva dinâmica são originalmente de natureza pulsional. Como mencionamos no primeiro capítulo, a pulsão atua como uma força constante e indestrutível que não pode ser satisfeita por um objeto específico, consistindo em uma tendência coercitiva à satisfação. Inicialmente apoiada em uma função vital, a pulsão é um desvio desta, referindo-se a um estímulo originado em uma parte do corpo que, ao se fazer representar no psiquismo, lhe impõe uma exigência de trabalho. Freud (1915c/1996) salienta que a pulsão não é acessível em si mesma, mas só pode ser reconhecida por seus representantes: a ideia e o afeto. A ideia é um investimento ou traço de memória; o afeto é um processo de descarga, cuja manifestação é percebida como sentimento. As modificações sofridas pela pulsão em sua busca de satisfação são diferentes conforme seus representantes. Quanto ao representante ideativo, os destinos pulsionais são a reversão ao oposto (que pode ser uma reversão do alvo ou do conteúdo), o retorno em direção ao eu, o recalçamento e a sublimação. Quanto ao afeto, este pode permanecer como é – em parte ou no todo –, pode ser transformado em um afeto diferente, especialmente em angústia, ou pode ter seu desenvolvimento suprimido, mas nunca pode ser recalçado, isto é, não há afeto inconsciente. Estes possíveis destinos da pulsão são apresentados também como formas de defesa, pois impedem sua satisfação sem modificações (FREUD, 1915a/1996).

A concepção dinâmica dos fenômenos psíquicos já havia sido conjecturada por Freud (1914a/1996; 1925 [1924]/1996) desde a época do método catártico, sendo esta, inclusive, uma das divergências que contribuíram para seu afastamento de Breuer. Enquanto este último adotou uma teoria fisiológica dos fenômenos patogênicos em seus estudos sobre neurose histérica, a teoria dos “estados hipnóides”, Freud considerou tais fenômenos como resultantes da ação mútua de forças e, portanto, os concebeu como “neuroses de defesa”. Isso significa que os mecanismos psíquicos em questão na histeria foram entendidos como um conflito entre a pulsão e a resistência que opera impedindo seu acesso à consciência. Mantém-se, contudo, o investimento de energia da moção pulsional recalçada, o que exige em contrapartida um dispêndio constante de energia por parte do eu para proteger-se das investidas da moção pulsional. Esta, mantida inconsciente por força do recalçamento,

ainda assim, consegue encontrar meios indiretos para descarga, ou seja, satisfações substitutivas que implicam distorções ou desvios em seu modo de satisfação, dentre as quais encontramos os sintomas.

O ponto de vista dinâmico possibilita distinguir duas espécies de processos psíquicos que antes se confundiam sob a denominação de processos inconscientes, no sentido descritivo do termo. Os processos latentes que podem facilmente se tornar conscientes constituem o que Freud (1933 [1932]/1996) denomina pré-consciente, enquanto que o termo inconsciente é reservado para os processos cuja transformação em algo consciente exige grandes esforços ou que, possivelmente, nunca será realizada. Essa diferenciação evidencia a atuação de forças, no que diz respeito ao inconsciente propriamente dito: por um lado, as exigências feitas pela vida pulsional, as quais têm a tendência ascendente para irromper na consciência e, por outro lado, o recalçamento, que opera como defesa para rechaçar tais moções pulsionais, bem como a resistência que o mantêm.

Freud (1914a/1996) afirma que a teoria do recalçamento não deve ser situada entre as premissas da psicanálise, mas consiste em uma de suas descobertas, pois é uma inferência teórica desenvolvida a partir do trabalho clínico. A chave desta teoria é que somente pode haver um investimento que permita o acesso de uma representação à consciência se for possível impedir a liberação do desprazer a ela associado, caso contrário, ela permanece inacessível (inconsciente) devido à regulação pelo princípio do prazer. Assim, a finalidade do processo de recalçamento é suprimir o desenvolvimento do afeto. Contudo, o recalque só incide sobre o representante ideativo da pulsão, não sendo adequado falar em afeto inconsciente. Do mesmo modo, seria uma imprecisão – embora inofensiva – falar em moção pulsional inconsciente, já que a pulsão não poderia ser representada, tanto na consciência quanto no inconsciente, senão por uma ideia (representante ideativo) (FREUD, 1900/1996; 1915c/1996).

Freud distingue duas fases do recalçamento. A primeira, o *recalçamento primevo ou originário*, refere-se a um conteúdo inconsciente cujo acesso à consciência foi negado, um conteúdo que nunca recebeu nenhum investimento do pré-consciente, conservando apenas o investimento do inconsciente. Estabelece-se, então, uma fixação, e a pulsão permanece ligada a esse representante. O *recalçamento propriamente dito* ou *pressão posterior* consiste em uma segunda fase que incide sobre os derivados do conteúdo originalmente recalçado, ou pensamentos que com ele tenham alguma ligação associativa. Aqui, trata-se de uma retirada do investimento do pré-

consciente. Deste modo, sob o ponto de vista dinâmico, é possível caracterizar a passagem de uma ideia entre os sistemas do aparelho psíquico como uma modificação em seus investimentos (FREUD, 1915*b*/1996; 1915*c*/1996).

No processo de recalçamento atua não só a repulsa proveniente do consciente, mas também a atração do que foi primeiramente recalçado sobre ideias com as quais estabeleça uma ligação. As duas forças devem cooperar para que seja alcançado o propósito do recalçamento. Em outras palavras, aquilo que foi mantido inconsciente pelo recalçamento originário é necessário para receber as ideias rechaçadas pelo consciente no recalçamento propriamente dito. Outro aspecto a ser enfatizado é que o recalçamento é um processo móbil, que não se resume a um fato que produz resultados permanentes, pois o recalçado exerce pressão constante para tornar-se consciente, o que exige uma força persistente que exerça uma contrapressão incessante (FREUD, 1915*b*/1996).

O recalçamento implica que a satisfação de uma pulsão produza desprazer. A satisfação pulsional seria invariavelmente agradável, mas neste caso, o que ocorre é que essa satisfação é irreconciliável com outras intenções, ou seja, em um lugar produziria prazer e em outro, desprazer. A condição para o recalçamento é, então, que o desprazer supere o prazer causado pela satisfação. Como consequência do recalçamento, as ideias então tornadas inconscientes continuam existindo como estruturas que estabelecem ligações, se organizam, originam derivados e produzem efeitos capazes de atingir a consciência. Quanto ao afeto originalmente ligado à ideia recalçada, este pode se ligar a outra ideia, transformando-se em algo qualitativamente diferente, para se manifestar como um sentimento. Quando cessa o investimento da resistência, que impede que as representações gerem afeto, as excitações então liberam um afeto que, devido ao recalçamento, somente poderá ser sentido como angústia (FREUD, 1900/1996; 1915*c*/1996; 1915*b*/1996).

Embora o processo de recalçamento ocupe uma posição de destaque na teoria psicanalítica, Freud (1915*c*/1996) salienta que esta não é a única relação estabelecida entre os sistemas do psiquismo. O inconsciente pode se desenvolver, pode influenciar e ser influenciado pelo pré-consciente e com ele manter diversos tipos de relação, inclusive de cooperação. Essa possibilidade, por exemplo, pode ocorrer quando uma moção inconsciente vai ao encontro de uma tendência pré-consciente, situação esta na qual o recalçamento é removido e o que estava então recalçado passa a reforçar a atividade almejada pelo eu.

Observa-se que na perspectiva dinâmica é fundamental a ideia de defesa, esta exercida pelo eu frente ao pulsional, uma capacidade que se desenvolve conforme essa instância se consolida como tal. Neste sentido, a introdução do conceito de narcisismo consiste em um avanço imprescindível na metapsicologia, pois possibilita considerar o eu como um reservatório de libido que opera como defesa estruturante. Freud (1914b/1996; 1910[1909]/1996) indica que o narcisismo consiste no investimento libidinal realizado no próprio eu, existente em todo ser vivo, necessário à autopreservação. Contrariamente ao eu, que é uma formação que não existe desde o início da vida, devendo ser desenvolvido, as pulsões auto-eróticas sucedem desde o começo. A satisfação de tais pulsões é alcançada no próprio corpo – como o prazer obtido ao chupar o dedo – e em ligação com atividades relacionadas a funções vitais, o que caracteriza o auto-erotismo.

Para ser produzido o narcisismo, algo deve ser agregado ao auto-erotismo. Assim, o *narcisismo primário* se constitui a partir do investimento libidinal realizado, pelos pais, no sujeito. Trata-se de uma supervalorização que possibilita aos pais a reviverem e reproduzirem seu próprio narcisismo, há muito abandonado, na relação com os filhos. Deste modo, os pais atribuem ao filho todas as perfeições, imaginam que concretizará os sonhos que eles não realizaram, ocultam suas deficiências, reivindicam que ele possua os privilégios que tiveram que abandonar, suspendendo em favor deste as aquisições culturais que são obrigados a respeitar. A criança é considerada como “o centro e o âmago da criação” (FREUD, 1914b/1996, p. 98), assim como os próprios pais um dia se imaginaram.

Desta maneira, o eu possui um investimento libidinal original, o qual é, em parte, transmitido a objetos, mas fundamentalmente persiste e relaciona-se com os investimentos objetais ao modo de uma ameoba que produz pseudópodes. Constitui-se, então, um *narcisismo secundário*, superposto ao primário, oriundo da indução de investimentos objetais, o que instaura uma antítese entre libido objetal e libido do eu, pois uma se esvazia conforme a outra é empregada. Freud (1914b/1996) trata dessa alteração na distribuição libidinal mencionando que uma pessoa apaixonada é um exemplo de situação em que a libido objetal atinge um grau mais elevado, pois o sujeito coloca a si mesmo em segundo plano, em favor do investimento na pessoa amada. Como exemplo da situação oposta, menciona o caso de uma pessoa doente ou acometida pela dor, que retira o investimento libidinal dos objetos amorosos e perde o interesse pelo mundo externo, voltando a libido para o eu –

similarmente ao que ocorre durante o sono – enquanto durar sua enfermidade e reinvestindo-a no mundo externo ao se recuperar.

O conceito de narcisismo possibilita desenvolver as noções de investimento libidinal e de identificações, além de se relacionar à introdução do conceito de ideal do eu. A partir deste, se instala uma auto-exigência que impele à busca da perfeição, uma presença estranha de elementos pulsionais que foram originariamente incorporados e que se contrapõe às defesas do eu, estabelecendo-se como instância estranha a ele: o supereu. O mecanismo de recalçamento, como veremos em seguida, tem um papel central na gênese desta instância, bem como na diferenciação entre ideal do eu e supereu. Além de possibilitar o esclarecimento de sua gênese, a apresentação do supereu sob essa perspectiva permitirá o entendimento da dinâmica estabelecida entre eu e supereu, sobretudo na produção do sentimento de culpa.

3.2 O SUPEREU PELA ÓTICA DO RECALCAMENTO: IDEAL DO EU E CULPA

A nova topografia do aparelho psíquico e a mudança na forma de conceber suas instâncias possibilita avançar na abordagem dos aspectos dinâmicos, trazendo novas questões acerca dos mecanismos psíquicos. O caráter de estranho do supereu, de algo inassimilável ao eu que se torna crítico, perseguidor e cruel, introduz no funcionamento psíquico uma dinâmica complexa, que evidencia a insuficiência da oposição entre algo inconsciente e um eu que a isso resiste e possibilita uma abordagem da ideia de conflito psíquico em uma multiplicidade de aspectos.

Para abordar os aspectos dinâmicos relativos ao supereu, é fundamental o delineamento de seu âmbito, diferenciando-o de outros conceitos que, nos textos de Freud, muitas vezes parecem ser indiferenciados. A aparente equivalência dos termos supereu, ideal do eu e eu ideal na obra freudiana traz dificuldades para a compreensão de um conceito, por si mesmo, complexo, dificuldades que podem ser evitadas a partir do rigor conceitual. Concordamos com Cardoso (2002) quanto à importância de distinguir o supereu das instâncias ideais, na medida em que essa aproximação obscurece tanto o aspecto pulsional e disjuntivo do supereu, quanto as funções de ligação das instâncias ideais. Iniciaremos, portanto, pela delimitação destes conceitos.

Associado ao narcisismo primário, o eu ideal surge como alvo do amor desfrutado pelo eu na infância. Como já mencionamos, o narcisismo primário significa que os pais, revivendo seu próprio narcisismo, atribuem à criança todas as perfeições, colocando-a como o

centro da criação. Assim, como resíduo dessa suposta perfeição narcisista, que o sujeito não se dispõe a renunciar, podemos entender o eu ideal como uma imagem idealizada de si que remete ao eu infantil, uma construção para fazer frente ao desamparo, velando-o com uma imagem de perfeição. Essa imagem, por ser investida pelos pais, possibilita que a criança a ela se identifique, o que tem um papel fundamental na constituição do eu. Conforme o eu se desenvolve, distanciando-se do narcisismo primário, a libido é deslocada em direção ao ideal do eu, uma tentativa do sujeito de recuperar o estado anterior. “O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância na qual ele era o seu próprio ideal” (FREUD, 1914*b*/1996, p. 101). A diferença entre esses conceitos é evidenciada, então, pela referência a uma preservação de um estado anterior idealizado, no caso do eu ideal, em contraposição à projeção de uma imagem idealizada que se almeja alcançar, o ideal do eu.

Freud (1914*b*/1996; 1933[1932]*a*/1996) indica que o supereu representa não apenas a influência dos pais, mas também de educadores, pessoas escolhidas como modelos e, enfim, da sociedade, de modo que há um afastamento, no curso do desenvolvimento, das figuras parentais, tornando-se essa instância mais impessoal. A isso é associado especialmente um caráter interditor, que estimula o recalçamento como uma derivação de uma proibição que inicialmente proveio de fora. No período em que ocorre a influência dessas pessoas, período do complexo de Édipo, estas possuem uma qualidade de extraordinário, atributo que posteriormente será perdido. Tais considerações parecem ser aplicáveis mais acertadamente ao ideal do eu do que ao supereu por tratar-se, aqui, de identificações com pessoas colocadas no lugar de ideal e da intervenção destas identificações no incitamento ao recalçamento. Quanto à impessoalidade do supereu, esta seria, conforme nossa leitura, decorrente de sua natureza pulsional, ligada à ação disjuntiva da pulsão de morte.

O ideal do eu expressa a admiração pela perfeição atribuída aos pais pela criança, instaurando-se como identificação a essa imagem. Também são realizadas identificações com os pais em uma fase ulterior, na qual não são mais dotados dessa perfeição, contudo estas passam a atingir somente o eu. Na medida em que é instaurado como ideal a ser alcançado pelo eu, o ideal do eu possui efeitos não apenas do ponto de vista da estruturação e dinâmica psíquica, mas também no que se refere à moralidade, à religiosidade, bem como aos sentimentos sociais, que se baseiam em identificações com pessoas apoiadas em um mesmo ideal do eu (FREUD, 1923*a*/1996; 1933 [1932]*a*/1996).

Freud (1914b/1996) postula que o ideal do eu surge como algo vindo de fora, cuja realização produziria satisfação. O ideal do eu é associado ao julgamento crítico, na medida em que a satisfação libidinal por meio de objetos é submetida a condições rigorosas. Há, portanto, um censor que rejeita certos objetos por considerá-los incompatíveis com o ideal que o sujeito busca se tornar. Como já destacamos, esta crítica que incide sobre o próprio eu, tomando-o como objeto, vigiando-o e medindo-o pelo ideal do eu, é realizada pelo supereu. Esta noção nos demonstra que supereu e ideal do eu, embora estejam intimamente relacionados – especialmente no sentido de ser o supereu o veículo do ideal do eu –, não são conceitos equivalentes.

Sobre essa diferença, Cardoso (2002) comenta que há um contraponto no qual são colocadas em jogo, mais ou menos harmoniosamente, uma dimensão de ataque pulsional ligada ao supereu e uma dimensão de simbolização ligada ao ideal do eu, este diretamente vinculado, então, à questão da lei. Também Gerez-Ambertín (2009) afirma o caráter de simbolização associado ao ideal do eu, bem como sua ascendência relacionada ao recalçamento. O ideal do eu, em sua primazia simbólico-imaginária, atua preservando o eu e velando pela satisfação narcísica, diferentemente do supereu, que ligado à pulsão de morte, conspira contra o narcisismo, as identificações e a libido. Enquanto o supereu é efeito de uma identificação primária, o ideal do eu é efeito do recalçamento secundário e da identificação edípica. A partir do recalçamento, mecanismo que ocupa uma posição central na dinâmica psíquica, é possível não apenas esclarecer a diferença entre esses conceitos, mas também avançar na compreensão da função do supereu no aparelho psíquico.

Já mencionamos que o recalçamento tem como finalidade impedir que uma representação cuja liberação de desprazer não possa ser inibida tenha acesso à consciência, consistindo em um mecanismo de defesa que opera em duas fases: o recalçamento primevo ou originário e o recalçamento propriamente dito ou secundário. Na primeira fase, Freud (1915b/1996; 1915c/1996) postula que são excluídas da consciência representações ou ideias ainda sem qualquer investimento pré-consciente, ao passo que na segunda fase, necessária para manter o recalçamento, não se trataria apenas de impedir que uma representação seja investida, mas também de retirar o investimento pré-consciente já realizado. Consideramos mais preciso, quanto aos elementos sobre os quais opera o recalçamento originário, falar não em representações, mas em impressões, marcas anteriores à possibilidade de ligação a uma ideia que as represente estabelecendo associações com outras representações,

devido ao momento arcaico em que ocorre essa operação. Ou seja, entendemos que no momento em que incide o recalçamento originário ainda não haveria, no psiquismo, uma capacidade de simbolização suficientemente desenvolvida, mas predominantemente a entrada de impressões no aparelho psíquico.

Concordamos com a posição de Cardoso (2002) que, baseando-se na teoria de Laplanche, considera que a origem do supereu deve ser situada entre dois tempos do recalçamento originário. Em um primeiro tempo, o inconsciente do outro age sobre o sujeito por meio de mensagens que o transbordam, como algo externo diante do qual o sujeito está em situação de passividade e que produz o que pode ser entendido como um traumatismo. No segundo tempo, essas mensagens se tornam internas, contudo ainda mantendo a posição de exterioridade em relação ao eu, de modo que o traumatismo transforma-se em autotraumatismo, provocando o recalçamento. Assim, inicialmente, ocorre no psiquismo a inscrição de mensagens enigmáticas, as quais por não poderem ainda ser traduzidas pelo sujeito, são apenas implantadas como índices de percepção. O ato psíquico diante dessas mensagens produz uma pré-ligação, um movimento defensivo que, no entanto, não deve ser considerado como proveniente de um eu estruturado como instância, mas como uma defesa baseada em mecanismos mais elementares. Há a operação não só do aspecto de des-ligação decorrente da intromissão de mensagens, mas também dos recursos de ligação, trazidos pelo outro. Esse momento, intermediário entre os dois tempos do recalçamento originário, refere-se ao auto-erotismo, precedendo a constituição de uma unidade narcísica. Em um tempo posterior à implantação de tais mensagens, a pulsão se constitui como um corpo estranho, caracterizando uma dimensão de ataque que provém do interior, elementos que assumirão um caráter imperativo.

É no processo de recalçamento, portanto, mais especificamente no momento intermediário entre os dois tempos do recalçamento originário, que se impõe o caráter não metabolizável de certas mensagens. Estas, por não poderem ser traduzidas, de modo a ser assimiladas ao eu ou recalçadas tornando-se parte do isso, se inscrevem tão somente como marcas, aquém das representações, elementos que indicam a intromissão do outro e que constituem o supereu. Nessa perspectiva, o supereu não seria oriundo de um processo de identificação, pois, no momento em que se dá a implantação dos índices de percepção, ainda não há possibilidade de um movimento por parte do eu para a eles se identificar – o que implicaria assimilá-los –, já que este último ainda não está constituído. O processo aqui em questão

consistiria em uma forma violenta de implantação, a intromissão. Esse aspecto violento conduz à ideia de uma “cultura pura de alteridade”, pois essa intromissão de mensagens opera como um enclave, como exterioridade que não pode ser integrada no psiquismo. Esta condição de enclave resulta de fatores múltiplos, relacionados à singularidade das mensagens do outro, às condições em que estas foram implantadas e à capacidade de ligação do eu, entrando em questão a temporalidade do recalçamento originário e do recalçamento secundário implicada nas condições de simbolização (CARDOSO, 2002).

A ideia de mensagens não metabolizáveis, conforme salientado por Cardoso (2002), significa que estas não conseguem aceder à metabole recalcante, instaurada no segundo tempo do recalçamento originário. Em relação a estas mensagens, que mantêm seu estatuto mesmo após o desenvolvimento das possibilidades de ligação e defesa pelo eu, o sujeito permanece em situação de passividade. Há, portanto, um atributo de paralisia relacionado à impotência do sujeito frente ao outro onipotente. Constitui-se, assim, o supereu como um núcleo perseguidor, de modo que o eu, sem poder simbolizar o enigma do outro com o qual se vê confrontado, apenas pode repetir de forma compulsiva e fragmentada os elementos dessas mensagens, os índices de percepção.

Consideramos pertinente a noção de fracasso de tradução, utilizada por Cardoso (2002), a qual implica níveis distintos que se referem à diferenciação entre os processos de formação do supereu e do recalçado. Este último implica um fracasso *parcial*, definindo a própria formação do recalçado como resto deformado de tradução e caracterizando uma clivagem no psiquismo. O processo de formação do supereu, por sua vez, implica um fracasso *radical* de tradução, ou antes, um fracasso em traduzir que se situa num momento lógico aquém do ato de recalçamento, a impossibilidade de entrada na lógica deste mecanismo. Neste caso, não se produziria uma clivagem propriamente dita, pois se trata de algo colocado em uma posição exterior ao eu antes que nele tenha sido integrado como representação. O supereu se situa, assim, aquém do recalçado.

Há aqui, uma importante relação com o narcisismo, pois um fracasso deste é indissociável do fracasso em traduzir. Cardoso (2002) salienta que o processo de constituição do eu é correlativo ao processo de recalçamento, mencionando, a esse respeito, a ideia de fronteira do eu conforme articulada por Federn. O estado inicial de passividade do sujeito implica a ausência de fronteiras do eu frente às mensagens enigmáticas do outro, o que possibilita que sua sexualidade inconsciente se intrometa no sujeito. Somente no segundo tempo do recalçamento

originário, pode-se considerar a instauração dessas fronteiras, um processo simultâneo, então, à formação do recalcado e dos enclaves que constituem o supereu. Estabelecidas pelo investimento narcísico – que possibilita o reconhecimento de si e a diferenciação entre o eu e o outro –, as fronteiras do eu são correlatas à capacidade de simbolização e, podemos dizer, de defesa frente à realidade externa. Na medida em que no momento inicial da constituição do psiquismo tais fronteiras ainda não foram delimitadas, o sujeito encontra-se aberto às mensagens enigmáticas que o invadem com um caráter potencialmente perseguidor. Ou seja, a falta ou precariedade da unidade narcísica está associada ao fracasso do recalçamento, a uma capacidade de defesa muito limitada.

Quanto ao recalçamento secundário, para tratarmos de sua relação com o supereu é imprescindível abordar o complexo de Édipo e a castração. A relação entre a tragédia grega de Sófocles *Oedipus Rex* e o psiquismo humano é anunciada em uma carta a Fliess datada de 1897, na qual Freud aponta que

[...] a lenda grega capta uma compulsão que toda pessoa reconhece porque sente sua presença dentro de si mesma. Cada pessoa da platéia foi, um dia, em germe ou na fantasia, exatamente um Édipo como esse, e cada qual recua, horrorizada, diante da realização de sonho aqui transposta para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do seu estado atual (FREUD, 1897/1996, p. 316).

Como o fenômeno central da sexualidade na primeira infância, o complexo de Édipo refere-se à relação de caráter triangular estabelecida com os pais. No caso do menino, desenvolve-se, desde uma idade muito precoce, um investimento objetal pela mãe e uma identificação com o pai, tomando-o como modelo, ou pode-se dizer, como seu ideal. Esses dois laços coexistem durante algum tempo, sem nenhuma interferência mútua. Em decorrência de uma tendência à unificação, eles posteriormente se reúnem, de modo que dessa confluência origina-se o complexo de Édipo. Assim sendo, a identificação com o pai, que já era ambivalente desde o início, assume uma coloração hostil, pois conforme o desejo pela mãe se intensifica, instaura-se um desejo de se livrar do pai, percebido como obstáculo, para então ocupar o seu lugar na relação com a mãe (FREUD, 1921/1996; 1923a/1996).

Quanto à situação da menina no complexo de Édipo, Freud (1931/1996) afirma que o desenvolvimento de sua sexualidade é mais complexo, pois implica duas alterações: uma concernente à zona genital, que se trata do abandono do clitóris, análogo ao órgão masculino, em favor da vagina, seu órgão genital propriamente dito; e uma concernente à troca de objeto, pois seu objeto original também é a mãe, que posteriormente deve ser substituída pelo pai. A fase pré-edípica tem uma grande importância, nesse caso, pois a relação de dependência com o pai herda a ligação com a mãe, igualmente intensa e que dura um longo período. Destarte, a bissexualidade, no caso da menina, torna-se mais evidente, pois sua vida sexual possui uma fase de caráter masculino, e uma fase especificamente feminina, após a realização das alterações supracitadas, contudo, sem que ocorra o abandono absoluto da atitude característica da fase masculina. Essa transição entre as fases é uma particularidade da sexualidade feminina, não havendo nada análogo na vida sexual do homem.

Outro contraste entre os sexos se refere ao complexo de castração, noção esta que deve ser entendida a partir do que é denominado como *primazia do falo*, que domina a organização genital na vida sexual infantil. Diferentemente do que ocorre na sexualidade adulta, na infância a organização genital leva em consideração apenas o órgão masculino, pois se baseia na observação da presença ou ausência do pênis, não havendo a referência ao órgão genital feminino. Deste modo, não há, ainda, a polaridade entre masculino e feminino como concebida após a puberdade, mas a antítese entre ter um pênis ou ser fático e ser castrado (FREUD, 1923b/1996). A maneira como é percebida essa distinção – o que significa a percepção das diferenças sexuais – pelo menino e pela menina, implica uma diferença na relação com a castração e, conseqüentemente, na dissolução do complexo de Édipo.

A menina, ao notar que sujeitos do sexo masculino têm pênis, o identifica com um correspondente superior de seus genitais, percebe então que não o tem e quer tê-lo, o que é identificado como inveja do pênis. Disso decorre o afrouxamento da relação com a mãe, em geral considerada a responsável por sua falta de pênis, e um deslizamento da libido do desejo de ter um pênis para o desejo de ter um bebê²¹,

²¹ Freud (1933 [1932]b/1996) afirma que, conforme transcorrem as fases do desenvolvimento sexual, nas quais ocorrem modificações na organização da libido – as fases oral, sádico-anal, fálica e genital –, estabelece-se uma

voltando-se, então, ao pai, que passa a ser o objeto de amor, pois poderia lhe dar o filho. O menino, por sua vez, ao ver o órgão genital de uma menina, mostra desinteresse, não o vê ou rejeita o que viu, tentando manter suas expectativas de que todos possuem pênis. Somente quando sofre uma ameaça de castração, ligada à atividade masturbatória, é que a descoberta dos genitais femininos adquire importância, forçando-o a acreditar na realidade dessa ameaça e provocando reações de horror ou desprezo diante da mulher por esta ser castrada, as quais podem, caso se tornem fixas, determinar sua relação com as mulheres no futuro (FREUD, 1925/1996).

Essas diferenças colocam o complexo de Édipo no menino e na menina em posições distintas. Nos meninos, o complexo de castração destrói o complexo de Édipo, ou seja, o menino abandona o investimento objetal pela mãe após ter sofrido uma ameaça de castração. Nas meninas, inversamente, o complexo de castração precede e introduz o complexo de Édipo, o qual consiste em uma formação secundária, pois o reconhecimento da própria castração possibilita que a menina invista o pai como seu objeto²². Isso permite dizer que a castração, cujos efeitos distintos correspondem ao fato de ter sido executada ou apenas ameaçada, inibe a masculinidade e impulsiona a feminilidade (FREUD, 1925/1996).

A dissolução do complexo de Édipo, que ocorre após a primeira infância, inaugura o chamado período de latência, no qual o recalçamento dos impulsos sexuais incestuosos, realizado para afastar o perigo de castração, interrompe o desenvolvimento sexual até sua retomada na puberdade. Freud (1924*b*/1996) considera que a destruição desse fenômeno se dá a partir da experiência de desapontamentos, referente à impossibilidade interna da criança de ocupar o lugar de objeto amado acima de todas as coisas pelo pai ou de ter a mãe como sua propriedade, conforme a posição feminina ou masculina,

equivalência simbólica entre fezes, dinheiro, dádiva, bebê e pênis, objetos dotados de caráter fálico.

²² A respeito disso, cabe mencionar que Freud (1931/1996) identifica três possibilidades diferentes de desenvolvimento a partir do reconhecimento da própria castração pela menina: a primeira acarreta o abandono da atividade fálica e uma aversão à sexualidade de forma geral; a segunda, uma persistência desafiadora em afirmar sua masculinidade, com a fantasia de ser homem e a esperança de, em algum momento, conseguir um pênis; e a terceira, na qual o complexo de Édipo alcança a forma feminina, tomando o pai como objeto e caracterizando a atitude feminina propriamente dita.

respectivamente. Assim, a criança é levada a abandonar os investimentos objetais nos pais, substituindo-os por identificações. Deve-se ressaltar que o complexo de Édipo implica simultaneamente a atividade e a passividade, possuindo uma orientação dupla em conformidade com a bissexualidade característica da infância. Sua dissolução, então, envolve o agrupamento de diferentes tendências, produzindo, por um lado, uma identificação paterna, que preserva a relação objetal com a mãe e substitui a relação com o pai, e por outro lado, uma identificação materna, que possibilita assumir, de certo modo, o lugar da mãe, preservando o pai como objeto de amor. A disposição sexual do sujeito é decorrente da intensidade relativa dessas identificações. Isto é, se a partir da dissolução do complexo de Édipo produzir-se no menino uma intensificação da identificação com o pai, consolida-se seu caráter masculino; analogamente, na menina, uma intensificação da identificação com a mãe consolida seu caráter feminino (FREUD, 1923a/1996; 1925/1996).

Lacan (1957-1958/1999) salienta que o complexo de Édipo tem a função de normatização, não apenas na estrutura moral do sujeito e nas relações deste com a realidade, mas também na assunção do sexo, ou seja, no reconhecimento de si em uma posição de virilidade ou feminilidade, reconhecimento diretamente ligado ao ideal do eu, pois essa assunção da genitalidade torna-se um elemento deste último. No drama edipiano, a função paterna²³ ocupa um lugar central. O autor esclarece que no complexo de Édipo se identificam três tempos. No primeiro tempo, a criança se identifica como objeto do desejo da mãe, isto é, busca satisfazê-lo, o que permite dizer que deseja o desejo da mãe. No segundo tempo, o pai intervém como proibidor, como portador da lei, transmitindo uma mensagem que “não é simplesmente o *Não te deitarás com a tua mãe*, já nessa época dirigido à criança, mas um *Não reintegrarás teu produto*, que é endereçado à mãe” (p. 209). Esse momento representa um questionamento da posição da criança, pois possibilita seu posicionamento como não apenas objeto do desejo da mãe, para constituir-se como sujeito desejante. No terceiro tempo, o pai intervém como possuidor do falo, como capaz de dá-lo à mãe, sendo a saída do Édipo dependente desta etapa, “na qual se trata de o menino se identificar com o pai como possuidor do pênis, e de a menina reconhecer o homem como aquele que o possui” (p. 203).

²³ Lacan (1957-1958/1999) salienta que o pai é antes uma função do que uma presença no nível da realidade. Assim, o complexo de Édipo pode se estabelecer, em sua função normalizadora, mesmo quando o pai está ausente.

A lei, da qual o pai é o suporte, refere-se ao que é articulado no nível do significante. Trata-se, aqui, do pai simbólico, pai morto, na medida em que o assassinato do pai é condição para que nele seja fundada a lei. O pai interdita a mãe, marcando que, como objeto, ela não é do filho, mas dele, sustentando a lei de proibição ao incesto. Assim, o pai intervém como metáfora, pois se coloca no lugar da mãe, como um significante que substitui o primeiro significante, significante materno. Essa lei simbólica, com a qual a castração tem um vínculo essencial, estabelece uma relação de rivalidade, geradora de uma agressão que, partindo do filho em direção ao pai, a ele retorna por ser projetada imaginariamente no pai uma agressividade equivalente ou maior do que as próprias tendências agressivas (LACAN, 1957-1958/1999).

Freud (1923a/1996) afirma que do período dominado pelo complexo de Édipo resulta, como um precipitado no eu, o ideal do eu ou supereu, instância que teria a missão de recalcar o complexo de Édipo. É necessário, no entanto, esclarecer essa ideia, pois como ressaltamos anteriormente, ideal do eu e supereu não são conceitos equivalentes. Em um momento anterior a essa formulação, Freud (1914b/1996) salienta que o recalçamento incide sobre as moções pulsionais (ou antes, seus representantes) quando estas entram em conflito com aquilo que o sujeito reconhece como um padrão para si mesmo, ideias culturais e éticas a cujas exigências se submete, ou seja, o ideal do eu. Assim, o recalçamento provém do eu, mas é condicionado pelo ideal do eu, pois este aumenta as exigências daquele.

O ideal do eu é uma formação ligada à satisfação narcísica. Entendemos que, como tal, deve ser compreendido a partir das identificações e da relação com a castração. Freud (1924b/1996) indica acerca da dissolução do complexo de Édipo, especialmente no menino, que as duas satisfações possíveis – por meio das posições masculina e feminina – implicam a perda do pênis, isto é, a castração. Isso porque no caso da satisfação pela relação com a mãe, ocupando para isso o lugar do pai, que passa a ser sentido como um estorvo, a castração se impõe como punição; e no caso da satisfação que a criança poderia obter sendo amada pelo pai, assumindo o lugar da mãe, então tornada supérflua, a castração consiste numa precondição. Deste modo, a satisfação dos desejos edípicos, ao implicar a castração tanto na forma ativa quanto na passiva, entra em conflito com o investimento narcísico. Para defender-se da castração, a criança recalca os desejos incestuosos e parricidas, dando as costas ao complexo de Édipo.

Freud (1923a/1996) afirma que o eu se fortifica para executar o recalçamento por meio da instituição dentro de si mesmo do obstáculo à

satisfação dos desejos edípicos, originalmente imposto pelos pais, sobretudo pelo pai. Associada a isso, está a noção de constituição do supereu como instância que retém o caráter do pai, cuja severidade em sua dominação sobre o eu será maior quanto mais poderoso for o complexo de Édipo e mais rápido for o seu recalçamento. Freud (1924*b*/1996) indica, ainda, que o supereu, como efeito da introjeção da autoridade paterna que perpetua a proibição da satisfação dos desejos edípicos, tem participação na maior parte dos recalçamentos posteriores, de modo a defender o eu do retorno dos investimentos libidinais provenientes de tais desejos. Acreditamos que essa participação do supereu no recalçamento pode ser concebida a partir de sua função de veículo do ideal do eu. Assim, ao julgar o eu a partir dos padrões estabelecidos pelo ideal do eu, o supereu instigaria o recalçamento como defesa contra aquilo que se distancia desses padrões, em especial, contra o que tenha associação com a satisfação dos desejos edípicos.

Já mencionamos que, no caso do menino, o motivo para a dissolução do complexo de Édipo é o temor da castração. É relevante tratarmos do que ocorre na situação da menina, pois essa diferença tem consequências para a formação do supereu nas mulheres. Como na menina a castração se apresenta como um fato consumado, o temor da castração não possui o mesmo lugar que ocupa para o menino. Freud sugere que, como a compensação pela sua falta de pênis, o desejo de receber um bebê do pai – ou dar-lhe um filho –, nunca se realiza, isso faz com que o complexo de Édipo seja gradativamente abandonado. A mulher pode lidar com os desejos edípicos mediante o recalçamento, ou suas consequências podem persistir em sua vida psíquica com bastante ênfase, pois, como não sofrem o efeito destrutivo das influências hostis que atuam nas circunstâncias vividas pelo homem, o complexo de Édipo na mulher pode nunca ser superado. Em decorrência disso, a dissolução do complexo de Édipo na mulher teria implicações culturais de menor importância, bem como uma diferença em relação aos homens no que diz respeito ao nível do eticamente normal. Em comparação ao supereu dos homens, o supereu da mulher, então, não seria tão inexorável, impessoal ou independente das origens afetivas²⁴ (FREUD, 1924*b*/1996; 1925/1996; 1931/1996).

²⁴ Optamos por não desenvolver aqui a questão da menor severidade do supereu na mulher, porque isso exige um estudo mais aprofundado acerca da sexualidade feminina, o que fugiria dos objetivos propostos neste trabalho.

O recalçamento que atua na dissolução do complexo de Édipo consiste no recalçamento secundário, registro no qual Cardoso (2002) situa a relação do supereu com a moralidade e a culpa.

A dimensão de moralidade, moralidade da qual sublinhamos entretanto o caráter categórico, só será introduzida no *a posteriori* do recalçamento secundário. Esta dimensão virá de qualquer modo trazer um sentido (embora sob a forma imutável, ainda “intraduzível”, dos imperativos morais categóricos) àquilo que resiste firmemente ao esquema da tradução, talvez mesmo àquilo que foi introduzido, intrometido (CARDOSO, 2002, p. 113).

Concordamos com esse posicionamento da autora, que apresenta a noção de que as mensagens enigmáticas que em um momento anterior foram intrometidas no psiquismo e que originaram o supereu podem permanecer intraduzíveis no recalçamento secundário, tempo em que sofrem uma derivação pelas vias do complexo de Édipo e da castração. Desta maneira, o supereu não teria ligações intrínsecas com a moralidade, sendo apenas o eu, pelo recalçamento secundário, que atribui ao supereu sua face interditora. A culpabilidade viria como uma espécie de simbolização da dimensão pulsional persecutória, conservando, porém, o predicado de intraduzível dos enunciados morais de caráter categórico.

Na estruturação do aparelho psíquico, o complexo de Édipo traz consequências cruciais que devem ser entendidas em diferentes dimensões. A partir de Cardoso (2002) propomos pensar a dimensão de moralidade do supereu como se sobrepondo aos elementos anteriormente intrometidos e evocando o outro onipotente, os aspectos pulsionais com os quais o sujeito foi confrontado no momento anterior, caracterizado pelo desamparo e por uma capacidade de defesa muito limitada. Desta forma, a moralidade aqui em questão é necessariamente ligada a uma dimensão pulsional que não pode ser assimilada ao registro da lei, portanto, que não atua como mera proibição ou preceito ético, mas como um imperativo categórico.

Já quanto ao ideal do eu, este se origina das identificações edípicas. Isso também significa que pode ser considerado como uma formação resultante da atuação de mecanismos de defesa psíquica contra o sexual. Devemos ressaltar que o sexual remete sempre à castração, na medida em que a vida sexual – a posição que o sujeito nela vai assumir

– organiza-se a partir da percepção das diferenças sexuais, que como mencionamos anteriormente, instaura-se na infância em torno da primazia do falo, estando ligada à oposição fálico-castrado. Assim sendo, diante da castração, que defronta o sujeito com sua própria falta, com a incompletude e imperfeição do eu, o ideal do eu se sustenta como alvo no qual essa falta seria obturada.

Além do recalçamento, opera, também, na dissolução do complexo de Édipo, o processo de sublimação de parte das tendências libidinais, associada à dessexualização e à transformação de investimentos objetais em identificações, bem como a inibição em seu objetivo, que possibilita sua transformação em afeição. A sublimação consiste em um destino pulsional que, ao mesmo tempo em que atua como uma defesa contra o sexual, possibilita uma satisfação, a qual é alcançada por meio da deflexão da sexualidade, ou seja, pelo direcionamento da pulsão para uma finalidade não sexual. Por meio deste mecanismo, é possível que o sujeito se dedique às atividades psíquicas mais valorizadas social e culturalmente, como as atividades artísticas, científicas e ideológicas. Deve ser considerado, ainda, o processo de idealização, por meio do qual um objeto é exaltado e engrandecido no psiquismo do sujeito. A idealização se diferencia da sublimação na medida em que esta última refere-se a algo que ocorre com a pulsão, incidindo na esfera da libido objetal, enquanto aquela se refere a algo que ocorre com o objeto, tanto no âmbito da libido objetal, quanto no âmbito da libido do eu (FREUD, 1914*b*/1996; 1924*b*/1996; 1930 [1929]/1996).

Freud (1923*a*/1996) indica: “O que pertencia à parte mais baixa da vida mental de cada um de nós é transformado, mediante a formação do ideal no que é mais elevado na mente humana pela nossa escala de valores” (p. 49). Em outras palavras, pelo processo de idealização, o que era investido sexualmente torna-se aquilo que é considerado mais elevado no psiquismo humano, e que constitui o ideal do eu. Consideramos que a idealização atua não só na formação do ideal do eu, mas também do supereu, pois está associada ainda ao hiperinvestimento do objeto, que como referimos anteriormente, está relacionado à formação de um corpo estranho no psiquismo. A diferença entre essas duas circunstâncias parece ser que no primeiro caso, é possível a identificação com o objeto, ao passo que no segundo caso, o objeto hiperinvestido é incorporado de modo a manter seu estatuto de estranho, como um outro que se torna parte do psiquismo sem ser, de fato, a ele integrado.

Quanto à sublimação, Freud (1914*b*/1996) salienta que esse mecanismo é exigido e estimulado pelo ideal do eu, embora ocorra independentemente desse estímulo. Conquanto a formação do ideal do eu e a sublimação não se confundam – inclusive, um ideal elevado não está necessariamente ligado ao sucesso em sublimar as pulsões –, esse processo também teria um papel na formação do ideal do eu. Freud (1923*a*/1996, p. 67) afirma que a identificação que toma o pai como modelo “tem a natureza de uma dessexualização ou mesmo de uma sublimação”. A formação do supereu deve, contudo, ser diferenciada da sublimação, embora ambas sejam possibilidades de desdobramentos do complexo paterno e evidenciem a defusão pulsional. O supereu implica uma dessexualização, uma defusão pulsional que está associada à severidade e crueldade dessa instância, em seu caráter imperativo, uma situação na qual o componente erótico não é capaz de promover uniões. Assim, enquanto a sublimação é um destino pulsional que eleva o valor do objeto, o supereu degrada o objeto antes idealizado, conduzindo ao imperativo, transfigurando o investimento objetual em pura coação que incita a um gozo masoquista (GEREZ-AMBERTÍN, 2009).

Segundo Lacan (1998*a*), por meio da identificação edípica, o sujeito pode transcender a agressividade correlata ao processo de individuação do qual advém a estruturação do eu. Deste modo, essa identificação possibilita a neutralização do conflito inerente à situação de rivalidade ligada à morte do pai. Trata-se da função do complexo de Édipo no que se refere a uma sublimação que marca a reformulação identificatória do sujeito. Ou seja, da função apaziguadora do ideal do eu, formado como resultado da saída do complexo de Édipo, conectando a normatividade libidinal à normatividade cultural, tendo como fundamento a imago do pai.

Freud indica que as defesas contra as exigências pulsionais do complexo de Édipo “são a fonte das realizações mais preciosas e socialmente importantes da mente humana; e isto é válido não somente na vida dos indivíduos, como também provavelmente na história da espécie humana como um todo” (FREUD, 1926 [1925]/1996, p. 257). Podemos considerar que isso ocorre tanto pela constituição do ideal do eu, quanto pelo supereu. Parece-nos, no entanto, que o ideal do eu seria originado mais diretamente dessas defesas, estando mais propriamente ligado a tais realizações, caracterizando-se como uma instância identificatória, portanto de caráter narcísico. O supereu, diferentemente disso, parece ser caracterizado não como uma formação derivada diretamente desses processos, mas como resto, como estranho que atua julgando o eu conforme o ideal do eu.

Até este ponto, tratamos predominantemente dos aspectos dinâmicos relacionados à constituição do supereu como instância. Vimos, portanto, que em sua gênese o recalçamento apresenta-se como um mecanismo fundamental, já que é como resto desta operação que os elementos constitutivos do supereu adquirem seu estatuto, qual seja, a posição de exterioridade em relação ao eu. Esta condição se delinea na medida em que esses elementos não podem ser assimilados pelo eu, tampouco podem ser recalçados, de modo a constituir uma instância dotada do caráter de estranho, atuando de forma persecutória e cruel. A partir das articulações apresentadas até aqui, a noção de herdeiro do complexo de Édipo passa a ser entendida como não propriamente a origem, mas a consolidação do supereu como instância. Sua origem remete a momentos arcaicos da vida do sujeito, a experiências primordiais que, conforme se dá a constituição do sujeito, vão adquirindo novos níveis. Estes, contudo, não substituem as construções anteriores, mas a elas se sobrepõem, caracterizando a complexidade do psiquismo humano. Abordaremos, agora, os aspectos dinâmicos que se referem à relação do supereu com as outras instâncias e seus efeitos no funcionamento psíquico.

Freud (1923a/1996) indica que uma das formas pelas quais o ideal do eu atua no psiquismo é possibilitando que conteúdos do isso penetrem no eu. Isso está associado ao complexo de Édipo na medida em que, não sendo este totalmente dominado pelo eu, as moções pulsionais a ele correlatas, oriundas do isso, resultam na instauração do ideal do eu. A estreita ligação entre o ideal do eu e as moções pulsionais inconscientes justifica que este permaneça, em grande parte, inconsciente e que possa atuar como representante do isso. Considerando-se o eu como representante do mundo externo, é possível entender os conflitos entre eu e ideal do eu como reflexo do contraste entre o real e o psíquico, ou entre mundo externo e mundo interno.

Freud (1923a/1996) aponta, ainda, que à medida que o eu se desenvolve, o ideal do eu atua na passagem da percepção e obediência às pulsões a seu controle e inibição, constituindo, em parte, uma formação reativa contra as moções pulsionais do isso. Podemos entender esta noção como a influência exercida pelo ideal do eu sobre o eu para que este coloque em ação os mecanismos de defesa (os destinos pulsionais), visando a impedir ou desviar satisfações pulsionais que contrariem seus preceitos, especialmente aquelas que tenham associação com os desejos edípicos e a castração.

O ideal do eu, afirma Freud (1923a/1996, p. 49), “responde a tudo o que é esperado da mais alta natureza do homem”. Contudo, como

busca pela perfeição, nunca é efetivamente alcançado pelo eu, como declara o julgamento realizado pelo supereu. Desta tensão entre as exigências do ideal do eu e o desempenho concreto do eu, surge o sentimento de culpa. Em outras palavras, o supereu se manifesta como crítica, à qual o eu responde sob a forma de sentimento de culpa. Este último em grande parte permanece inconsciente, devido à sua associação com complexo de Édipo, pertencente ao inconsciente.

Tratando da origem do sentimento de culpa, Freud (1930 [1929]/1996) salienta que uma pessoa pode sentir-se culpada não apenas quando fez algo mau, mas também quando teve a intenção de fazê-lo. A definição do que é mau como o que é repreensível e não deve ser feito decorre de uma influência estranha que assim o define, uma influência à qual o sujeito se submete devido a seu estado inicial de desamparo e dependência. Assim, o que está em questão não são os próprios sentimentos do sujeito em relação ao que é considerado mau – pois isso frequentemente não é prejudicial ou perigoso, podendo, na verdade, ser para ele algo desejável e prazeroso –, mas o medo de perder o amor da autoridade de quem depende. Caso o sujeito perca o amor da autoridade, perde também a proteção contra diversos perigos, especialmente o perigo de punição por parte dessa pessoa mais forte, como demonstração de sua superioridade. A princípio, é mau aquilo que, provocando a perda do amor, faz o sujeito se sentir ameaçado, sendo o ato e a intenção considerados equivalentes na medida em que, quando descobertos pela autoridade, esta se comporta do mesmo modo em relação a ambos.

Freud (1930 [1929]/1996) ressalta que, nesse momento inicial, o sentimento de culpa é apenas medo da perda do amor, ou angústia social. Somente transforma-se em sentimento de culpa propriamente dito quando a autoridade é internalizada, consolidando-se como supereu. A partir disso, desaparece totalmente a distinção entre o ato e o desejo de fazer algo mal, pois não há como omitir nada do supereu. Essa instância permanece infligindo sobre o eu o mesmo sentimento de angústia, e busca ocasiões para submetê-lo a punições pelo mundo externo. O sentimento de culpa, que advém do conflito entre supereu e eu, consiste em uma variedade topográfica da angústia²⁵ e se expressa como necessidade de punição. Há, contudo, uma peculiaridade que no estado inicial não estava presente: a ação do supereu é tanto mais severa

²⁵ Freud (1933 [1932]a/1996) classifica três modos de angústia que irrompem no eu caso este tenha que reconhecer sua fraqueza: angústia moral, relacionada ao supereu; angústia realística, relacionada ao mundo externo; e angústia neurótica, relacionada às moções pulsionais do isso.

quanto mais virtuoso é o sujeito, de modo que “são precisamente as pessoas que levaram mais longe a santidade as que se censuram da pior pecaminosidade” (p. 129). Tal fato decorre do aumento das tentações à satisfação pulsional produzido pela frustração constante. Deste modo, são vãos os esforços do eu para, sendo dócil e virtuoso, desfrutar de recompensas e da confiança da autoridade. De forma similar, a frustração externa também acentua a severidade do supereu. Quando sobrevém o infortúnio, a pecaminosidade do eu é reconhecida, impondo-se maiores exigências e castigos, situação que não ocorre enquanto tudo corre bem, quando o supereu se apresenta mais permissivo em relação ao eu. A ideia de Destino apresenta-se como um poder supremo que substitui o agente parental, de modo que o infortúnio é entendido como a perda de seu amor, uma ameaça que faz o sujeito se curvar ao supereu.

No momento inicial, então, o medo da perda do amor da autoridade leva à renúncia das satisfações pulsionais, o que, se realizado, possibilita que não ocorra sentimento de culpa, produzindo-se em vez disso uma inclinação para a agressão em consequência da referida renúncia. O medo do supereu, no entanto, exige não apenas uma renúncia à satisfação, mas também impõe punições. Neste caso, ainda que seja realizada a renúncia pulsional, como o desejo persiste e não pode se esconder do supereu, o sentimento de culpa perdura. “Uma ameaça de infelicidade externa – perda de amor e castigo por parte da autoridade externa – foi permutada por uma permanente infelicidade interna, pela tensão do sentimento de culpa” (FREUD, 1930 [1929]/1996, p. 131). Freud indica que o estado de infelicidade permanente decorrente da intensificação do sentimento de culpa, resultado do conflito entre eu e supereu, é o preço que pagamos pelo desenvolvimento cultural, o que está relacionado à necessidade de inibição da agressividade, como retomaremos adiante.

Retornando à questão do assassinato do pai como origem do sentimento de culpa, Freud (1930 [1929]/1996) destaca que a questão decisiva não é que o ato tenha sido cometido ou não, mas o conflito decorrente da ambivalência e a luta entre pulsão de vida e pulsão de morte. Tal conflito é inerente à vida na cultura e, como a comunidade assume uma organização baseada na família, este se expressa no complexo de Édipo. A partir da criação do supereu, impõe-se a punição pela agressividade contra o pai, disso resultando o sentimento de culpa, que se fortalece por cada recalçamento de impulsos agressivos, os quais são então transferidos para essa instância. O objetivo da cultura de união dos seres humanos – obtido por ação da pulsão de vida e inibição da pulsão de morte – só pode ser alcançado, portanto, através da

intensificação do sentimento de culpa. Este pode não chegar a ser percebido como tal (permanecendo inconsciente), mas manifestar-se como um mal-estar ou insatisfação ligada a outras motivações.

Cabe citar, acerca da relação entre o pai e a culpa, uma articulação de Gerez-Ambertín (2009), que menciona um sonho de Freud²⁶, ocorrido na noite após o funeral de seu pai, no qual em um aviso lia-se: “Pede-se fechar os olhos” ou “Pede-se fechar um olho”, o que pode ser representado como “Pede-se fechar o(s)/um olho(s)”. A frase do sonho expressa os deveres do pai e do filho. Quanto ao pai, este deve saber fechar os olhos para que tal indulgência possibilite a união do desejo à lei; contudo, um olho, pelo menos, não se fecha, mantendo a vigilância e a condenação imperativa encarnada na consciência moral, constituindo uma vertente impiedosa que corrói o desejo. Quanto ao filho, fechar os olhos significa conceder o indulto à inconsistência e aos pecados do pai; porém ao menos um olho testemunha esses pecados, denunciando aquilo que instiga seu desejo parricida. A autora afirma que, por meio deste sonho, é estabelecida a “premissa básica da culpa: *é sempre uma tentativa de desculpabilizar o pai*, de preservar seu amparo; finalmente, uma covardia moral que encobre o gozo pela usurpação de seu hiperpoder” (p. 36). Isso significa que, assumindo como próprios os pecados do pai, o sujeito tenta perpetuá-lo em sua onipotência, gozando por assegurar sua sobrevivência. A culpa marca, então, o anseio pela imortalidade do pai, mas também evidencia o resíduo da satisfação de alcançar um além dele. “Não é possível, portanto, cumprir *todo o dever* para com o pai, como Freud se recrimina, nem escapar aos dardos do castigo” (p. 37).

Há uma relação entre o supereu e o eu que se distancia do aspecto de crueldade a ela frequentemente associado. Trata-se do humor, que, segundo Freud, é obtido pela intervenção do supereu como contribuição ao cômico. A atitude humorística pode ser dirigida a outras pessoas ou ao próprio eu, como uma maneira de poupar a expressão de afetos e produzir prazer, com vistas a fugir do sofrimento e afastar com pilhérias a expressão de emoção. O humor, deste modo, possui uma característica de grandeza e elevação, pois como um triunfo do narcisismo, afirma a invulnerabilidade do eu que, por meio deste método, rejeita as provocações da realidade. Caracteriza uma rebeldia diante da crueldade das circunstâncias do mundo externo. Ao invés de ser afetado por tais circunstâncias, o eu demonstra que estas são tão somente ocasiões para obtenção de prazer. A pilhéria é apenas algo preliminar, pois o principal

²⁶ Este sonho é relatado na *Carta 50* e retomado em *A interpretação dos sonhos*.

é o sentido de afirmar que aquilo que parece ser tão perigoso é tão somente digno de um gracejo. Assim, o sujeito assume a posição de um adulto que, diante de uma criança, demonstra superioridade ao sorrir da trivialidade de seus interesses e sofrimentos, para ela tão importantes (FREUD, 1927/1996).

A atitude humorística é algo raro e precioso, pois nem todos possuem essa capacidade. O humor introduz a possibilidade de o supereu consolar e proteger o eu do sofrimento. Nesta situação, a atitude de superioridade não é assumida frente ao mundo externo, mas em relação a si mesmo. Desta forma, o supereu, que frequentemente trata o eu como seus genitores, mantendo-o em estrita dependência, ocasiona a atitude humorística ao fazer o eu e seus interesses parecerem minúsculos e triviais. Produz-se, por esta via, um repúdio da realidade em favor de uma ilusão, disso decorrendo um prazer que, embora não seja particularmente intenso, possui um efeito liberador e enobrecedor. Trata-se de uma possibilidade que se opõe à atuação do supereu mais frequentemente identificada, porém devemos lembrar que tal atitude é compatível com a origem dessa instância no agente paterno, afinal, a onipotência do outro aqui em questão comporta não apenas o aspecto terrível e tirânico, mas também a proteção. Esta ação reconfortante do supereu é possível na medida em que o sujeito retira a ênfase psíquica do eu e a transpõe para o supereu, um deslocamento de investimentos que infla este último tornando fácil sua ação de recalcar as possíveis reações do eu (FREUD, 1927/1996). Essa sugestão de um hiperinvestimento do supereu, em detrimento do eu, parece-nos ser aplicável não só à atitude humorística, mas à ação do supereu de uma forma geral. Consideramos, portanto, que também a atitude cruel e imperativa do supereu seria decorrente de um hiperinvestimento deste, processo que coloca o eu em posição de submissão e desamparo.

O supereu representa não apenas um resíduo das escolhas objetais do isso, mas também uma formação reativa contra essas escolhas, caracterizando uma relação com o eu que “não se exaure com o preceito: ‘Você *deveria ser* assim (como o seu pai)’. Ela também compreende a proibição: ‘Você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele” (FREUD, 1923a/1996, p. 47). Essa afirmação evidencia a inerente impossibilidade de obedecer a seus mandatos, de modo que, como derivado do complexo paterno, o supereu se afirma em sua posição de dominação, com um caráter compulsivo que assume a forma de imperativo categórico.

Podemos concluir que a gênese do supereu, como núcleo perseguidor em posição de exterioridade com relação ao eu, tem como mecanismo crucial o recalçamento, pois é como resto deste que esta instância se constitui, estando relacionada, ainda, à dessexualização – a defusão pulsional – segundo a qual o investimento no objeto é transformado em coação que incita ao gozo, sendo o outro incorporado do psiquismo hiperinvestido como corpo estranho. A seguir, trataremos da economia psíquica paradoxal que se estabelece a partir da instauração dessa instância estranha ao eu, definindo, assim, a função do supereu na estruturação do psiquismo.

CAPÍTULO 4 – A FUNÇÃO DO SUPEREU

Nos capítulos anteriores pudemos indicar o lugar e a gênese do conceito de supereu, caracterizando-o como instância estranha ao eu, originada da incorporação de elementos que não puderam ser assimilados ao eu por meio de identificações ou agregados ao isso pela via do recalçamento. Surgindo como resto do processo de recalçamento, o supereu adquire um caráter perseguidor, estabelecendo uma dinâmica na qual a tensão entre eu e supereu se manifesta como sentimento de culpa. Neste capítulo, concluiremos a apresentação metapsicológica do conceito de supereu, estudando-o sob o ponto de vista econômico. Iniciaremos explanando essa perspectiva, para em seguida abordarmos a função desta instância. Veremos que, sob essa perspectiva, o supereu remete à satisfação pulsional alcançada por meio da compulsão à repetição, isto é, à pulsão de morte, uma satisfação pulsional que está relacionada ao caráter imperativo dessa instância, configurando uma moralidade categórica que, aniquilando a lei reguladora, impele ao gozo.

4.1 O PONTO DE VISTA ECONÔMICO

A terceira perspectiva na consideração dos processos psíquicos é a econômica. Parte-se, aqui, do pressuposto de que os representantes pulsionais são dotados de uma carga ou investimento de quantidades de energia psíquica, de modo que este ponto de vista trata da regulação de tais investimentos. Esta regulação visa a impedir que a energia fique represada, bem como manter o volume de excitações o mínimo possível (FREUD, 1926 [1925]/ 1996). Neste tópico, enunciaremos os modos de funcionamento identificados nessa regulação dos investimentos: o princípio do prazer e o que se impõe como um funcionamento mais originário, a compulsão à repetição, ligada ao conceito de pulsão de morte.

Segundo a concepção da economia psíquica vigente à época do primeiro dualismo pulsional, que distinguia as pulsões em pulsão sexual e pulsão de autoconservação, o método primário de funcionamento do psiquismo seria o chamado *princípio do prazer*. Este princípio significa que os processos psíquicos buscam o prazer e se afastam de eventos que possam liberar desprazer, como visto anteriormente acerca do recalçamento. A série prazer-desprazer é relacionada à quantidade de excitação, de forma que o aumento da excitação é sentido como desagradável e sua diminuição é sentida como prazerosa. Haveria, então, uma regulação automática segundo a qual o curso dos eventos psíquicos

é colocado em movimento pelo aumento da tensão, que produz desprazer, e se direciona à descarga da tensão, conseqüentemente, produzindo prazer. Em outras palavras, o princípio do prazer caracteriza o esforço do aparelho psíquico para manter a constância, a estabilidade do nível de excitações tão baixo quanto possível (FREUD, 1911/1996; 1920/1996).

Contudo, o princípio do prazer mostra-se ineficaz e perigoso do ponto de vista da autopreservação frente às circunstâncias do mundo externo. Assim, como uma modificação deste modo de funcionamento, estabelece-se o *princípio de realidade*, segundo o qual permanece a intenção de obtenção de prazer, porém efetuando o adiamento da satisfação e a tolerância do desprazer temporariamente, em um caminho indireto para o prazer. Sua introdução no funcionamento psíquico está relacionada à perturbação do estado de repouso, quando frente a exigências de necessidades internas, a tentativa de satisfação alucinatoria mostra-se insuficiente, levando ao desapontamento. Com isso, no psiquismo se apresenta não mais o que é agradável, mas as circunstâncias reais do mundo externo, ainda que desagradáveis, as quais passam a ser consideradas para que haja então um empenho em alterá-las. Passa a ser atribuída maior importância não só à significação da realidade externa, mas também aos órgãos sensoriais e a qualidades sensórias além das qualidades de prazer e desprazer até então exclusivamente consideradas. Mas este princípio não substitui completamente o princípio de prazer, de modo que há situações nas quais a busca pela satisfação pulsional vence o princípio de realidade, em detrimento da preservação do organismo (FREUD, 1911/1996; 1920/1996).

Freud (1920/1996) aponta que, ainda que haja uma regulação pelo princípio de prazer, é incorreto considerá-lo como dominante, já que a experiência contradiz a ideia de que a maioria dos processos psíquicos conduz ao prazer. Este princípio pode ser considerado somente como uma forte tendência, sempre contrariada por outras forças, por vezes produzindo um resultado em desacordo com o princípio de prazer. A atividade psíquica conta, portanto, com o “funcionamento de tendências *além* do princípio de prazer, ou seja, de tendências mais primitivas do que ele e dele independentes” (p. 28). Vimos, contudo, com Caropreso & Simanke (2006), que essa tendência mais originária só pode ser considerada como estando *além* do princípio do prazer em relação à formulação sobre o funcionamento psíquico de *A interpretação dos sonhos*, quando é introduzida formalmente a ideia de princípio do prazer, segundo o qual o funcionamento primário do

psiquismo excluiria as representações desprazerosas. O funcionamento de tendências que levam a repetições que produzem desprazer já havia sido apontado por Freud em 1895, no *Projeto para uma psicologia científica*, quando foi elaborada a noção de tendência à inércia na vida psíquica, ou seja, à libertação de quantidades de excitação pela via mais facilitada, o que implica que recordações hostis “indomadas” - não inibidas por meio de ligações – continuariam produzindo desprazer. Essas ideias, ao serem retomadas em 1920, relacionam-se à reformulação da teoria das pulsões, pois articulada à compulsão à repetição está a pulsão de morte.

A passagem para o segundo dualismo pulsional é fundamental à compreensão do aspecto econômico do psiquismo. Com a introdução da noção de pulsão de morte, Freud (1920/1996) apresenta a pulsão em seu caráter conservador, como um impulso da vida orgânica em busca da restauração de um estado anterior de coisas (o estado inorgânico), abandonado pela pressão de forças externas. Trata-se, na vida pulsional, de uma situação paradoxal, na medida em que o organismo luta contra perigos que poderiam levá-lo a alcançar mais rapidamente seu alvo – isto é, a morte –, pois busca morrer de sua própria forma, evitando a morte que não lhe seja imanente.

É como se a vida do organismo se movimentasse num ritmo vacilante. Certo grupo de instintos [pulsões] se precipita como que para atingir o objetivo final da vida tão rapidamente quanto possível, mas, quando determinada etapa no avanço foi alcançada, o outro grupo atira-se para trás até um certo ponto, a fim de efetuar nova saída e prolongar assim a jornada (FREUD, 1920/1996, p. 51).

Desta maneira, os fenômenos da vida podem ser compreendidos a partir da ação concorrente das pulsões de vida e de morte. A pulsão de vida, atuando no sentido de preservação da substância viva e a reunião desta em unidades cada vez maiores, tem manifestações visíveis e ruidosas, ao passo que a pulsão de morte atua silenciosamente em sua busca pela dissolução das unidades e recondução ao estado inorgânico. Esta última é detectada a partir de sua ligação à pulsão de vida, manifestando-se então como agressividade e destrutividade. Essas pulsões não são encontradas isoladas, operando sempre combinadas em diferentes proporções. O pressuposto indispensável a essa teoria,

portanto, é de que os dois tipos de pulsões operam, de modo regular e extensivo, em uma relação de *fusão*. Com isso, surge também a possibilidade de *des fusão* pulsional, da qual Freud conjectura como efeitos algumas neuroses graves, regressões da libido, enfim, situações nas quais ocorre uma manifestação pronunciada da pulsão de morte, contrariamente a sua ligação habitual à pulsão de vida em busca de descarga (FREUD, 1923a/1996; 1930 [1929]/1996).

Segundo Freud (1923/1996), uma des fusão pulsional ocorre quando há uma transformação com a natureza de dessexualização ou de sublimação. Nessas circunstâncias, o componente erótico – a pulsão de vida – não mais é capaz de manter a união com a agressividade – a pulsão de morte –, como encontrada na fusão pulsional. Disso decorre que a pulsão de morte se manifesta como liberação de agressividade ao modo de uma inclinação à destruição. Metzger & Silva Junior (2010) indicam que, para combater a des fusão e o desamparo dela decorrente, o sujeito realiza tentativas de refusão pulsional. A des fusão – como separação das pulsões de vida e de morte em seus fins pulsionais – causaria a manifestação do “mal pelo mal”, mas também as refusões colocariam o sujeito em risco, erotizando a destruição como fim em si mesmo. Devemos, contudo, ressaltar: “Não é da morte que Freud nos fala quando se refere à pulsão de morte, mas da vida. É do vivido humano que a psicanálise trata, e se há algo nesse vivido que impele o homem a sair dos limites da vida é ainda do vivido que estamos falando” (GARCIA-ROZA, 1993b, p. 94). A pulsão de morte caracteriza-se como fundo silencioso da pulsão de vida, como portadora da negação pura que, por não haver representação do *não* no inconsciente, impõe-se como princípio de disjunção, de desunião.

Como lembram Metzger & Silva Junior (2010), a manifestação da pulsão de morte dificilmente seria identificável caso não se encontrasse ligada à pulsão de vida, em função de seu caráter silencioso. É a partir dessa ligação que se identifica a descarga da pulsão de morte, mas parte desta sempre permanece no próprio sujeito, sem encontrar expulsão. Embora a manifestação da pulsão de morte remeta à agressividade, seria inadequado admitir que Freud a considere como origem do “mal”, pois também nos comportamentos e reações ditos saudáveis encontramos a contribuição da pulsão de morte. “Por negligência deste princípio do método psicopatológico, base hegemônica do pensamento freudiano, a compreensão da pulsão de morte sempre encontrou e continua encontrando resistências, mesmo no meio psicanalítico” (p. 577-578).

Os críticos da noção de pulsão de morte alegavam, principalmente, que não existem provas empíricas suficientes para validar sua existência. Para Freud, no entanto, tratava-se de um questionamento incoerente, que o levou a se posicionar afirmando que a agressividade não erotizada e a destrutividade devem ser reconhecidas em seu papel nos fenômenos da vida, e que o masoquismo, as resistências no tratamento e a culpa neurótica são suficientes para afirmar a existência da pulsão de morte. No entanto, foi a observação da compulsão à repetição – associada à tendência destrutiva ou autodestrutiva identificada na posição masoquista e à constatação filosófica de que a vida é precedida pelo estado de não-vida – que levou Freud a teorizar a pulsão de morte (ROUDINESCO & PLON, 1998).

Em decorrência do recalçamento, aquilo que é tornado inacessível à consciência, o que não pode ser recordado, é repetido como uma experiência contemporânea. A satisfação substitutiva de tais moções pulsionais é sentida como desprazerosa pelo eu, um tipo de satisfação que caracteriza “um prazer que não pode ser sentido como tal” (FREUD, 1920/1996, p. 21). Mas, além disso, embora o que produza desprazer em um sistema, possa ainda ser considerado prazeroso para outro, a compulsão a repetição rememora também situações que não trazem nenhuma possibilidade de prazer, situações indesejadas, de fracasso, atividades de moções pulsionais recalçadas que conduzem ao desprazer. Aqui é identificada, então, uma espécie de atividade que contraria o propósito do princípio de prazer, denunciando outro modo de funcionamento psíquico.

A descoberta de uma compulsão à repetição, princípio que possui um caráter de estranheza, pois se opõe à busca pelo prazer e à lógica do desejo, impõe uma dificuldade teórica, segundo o modelo conceitual da primeira tópica. Como vimos no primeiro capítulo, este esquema da estruturação psíquica representa um abandono temporário de ideias apresentadas no início da teoria freudiana, ideias quanto a um funcionamento psíquico originário que leva à repetição de experiências desprazerosas enquanto não se produzam ligações suficientes para inibi-la. Esse funcionamento mais originário é posteriormente retomado como compulsão à repetição, ensejando a teorização da pulsão de morte. Evidencia-se no psiquismo algo que persiste, não obstante as tentativas de defesa pelo recalçamento, revelando uma presença que impele ao sofrimento e à destrutividade como um estranho que, instalado no psiquismo, subjugua com seus imperativos. Assim, veremos a seguir que o desenvolvimento da ideia de supereu vem responder à necessidade de teorizar e esclarecer essa economia psíquica paradoxal.

4.2 O SUPEREU E A RELEITURA DA TEORIA PULSIONAL: PULSÃO DE MORTE E IMPERATIVO CATEGÓRICO

O ponto de vista econômico nos coloca diante da questão da satisfação pulsional, o que, tratando-se do supereu, implica, principalmente, a descarga associada à pulsão de morte e sua relação com o caráter imperativo dessa instância. A partir da reformulação da teoria das pulsões, é possível compreender o campo pulsional como um dualismo nos modos de presentificação da pulsão no psiquismo: por um lado, a pulsão de vida, uma ação conjuntiva, que promove uniões; por outro lado, a pulsão de morte, uma ação disjuntiva, que silenciosamente impele à dissolução das unidades. Conforme destaca Rudge (2006), a pulsão de morte não opera em uma instância em especial, mas, mais ou menos fusionada à pulsão de vida, situa-se em todos os territórios do aparelho psíquico, de modo que o dualismo pulsional não dá conta do conflito psíquico. Para tratar de fenômenos nos quais se manifestam o caráter destrutivo e a disposição para o pior que habita o sujeito, impelindo-o ao sofrimento, ao fracasso e ao mal, a noção de pulsão de morte, introduzida como força biológica que busca o retorno ao inorgânico, à extinção da vida, mostra-se insuficiente. O supereu surge, então, como um indispensável mediador na passagem dessa força para a destrutividade no âmbito psíquico.

Associada a esta questão, está a elaboração do conceito de masoquismo originário. Em uma definição inicial do conceito de masoquismo, apresentada nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, este é indicado como abrangendo “todas as atitudes passivas perante a vida sexual e o objeto sexual, a mais extrema das quais parece ser o condicionamento da satisfação ao padecimento de dor física ou anímica advinda do objeto sexual” (FREUD, 1905/1996, p. 150). Neste momento, Freud reconhece o masoquismo como continuação do sadismo – este, por sua vez, definido como uma atitude ativa, violenta do sujeito em relação ao objeto sexual, chegando ao caso extremo de sua satisfação somente ser alcançada por meio da sujeição e maus-tratos infligidos a este último – que, voltando-se contra o próprio sujeito, faz com que ele assuma o lugar de objeto.

Durante vários anos, Freud (1915a/1996; 1919a/1996) mantém a noção de que o masoquismo não é algo primário, mas é decorrente do sadismo, apontando como duvidosa a existência de uma satisfação masoquista direta. Assim, o destino pulsional de retorno ao próprio eu é abordado a partir do masoquismo como satisfação de um sadismo original, situação na qual o eu passivo retrocede em fantasia, sendo o

papel ativo assumido por outro sujeito. Trata-se de um mecanismo no qual o sadismo se transforma em masoquismo, este caracterizado pela passividade e pelo desprazer que acompanha a satisfação pulsional, uma transformação associada ao sentimento de culpa ligado aos desejos incestuosos e agressivos recalcados. Essa concepção é modificada em *Além do princípio do prazer*, texto em que Freud (1920/1996) indica, em relação à noção de masoquismo como pulsão complementar ao sadismo, que o retorno ao próprio eu, neste caso, é uma regressão a uma fase anterior da pulsão, admitindo a possibilidade de um masoquismo primário.

No texto *O problema econômico do masoquismo*, Freud (1924a/1996) aprofunda a questão, indicando que a tendência masoquista apresenta um aspecto misterioso da vida pulsional, sob a perspectiva econômica, pois seu funcionamento é incompreensível do ponto de vista da regulação dos processos psíquicos pela busca do prazer e evitação do desprazer. Deste modo, o masoquismo, tomando o desprazer e o sofrimento como objetivos, paralisa o princípio do prazer. Neste texto, o masoquismo é classificado em três formas: um masoquismo erógeno ou originário, condição da excitação sexual, que habita como fundo as outras formas; um masoquismo feminino, que expressa a natureza feminina; e um masoquismo moral, que se relaciona a normas de comportamento.

O masoquismo originário é indissociável da pulsão de morte. A libido busca ligar a pulsão de morte tornando inócua sua destrutividade, seja pela fusão a componentes eróticos, seja ao ligá-la a objetos do mundo externo de modo a desviá-la para fora como agressividade, manifestando-se a pulsão como pulsão de destruição ou de domínio. Assim sendo, geralmente a pulsão de destruição é ligada pela pulsão de vida para alcançar descarga. Parte da pulsão de morte, contudo, continua a agir internamente sem estorvo. A parte da pulsão que é colocada a serviço da função sexual caracteriza o sadismo, enquanto a parte que não é direcionada para o mundo externo permanece libidinalmente presa no organismo, constituindo o masoquismo originário. Pode-se considerar que a pulsão de morte que opera no organismo identifica-se ao masoquismo na medida em que o masoquismo originário constitui-se como resíduo da pulsão de morte depois de sua parte principal ser desviada para fora, como remanescente da coalescência entre pulsão de vida e pulsão de morte, tornando-se componente da libido, mas ainda tendo o eu como objeto (FREUD, 1923a/1996; 1924a/1996).

O retorno do sadismo em direção ao eu – introjeção da pulsão de destruição e regressão à situação anterior – produz um masoquismo

secundário, que reforça o masoquismo originário. Isso ocorre regularmente nas circunstâncias em que, devido a uma supressão cultural, as pulsões destrutivas são impedidas de ser exercidas. Porém, não é necessária a transformação em masoquismo secundário no eu, pois o retorno da destrutividade também é assumido pelo supereu na forma de intensificação de um sadismo contra o eu. Há, então, uma relação de suplementação mútua entre o masoquismo do eu e o sadismo do supereu (FREUD, 1924a/1996).

Rudge (2006) salienta que o conceito de masoquismo originário – introduzido à mesma época que a pulsão de morte – consiste em mais um passo na elaboração teórica na apreensão da problemática da vocação para o sofrimento e o fracasso que habita o sujeito. O masoquismo originário é apresentado não mais com o caráter de pulsão parcial, mas como fundamento do âmbito pulsional. A autora considera que, como contrapartida ao masoquismo como primário, está a noção de supereu em posição nuclear, mais arcaica do que o eu, passando de herdeiro do complexo de Édipo a um caráter também primário.

A pulsão de morte, em seu caráter silencioso e de difícil detecção, pode ser mais claramente compreendida em sua natureza e sua relação com a pulsão de vida no sadismo. Neste, a pulsão de morte produz uma deformação no objetivo erótico, embora, ainda assim, este seja integralmente satisfeito. Mesmo nas circunstâncias em que sua manifestação é desvinculada de intuítos sexuais, apresentando-se como uma destrutividade cega, a satisfação pulsional é acompanhada de um grau extraordinariamente elevado de fruição narcísica, pois o eu tem realizado seu antigo desejo de onipotência. Quando inibida a finalidade da pulsão de destruição, ou seja, quando esta é dirigida aos objetos de forma domada e moderada, também é obtida pelo eu uma satisfação, neste caso, de suas necessidades vitais e pelo controle sobre a natureza (FREUD, 1930 [1929]/1996).

O masoquismo, como contrapartida ao sadismo, unindo a destrutividade dirigida para o próprio psiquismo à sexualidade, também realiza a transformação de algo que seria imperceptível em uma tendência tangível. Nesta situação, a autodestruição é intensificada em consequência da restrição do direcionamento da agressividade para o mundo externo, isto é, do que possibilitaria a destruição de um objeto ao invés da destruição do próprio eu (FREUD, 1930[1929]/1996). Encontramos, aqui, uma importante relação entre pulsão de morte e narcisismo. O narcisismo, como já mencionamos, consiste no investimento libidinal no eu, possibilitando sua estruturação como instância e sua preservação. A ação da pulsão de morte, caso não

direcionada para fora, exerceria seu princípio disjuntivo sobre o eu de modo a ameaçar a unidade narcísica. A noção de fronteiras do eu mencionada por Cardoso (2002) pode apresentar contribuições sobre este aspecto. Segundo suas articulações, a perda de investimento libidinal nessas fronteiras leva ao desnudamento do aspecto pulsional e inassimilável do outro, o que implica um “ganho” de realidade de suas mensagens enigmáticas. A partir disso, podemos entender este ganho – associado à incorporação do outro como estranho no psiquismo – como a operação da pulsão de morte impossibilitada de descarga no meio externo, portanto autodestrutiva, uma ação que se contrapõe aos esforços do narcisismo, pois produz um desinvestimento de fronteiras do eu, reduzindo suas defesas contra a agressividade do supereu.

Para tratar do aspecto de crueldade que o supereu pode assumir diante do eu, bem como das relações cambiantes que com ele estabelece, Freud (1933 [1932]a/1996) se refere ao quadro da melancolia. É possível observar, durante surtos melancólicos, uma ação supersevera do supereu, como se este tivesse passado os demais períodos reunindo acusações, aguardando este acesso de severidade para impor recriminações por atos remotos até então considerados insignificantes, de modo que o eu é duramente criticado, humilhado e ameaçado com castigos inexoráveis, ficando indefeso frente a suas exigências. Nos períodos sadios, por sua vez, o supereu pode apresentar uma maior ou menor severidade, semelhante ao que ocorre com outras pessoas, podendo até mesmo alcançar um estado no qual parece estar fundido ao eu, circunstância em que este se encontra em estado maníaco, de exaltação, desinibido em suas satisfações.

A partir do supereu excessivamente forte descoberto na melancolia, o qual dirige contra o eu sua ira com violência implacável, Freud (1923a/1996) indica a articulação entre o supereu e a pulsão de morte. Neste caso, afirma que o supereu se apossou de todo o sadismo do sujeito, de maneira que as moções destrutivas, manifestações da pulsão de morte, se entrincheiraram nessa instância e foram direcionadas contra o eu. Identifica-se, então, que nesta ocasião é puramente a pulsão de morte que influencia o supereu, podendo, de fato, chegar a impelir o eu à morte caso este não consiga afastar seu tirano, produzindo uma mudança para a mania.

O caráter de severidade e crueldade do supereu decorre da defusão pulsional, pois isso faz com que o componente erótico – a pulsão de vida – não mais seja capaz de conter a pulsão de morte que a ele estava combinada, sendo esta liberada como destrutividade. Essa defusão está associada à própria constituição do supereu, cuja origem a

partir dos primeiros investimentos do isso implica uma dessexualização. A ambivalência – que vimos ser um aspecto fundamental da formação do supereu e do complexo de Édipo – parece ter relação com a desfusão, ou antes, com uma fusão pulsional que não pode ser totalmente efetuada. A dissolução do complexo de Édipo, circunstância que consolida o supereu e o ideal do eu, produz a desfusão como consequência do recalçamento dos desejos edípicos. A desfusão, então, ocorre associada ao processo de dessexualização, este ligado à sublimação e à identificação. Com essa luta contra a libido, são liberadas as pulsões agressivas no supereu, o que expõe o eu ao risco de maus-tratos e morte. Assim, devido à desfusão, a severidade do supereu é aumentada, podendo este tornar-se cruel e inexorável (FREUD, 1923a/1996; 1924a/1996).

A alternância entre mania e melancolia sugere o deslocamento de quantidades de investimento que possibilitam a diferenciação mais ou menos nítida entre eu e supereu, deslocamento este que justifica também fenômenos da vida psíquica normal. O hiperinvestimento do supereu estaria relacionado tanto a sua severidade, por exemplo, a encontrada nas ideias persecutórias que se tornam dominantes em crises paranoicas, quanto na atitude humorística que possibilita uma fuga à compulsão ao sofrimento (FREUD, 1927/1996). Podemos entender que, no primeiro caso, pela ligação estreita entre a ação do supereu e a pulsão de morte e pelo caráter sádico da relação entre essa instância e o eu, a descarga pulsional associada ao referido hiperinvestimento se daria na forma de agressividade que, não podendo ser direcionada ao mundo externo, se manifesta como imperativos cruéis que ameaçam a integridade narcísica. No caso da atitude humorística, essa agressividade parece ter conseguido, em algum grau, uma ligação a algo que não diretamente o eu – como as preocupações deste ou as circunstâncias impostas pela realidade – mas, ainda assim, não chegando propriamente a uma descarga por meio da destruição de elementos do mundo externo, e sim pela produção de um prazer ligado à atitude de superioridade frente às dificuldades.

Lacan (1998a) salienta que a introdução da pulsão de morte está no âmago da noção de agressividade. O autor trata da intenção agressiva constatada na ação formadora do outro sobre o sujeito que dele depende, uma ação que desagrega, corrói, castra, conduz à morte.

Essa agressividade se exerce, é claro, em meio a restrições reais. Mas sabemos por experiência que ela é não menos eficaz pela via da expressividade:

um genitor severo intimida pela simples presença, e basta que seja brandida a imagem do punidor para que a criança a forme. Ela tem repercussões mais amplas do que qualquer sevícia (LACAN, 1998a, p. 107).

A ação disjuntiva é, aqui, intimamente ligada à função das imagens na formação do sujeito, de modo que a agressividade se associa à imagem de desmembramento corporal. O outro se constitui, para as pulsões, como matriz a partir da qual as imagens atuais, na condição de variações desta, determinam as inflexões das tendências.

Freud (1930 [1929]/1996) destaca a satisfação pulsional obtida por meio da descarga da tendência agressiva. Indica que, nas relações objetais, o próximo consiste em alguém que instiga o sujeito a satisfazer sua agressividade, “a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo” (p. 116). Essa descarga de pulsões agressivas constitui uma satisfação em si mesma, independentemente de vantagens que possam ser auferidas por esse meio, de modo que quanto mais desamparado for o outro sobre quem o sujeito as satisfaz e mais seguro este último se sentir, mais sua atitude agressiva pode ser esperada.

Sobre a origem da agressividade da qual é dotado o supereu, Freud (1923a/1996; 1930 [1929]/1996) indica dois pontos de vista. O primeiro considera que esta é uma continuidade do caráter punitivo da autoridade, a qual é então preservada no psiquismo. O segundo entende que se trata da própria agressividade, que não pode ser utilizada, dirigida contra a autoridade. Não obstante a contradição desses pontos de vista, conclui-se que o fator fundamental, comum a ambos, é que o caráter agressivo do supereu se refere a uma agressividade deslocada para o interior do psiquismo. Assim, sua severidade – a agressividade contra o eu – é maior quanto mais o sujeito controlar sua agressividade contra o mundo externo. Disso pode-se depreender que a agressividade do supereu não decorre da severidade dos pais, mas da força das pulsões e da maior ou menor capacidade psíquica de ligação da pulsão de morte para sua descarga no mundo externo.

O supereu severo observa o eu e lhe impõe exigências desconsiderando suas dificuldades concernentes à realidade e ao isso, punindo-o com sentimentos de culpa e de inferioridade por tais exigências não serem obedecidas (FREUD, 1933 [1932]a/1996). Sob seus ataques, aos quais pode sucumbir, o eu “se defronta com uma sorte

semelhante à dos protistas que são destruídos pelos produtos da decomposição que eles próprios criaram” (FREUD, 1923a/1996, p. 69), pois, na perspectiva econômica, a moralidade que opera no supereu se assemelha a esse produto de decomposição – o que podemos entender como ação da pulsão de morte. A moralidade comum, considerada normal, possui, então, um caráter cruel e severamente restritivo. “Moral despojada do amor, moral que quanto mais é cumprida mais tortura o sujeito” (GEREZ-AMBERTÍN, 2009, p. 118).

Freud (1924a/1996) postula que o masoquismo moral, originado da pulsão de morte, caracteriza-se pelo afrouxamento de sua vinculação com a sexualidade, de modo que o importante é o sofrimento, o qual pode advir de poderes impessoais ou de circunstâncias, sendo indiferente que ele emane da pessoa amada. Ainda assim, o masoquismo moral demonstra a atuação da pulsão de vida, pois a destruição de si mesmo se realiza produzindo uma satisfação libidinal. No masoquismo moral se trata da relação entre eu e supereu, envolvendo uma necessidade de punição e sofrimento, assim como outra situação da qual, não obstante, deve ser diferenciado: a extensão inconsciente da moralidade. No primeiro caso, o sujeito se apresenta excessivamente inibido como se estivesse submetido a uma ultramoralidade, embora dela não seja consciente, enfatizando-se o masoquismo do eu em sua busca por punição, seja pelo supereu ou por poderes parentais externos. No segundo caso, a ênfase recai sobre a intensificação do sadismo do supereu, ao qual o eu é submetido, um sadismo que, contrariamente ao masoquismo do eu, se torna ofuscantemente consciente.

A satisfação obtida no masoquismo moral está relacionada à regressão realizada através deste, da moralidade ao complexo de Édipo, o qual é revivido. Ou seja, pelo masoquismo moral, a moralidade, cuja origem foi possível por meio da dessexualização inerente à superação do complexo de Édipo, torna-se sexualizada novamente, de modo que grande parte da consciência moral do sujeito nele desvanece. O masoquismo, para alcançar a satisfação, cria tentações para realizar atos pecaminosos, que possam ser expiados pela censura da consciência sádica ou pelo castigo do Destino, substituto do poder parental. Deste modo, o sujeito deve fazer aquilo que é desaconselhável, que contraria seus interesses, arruinando suas perspectivas no mundo, possivelmente chegando à destruição de sua própria existência (FREUD, 1924a/1996).

Nas fantasias de espancamento desenvolvidas durante a infância, as quais são altamente investidas de libido e proporcionam um prazer por meio da descarga na forma de satisfação auto-erótica, é possível identificar uma relação entre masoquismo, sadismo e o complexo

paterno. Tais fantasias se apresentam por volta dos quatro ou cinco anos de idade, contudo têm um histórico anterior, do qual se apresentam como um resíduo. Seu desenvolvimento ocorre em três fases: na primeira, a fantasia consiste em uma criança sendo espancada por um adulto cuja identidade, inicialmente, é obscura, mas logo se reconhece que é o pai; na segunda, o adulto continua sendo o pai, mas agora bate na própria criança que produziu a fantasia; e na terceira fase, o adulto volta a se tornar indeterminado ou aparece como um substituto do pai, que não só bate, mas também inflige outros castigos e humilhações em várias crianças, e a criança que criou a fantasia não aparece (FREUD, 1919a/1996).

A fantasia de espancamento possui, inicialmente, um caráter sádico, o qual se transforma em masoquista na segunda fase por influência do sentimento de culpa e suas objeções impostas ao sadismo, assim como aos desejos edípicos. Contudo, o masoquismo em questão não resulta somente do sentimento de culpa, mas também dos impulsos sexuais, cuja expressão é convertida, mediante uma regressão, da organização genital para um estágio anterior da vida sexual, o estágio sádico-anal. Assim, ser amado converte-se em ser espancado, o que representa a convergência do amor sexual e do sentimento de culpa. Isso resulta do recalçamento dos desejos edípicos, de modo que também essa segunda fase da fantasia de espancamento, a mais significativa, permanece inconsciente. A essência do masoquismo é indicada, a partir dessa fase, na ideia de espancamento como um castigo perpetrado por conta de uma relação genital proibida e, ao mesmo tempo, um substituto regressivo desta, cuja satisfação libidinal escoo-se em atos masturbatórios. Quanto à terceira fase, identifica-se tão somente uma *forma* sádica, pois sua satisfação assume o investimento libidinal dos impulsos sexuais recalçados e a culpa a eles ligada, sendo as crianças espancadas simplesmente substitutos da criança que criou a fantasia (FREUD, 1919a/1996).

A partir destas noções, é possível conceber a complementaridade entre sadismo e masoquismo, não apenas como pares de opostos ou posições do sujeito que podem ser modificadas mediante diferentes destinos pulsionais, mas como modos de satisfação que coexistem no mesmo sujeito, na medida em que este, embora assuma uma determinada posição, também pode se identificar com o objeto na posição oposta. Evidencia-se, ainda, o lugar do pai na atitude sádica, infligindo punições dotadas de um caráter ambíguo, pois a submissão aos castigos do pai vincula amor e agressão. Nas punições fica marcado, então, que não se trata de uma ordem simbólica, segundo a qual

determinados atos são castigados por não obedecerem a normas ou prescrições morais, mas da ordem do pulsional. Podemos associar essa circunstância à passividade do sujeito frente ao aspecto pulsional da instância paterna como outro onipotente, isto é, à ocasião em que é formado o supereu, que perpetua essa situação.

O sadismo do supereu em sua relação com o eu apresenta, portanto, não apenas a destrutividade decorrente da ação da pulsão de morte que nele se entrincheirou por conta da desfusão pulsional, mas uma satisfação pulsional ligada, por um lado, a este sadismo, e por outro lado, ao masoquismo do eu. A afirmação de Freud (1923a/1996) de que a dominação do supereu é mais severa quanto maior a intensidade do complexo de Édipo e de seu recalçamento pode ser entendida como uma questão econômica, ou seja, a força das pulsões – ou as quantidades de excitação – que operam no tocante aos desejos edípicos, se mantém no supereu, o que, devido à desfusão pulsional, significa uma maior agressividade e destrutividade ou, em outras palavras, um maior sadismo em sua relação com o eu.

A dominação pelo supereu possui um caráter compulsivo, revelado na forma de imperativo categórico. A capacidade dessa instância de manter-se isolada do eu durante toda a vida instaura uma relação na qual, do mesmo modo que a criança tinha uma compulsão de obedecer a seus pais, o eu se coloca em submissão ao imperativo do supereu (FREUD, 1923a/1996). Ressaltando o aspecto inexorável e cruel do supereu, Freud (1924a/1996, p. 185) afirma: “O Imperativo Categórico de Kant é, assim, o herdeiro direto do complexo de Édipo”. Salientamos, no entanto, que essa afirmação diz respeito à leitura que Freud realizou da obra de Kant²⁷, sendo fundamental mencionar a forma peculiar como essa interpretação da noção kantiana é articulada ao supereu, pela via da consciência moral.

Sobre a consciência moral Freud comenta:

Seguindo um conhecido pronunciamento de Kant, que liga a consciência dentro de nós com o céu estrelado, um homem piedoso bem poderia ser

²⁷ Não nos propomos, nesse trabalho, a realizar a crítica a respeito de como Freud interpretou a obra de Kant, tampouco a analisar o conceito kantiano de imperativo categórico. Consideramos, contudo, válido mencionar essa articulação por se tratar de um ponto importante da definição do conceito de supereu em seu caráter imperativo e da singularidade da concepção psicanalítica de consciência moral a ele atrelada.

tentado a venerar essas duas coisas como as obras-primas da criação. As estrelas são, na verdade, magníficas, porém, quanto à consciência, Deus executou um trabalho torto e negligente, pois da consciência a maior parte dos homens recebeu apenas uma quantia modesta, ou mal recebeu o suficiente para ser notado (FREUD, 1933 [1932]a/1996, p. 67).

Posteriormente Freud (1933 [1932]c/1996) retoma esse pronunciamento kantiano pontuando que a própria crença em Deus é sustentada pela necessidade de preservar a imagem supervalorizada que a criança tinha do pai. Após o reconhecimento de que, na verdade, o pai não possui todas as virtudes e o poder ilimitado que lhe era atribuído, aquela imagem é transformada em divindade. Deste modo, a associação feita pelo filósofo entre o céu estrelado e o senso moral é abordada por Freud no sentido de que a origem da consciência moral, assim como a origem da religião, é encontrada na relação com a instância parental. Isso possibilita entrever que a rigidez das exigências do supereu se refere a uma moralidade atrelada ao campo pulsional, dado o caráter da relação com o pai na infância, já abordado anteriormente.

Gerez-Ambertín (2009) aborda a diferença entre a concepção freudiana e a kantiana de consciência moral. A autora afirma que Kant concebe a lei moral como imposição da pura forma do Bem, o que exclui o *páthico*. Nos imperativos categóricos kantianos, então, se trata de um princípio objetivo que, imposto à vontade, não se condiciona a um fim, de modo que o ato é um fim em si mesmo. A conceituação de Freud, por sua vez, se afasta dessa concepção, pois considera a consciência moral como encarnação dos preceitos dos pais, assim como da sociedade, contemplando o *páthico*. Nessa gênese da consciência moral, “o protagonista principal é novamente o mito moderno do *pai morto*: a lei simbólica estabelecida pelo pacto permite a aliança e o intercâmbio na civilização, mas não sem um a-mais de incurável desordem” (p. 61). A concepção freudiana de consciência moral, então, é flexibilizada, pois se liga à culpa e à demanda pela indulgência do pai ou de seus substitutos.

Associado à ação da pulsão de morte, o caráter ditatorial do supereu não decorre da razão, mas da inclinação à agressão liberada por conta da defusão pulsional. A pulsão de morte, como salienta Rudge (2006), se revela como repetição que escapa ao princípio do prazer, uma repetição antivital, contrária à adaptação, repetição esta movida pelo

supereu. A repetição está apoiada nos resíduos das primeiras experiências da vida do sujeito, os quais são metaforizados na metapsicologia, inicialmente, em termos neurofisiológicos, como facilitações entre neurônios que constituem redes pelas quais serão influenciados os processos psíquicos, e em um momento posterior, como uma escrita constituída por traços inapagáveis deixados pelas experiências, impressões que não puderam ser compreendidas. Os traços consistem em vias pulsionais que regem a repetição, de modo que, embora sejam incognoscíveis e irrecuperáveis por rememoração, irrompem na vida do sujeito em impulsos que podem destituí-lo. O poder de tais impulsos, experimentados de modo totalmente passivo, e a inacessibilidade característica destas impressões infantis indicam o atributo de obscuridade da pulsão.

Segundo Freud (1923a/1996), a consciência moral e a autocrítica são atividades inconscientes, cujos efeitos mais importantes são produzidos inconscientemente. O sentimento inconsciente de culpa – ou necessidade de punição – possui um papel econômico determinante, por exemplo, nas neuroses e em seu tratamento. Devemos ressaltar, contudo, que mais do que algo inconsciente, os elementos em questão têm a qualidade de não poder ser traduzidos, isto é, ligados a representações passíveis de ser recalçadas. Assim, como indica Cardoso (2002), a força do supereu depende do grau em que predomina o princípio disjuntivo, o que está vinculado às possibilidades de tradução abertas a partir do recalçamento. Seus imperativos seriam, antes, uma dimensão de comando pela intromissão de uma estraneidade, uma força estrangeira no psiquismo agindo de forma violenta, sendo o caráter categórico associado à conservação de sua condição de intraduzível. Em outras palavras, os elementos pulsionais vindos do outro que são dotados do atributo de não metabolizáveis consistem em elementos imóveis – do ponto de vista da impossibilidade de serem transformados – que são imperativos por serem irredutíveis.

Retomando a ideia de Cardoso (2002) de que o supereu se origina de mensagens enigmáticas vindas do outro, é possível considerar que estas assumem uma condição de veredictos, que podem condenar categoricamente o sujeito a repetir seu “destino” sem nunca apropriar-se dele, ou seja, sem poder identificar-se a isso. “É o adulto que, por uma operação inconsciente, identifica aqui a criança, atribui-lhe uma posição cristalizada, tendo como móvel o sobreinvestimento de sua própria estraneidade” (p. 121). O fracasso radical de tradução de suas mensagens as situa num registro aquém à regulação pelo princípio do prazer, como pura repetição de índices de percepção.

Na entrada no psiquismo destes índices de percepção ou impressões que originam o supereu, a voz tem um papel preponderante, pois, como aponta Rudge (2006), desde que nasce, o bebê muito ouve o adulto de quem depende falar, enquanto recebe os cuidados que este lhe oferece. Freud (1923a/1996) afirma que, assim como o eu, o supereu é formado a partir de coisas que foram ouvidas, resíduos verbais derivados de percepções auditivas, enquanto o componente visual das representações verbais desempenha tão somente um papel secundário ou auxiliar. Não obstante, lembra que o investimento nos conteúdos do supereu não advém das percepções auditivas, mas do isso.

Gerez-Ambertín (2009) elabora a incidência dos resíduos verbais como trauma na estruturação psíquica pela intromissão do significante, de modo que disso resulta a identificação primária, entendida como operação do órgão da linguagem que, incorporado, molda a subjetividade. Assim, a raiz do supereu consiste em restos de palavras que pulsionam, voz do outro que não é assimilada, apenas incorporada. Trata-se do real da linguagem, isto é, restos que não remetem à significações (ao campo simbólico-imaginário), vocalizações intrusivas que exercem uma pressão insuportável na forma de imperativo. “*Repercussão* de uma voz que, como alheia, nasce de dentro e de um *olhar* que, como estrangeiro, fulmina também a partir de dentro” (p. 109).

Devemos ressaltar, então, que o caráter de estranho do supereu e da repetição ligada a seus imperativos se refere a algo que escapa à representação, a elementos da esfera pulsional que permanecem inassimiláveis. Todavia, como salienta Rudge (2006), essa repetição antivital que se opõe ao intuito biológico de adaptação somente pode ser justificada pelo meio de linguagem. A entrada nesse meio consiste em um trauma constitutivo do sujeito, entrada no registro simbólico que, como enfatizado na leitura lacaniana, aliena a criança de seu próprio corpo e a situa em relação ao desejo do outro, um trauma do qual o supereu emerge como resto.

Para tratar das relações entre os sujeitos, Freud se remete à metáfora schopenhaueriana dos porcos-espinhos:

Um grupo de porcos-espinhos apinhou-se apertadamente em certo dia frio de inverno, de maneira a aproveitarem o calor uns dos outros e assim salvarem-se da morte por congelamento. Logo, porém, sentiram os espinhos uns dos outros, coisa que os levou a se separarem novamente. E depois, quando a necessidade de aquecimento os

aproximou mais uma vez, o segundo mal surgiu novamente. Dessa maneira foram impulsionados, para trás e para a frente, de um problema para o outro, até descobrirem uma distância intermediária, na qual podiam mais toleravelmente coexistir (SCHOPENHAUER apud FREUD, 1921/1996, p. 112).

A partir disso, Freud (1921/1996) novamente ressalta que as relações emocionais com pessoas amadas são geralmente marcadas pela ambivalência, ou seja, comportam uma hostilidade e uma aversão que não são percebidos devido ao recalçamento. A presteza a odiar e a agressividade consistem em algo elementar, associado ao narcisismo e à preservação de si mesmo. Gerez-Ambertín (2009) considera que o uso da metáfora dos porcos-espinhos possibilita interpretar os espinhos como correspondendo aos espinhos da linguagem que, aproveitando o estado inicial de desamparo, são cravados no sujeito, e que são assimilados ao supereu. A autora ressalta que estes espinhos estabelecem uma submissão do sujeito aos outros e sitiam-no de modo masoquista contra si próprio, sendo mais temíveis quanto mais próximas as relações, pois deixam o sujeito à mercê disso que vocifera onde a lei simbólica não pode limitar o gozo; contudo, eles também são o que possibilita o laço social.

Gerez-Ambertín (2009) trata da posição de resto do supereu em sua relação com a linguagem indicando: “Nem tudo pode ser colocado em palavras e tramitar pelos fios lógicos. Onde estes não enlaçam por substituição, explode o traumático de tal modo que, desfazendo a trama associativa, comanda uma *repetição compulsiva e muda*” (p. 40). O traumático está relacionado à noção de *das Ding*, a Coisa, dimensão do incomensurável e imutável, aquilo que na experiência se situa como o fora-de-significação. Segundo Garcia-Roza (1991), a noção de *das Ding*, apresentada por Freud no *Projeto para uma Psicologia Científica*, se refere a “uma estrutura constante presente no estado de desejo e na percepção, mas sem pertencer propriamente a nenhum dos dois” (p. 160). O autor indica que Freud divide os complexos perceptivos em dois componentes: um componente passível de ser compreendido e rastreado pela memória, e um componente inassimilável e irrepresentável. Este último, *das Ding*, constitui, então, um vazio. Ao mesmo tempo em que é um índice de exterioridade que não pertence ao campo da representação, presentificando-se sem de fato habitar o aparelho psíquico, é em torno desse vazio que as representações se organizam.

Esta noção freudiana de *das Ding* é retomada por Lacan (1959-1960/2008), que ressalta seu caráter de objeto primordial, fora-do-significado, articulando-a como a realidade muda que organiza o mundo subjetivo, situando-se numa posição ao mesmo tempo central e de exterioridade. A satisfação pulsional que Freud reconhece na compulsão à repetição é teorizada pelo psicanalista francês como se situando no que denominou o campo do gozo. O gozo remete à inacessibilidade de *das Ding*, por ser esta interdita pela lei. *Das Ding* se constitui, então, como o objeto que se trata de reencontrar, embora nunca tenha sido efetivamente perdido. Deste modo, a busca pelo prazer que domina a dimensão do desejo preserva, para isso, a distância deste objeto inapreensível, fazendo assim barreira ao gozo, o qual, por não poder ser simbolizado e regulado pelo princípio do prazer, é experimentado como sofrimento, não obstante seja da ordem de uma satisfação pulsional.

A lei funda-se na interdição ao gozo, instaurando, com isso, a dimensão do desejo como defesa ou impedimento de que naquele se ultrapasse um limite. Assim, a função paterna consiste, essencialmente, em unir lei e desejo. A indicação de um gozo pleno comporta a marca do interdito, de maneira que o gozo possível ao sujeito é necessariamente um gozo parcial (LACAN, 1998b; 1972-1973/2008). Isso é o que Freud ilustra com o mito da horda primeva. Ou seja, após o assassinato do pai da horda, este se faz presente como lei que regula a convivência dos filhos, na medida em que nenhum deles deve ter o poder de assumir o lugar do pai, detentor de todas as mulheres – isto é, de usufruir um gozo sem limites. A satisfação pulsional, então, é marcada pela castração.

Tolipan (1990) indica que o mito da horda primeva apresenta o reconhecimento do gozo absoluto, na figura do pai da horda, como maneira de tratar de uma fantasia que estrutura o sujeito. Devido à instauração da lei, esse gozo ilimitado é exclusivo deste pai mítico. Este gozo absoluto, mítico, ao não se articular à ordem simbólica, diz respeito à pulsão de morte, engendrando a dimensão além do prazer e sendo vivenciado como sofrimento. A autora aponta que a relação intrínseca entre gozo e lei passa pela morte do pai como contingência para que se veicule a lei. Assim, o gozo acarreta uma dívida, pois, a partir da instauração da lei, goza-se na transgressão. Não obstante a impossibilidade de atingir o gozo absoluto, o supereu, com seus mandatos insensatos, impele o sujeito na via desta satisfação sem limites, pois, como articulado anteriormente, trata-se daquilo que escapa à regulação pela lei, da ação desfusionada e destrutiva da pulsão de morte. Lacan (1972-1973/2008), então, indica que apenas o supereu força o sujeito a gozar, constituindo-se como imperativo de gozo.

O supereu engendra, assim, a compulsão à repetição, opondo-se à lógica do desejo e da regulação pelo prazer, impondo exigências diante das quais o eu é colocado em posição de passividade. Conforme nossa concepção, o supereu incita ao gozo na medida em que a satisfação pulsional a ele atrelada se refere a elementos pulsionais que marcam a relação com o outro onipotente em um período originário da estruturação psíquica, elementos que, como indicamos no capítulo anterior, são inassimiláveis, não simbolizáveis, não podendo ser ligados ou integrados à rede de representações, ou seja, trata-se da ação disjuntiva da pulsão de morte. A isso está relacionada a ideia de trauma que, conforme salientam Caropreso & Monzani (2012), deixa de ser concebida como envolvendo necessariamente experiências sexuais – conforme a compreensão da neurose a partir da teoria da sedução – para relacionar-se a situações que ocorrem durante o estado de desamparo e prematuração que caracterizam o início da vida humana. Essa mudança na noção de trauma está ligada à retomada da ideia de vivência de dor – a qual, já mencionamos, foi apresentada em 1895 para, após um abandono temporário, ser revisitada somente em 1920 – em articulação com a compulsão à repetição, momento a partir do qual a experiência traumática é considerada originária, situando-se na base dos processos psíquicos e impondo o funcionamento primário que leva à repetição.

A irrupção do traumático é abordada por Gerez-Ambertín (2009) a partir dos sonhos punitivos. A formação do sonho obedece a leis simbólicas – a condensação e o deslocamento – que possibilitam traduções e substituições, de modo que o sonho possui estrutura de linguagem. Os sonhos punitivos atentam contra essa estrutura, isto é, contra as leis da linguagem que regem o inconsciente, porque produzem a dissolução da função desejante e impossibilitam o bloqueio do traumático, que torna inoperantes as barreiras do princípio do prazer. Esta potência que aniquila o desejo inconsciente estabelece, então, não apenas a inibição das associações ideativas, mas uma espécie de imperativo a desassociar, uma censura que coage a calar. A autopunição provoca uma ruptura que impele à irrupção do gozo do trauma, em detrimento do desejo inconsciente. A censura e a autopunição são faces de uma falha da lei, que lança o sujeito à angústia, caracterizando uma necessidade de punição advinda do supereu.

Gerez-Ambertín (2009) destaca que a instauração da lei impõe limites à dependência do sujeito. Por meio da palavra, o pai cria barreiras aos caminhos do gozo materno, submetendo o sujeito à regulação pela lei e introduzindo a dimensão da falta (consequentemente, o desejo), bem como o pecado e a tentação. O

supereu rememora o estado inicial de dependência, originando-se da questão da nostalgia do pai, tal como colocada pelo mito da horda primeva, nostalgia que possui dois aspectos: o simbólico-imaginário relacionado ao pai morto, à castração e ao laço social; e o real-imaginário, que vivifica o pai pelo ódio e pela avidez em obter o seu poder, tornando o pai morto que nessa condição é legislador em uma potência que impele à submissão masoquista, desfazendo o pacto simbólico. Este último aspecto coloca a dimensão do sacrifício, este exigido pelo pai então dotado de um poder pleno. O sacrifício, todavia, tentativa de pacificar o pai e apaziguar a culpa, apenas reforça seu hiperpoder e sua crueldade.

Freud (1913[1912-13]/1996) aponta que a criança, em sua relação com o pai, investe a imagem deste de poderes excessivos, o que está relacionado à admiração e, ao mesmo tempo, à desconfiança, um aspecto persecuidor que aparece com maior clareza nos delírios paranoicos. Associado a isso, está a supervalorização da realidade psíquica, comum aos neuróticos e aos homens primitivos, o que significa que os impulsos hostis contra o pai, ainda que não realizados como atos, são suficientes para produzir o sentimento de culpa. Fazendo referência ao mito da horda primeva, Gerez-Ambertín (2009) pontua que na culpa não se trata somente do amor ao pai, mas também do ódio a seu poder – o gozo por seu assassinato – e do temor de sua retaliação. Não é possível aniquilar completamente a face terrível e onipotente do pai, de forma que um avesso do pai simbólico – pai morto – permanece como um espectro, resto que ameaça retornar. O temor por este retorno constitui uma falha na lei que filtra a incorporação do pai e a intensificação dos interditos, passível de transformar-se em imperativo no sentido oposto, de incitar o gozo. Encontramos as duas faces do pai: o pai simbólico, que protege, e o pai terrível, que ataca e conduz à morte.

Essa dupla face do pai pode ser correlacionada à dupla origem do supereu: por um lado, herdeiro do isso, por outro, herdeiro do complexo de Édipo. A primeira perspectiva se refere à ligação com a face terrível do pai, que incita desde o cerne pulsional; a segunda, remetendo a uma suplência do pai diante da falha da lei. É necessário inquirir, então, a *herança* não como resultado final, mas como *tramitação*, como herdeiro de marcas de amor, temor e ódio, um excedente pulsional como resíduo inassimilável do pai que ecoa incitando a um gozo masoquista subsistente (GEREZ-AMBERTÍN, 2009). Assim, podemos afirmar que a duplicidade em questão no supereu implica conceber como articuladas

em sua origem a perspectiva do pulsional e, como seu avesso, o registro da lei.

Como mencionado anteriormente, o supereu apenas pode se constituir a partir do recalçamento, porém é no lugar de resto deste mecanismo que se instaura, como aquilo que escapa, não recalçável e não assimilável, e por isso apenas pode ser repetido como imperativo. O recalçamento secundário realizado na dissolução do complexo de Édipo instaura o registro da lei, com a qual o supereu tem uma relação de implicação e depreciação. O supereu somente pode surgir no campo da lei simbólica, contudo, sua irrupção como estrangeiro hostil que se intromete no psiquismo e sua ação se revelam onde há o fracasso do recalçamento, ou seja, sua fúria se revela onde falha a regulação pela lei. Produz-se, então, um desligamento da lei com o desejo, de modo que, depreciando e corroendo este, resta a submissão a uma lei obscena e impiedosa que não regula, mas hostiliza (GEREZ-AMBERTÍN, 2009).

Deste modo, o supereu consiste em um imperativo, uma lei insensata e sem sentido que é o aniquilamento da lei reguladora, assumindo um caráter cego, puramente tirânico. Lacan (1953-1954/2009, p. 140) afirma:

O supereu é, a um só tempo, a lei e a sua destruição. Nisso ele é a palavra mesma, o comando da lei, na medida em que dela não resta mais do que a raiz. A lei se reduz inteiramente a alguma coisa que não se pode nem mesmo exprimir, como o *Tu deves*, que é uma palavra privada de todos os seus sentidos. É nesse sentido que o supereu acaba por se identificar àquilo que há somente de mais devastador, de mais fascinante, nas experiências primitivas do sujeito. Acaba por se identificar ao que chamo *figura feroz*, às figuras que podemos ligar aos traumatismos primitivos, sejam eles quais forem, que a criança sofreu.

Esta ferocidade do traumático está ligada à ação da pulsão de morte. Anteriormente, apresentamos a noção de que o supereu é formado a partir do supereu dos pais, constituindo uma instância com o caráter de estranho, cuja origem e atividade estão associadas à desfusão pulsional. Gerez-Ambertín (2009) aponta que, em seus desdobramentos, o eu pode orientar-se pelas vias da libido, caminho amável e narcisista associado à pulsão de vida; ou pelas encruzilhadas traumáticas de

caráter catabólico, associadas à pulsão de morte. No primeiro caso, trata-se do ideal do eu, enquanto no segundo, é o supereu que está em questão, embora estas fronteiras não sejam tão precisas. A dessexualização implicada na formação do supereu é caracterizada pelo fato de que a pulsão de vida desfusionada não tem força para aglutinar, de forma que a pulsão de morte é liberada como inclinação hostil. Como efeito dessa desfusão advém a hipermoralidade dessa instância, pois além da perda do laço amoroso com o pai idealizado, estabelece-se um funcionamento mais originário do que o princípio do prazer que rechaça o recalçamento e instala o “imperativo categórico do *dever incondicional* que se converte em cruel mandato a gozar, uma vez que é o reverso da Lei que o proíbia, do Pai Morto” (p. 118).

Quanto ao supereu ter sua formação a partir do supereu dos pais, a colocação de Cardoso (2002) sobre tratar-se de elementos não metabolizáveis não só para o sujeito, mas também para os próprios pais, pode ser interpretada também como efeito da pulsão de morte no mecanismo que o origina. Rudge (2006, p. 85) salienta:

A identificação com o adulto que dá origem ao supereu é basicamente identificação com seu desejo em relação à criança, embora saibamos que o ódio recalçado do próprio sujeito virá a colorir em tons mais fortes a hostilidade do supereu, que, portanto, não será forçosamente proporcional ao ódio de fato apreendido nos cuidadores. Os mandatos superegóicos resultam de identificações com o que, nos pais, é desejo inconsciente, e subjagam o sujeito com especial eficácia porque operam, em sua quase-totalidade, de forma inconsciente. Os sonhos e aversões parentais inconscientes, que transbordam nas entrelinhas do que dizem, passarão a operar, em sua ausência, no supereu.

Essas identificações são aquilo que fundamenta a operação de repetição nas vias do sofrimento. Podemos compreender que a transmissão dos elementos originários do supereu ocorre não apenas inconscientemente, mas de forma desligada, isto é, não fusionada à pulsão de vida o suficiente para tornar possível sua assimilação. Assim, mais do que identificações com o desejo inconsciente dos pais, entendemos que são identificações com o pulsional não mesurado pela ordem do desejo, com o resíduo pulsional que nos pais se instaura como

estranho. Se considerarmos a ação disjuntiva da pulsão de morte no período no qual está se constituindo o eu, podemos concebê-la como força que se contrapõe ao narcisismo, ameaçando a busca deste pela conformação de um eu unificado, possibilitando tão somente a incorporação de algo que, não obstante, mantém-se à parte como estranho e que engendra a repetição compulsiva.

Gerez-Ambertín (2009) elabora a questão do estranho, o que deveria permanecer obscuro, mas retorna, indicando duas vias pelas quais pode se dar esse retorno: como retorno do recalçado e retorno do superado. O primeiro é associado às leis simbólicas que regem o inconsciente e que possibilitam as substituições. O segundo, ligado antes ao pulsional do que ao inconsciente, é onde está situado o supereu. A autora relaciona isso que não deveria retornar ao eu ideal, que recusa a castração. O fenômeno do duplo, associado ao estranho e herdeiro do eu ideal vinculado ao pulsional, exerce uma pressão mortífera, que produz uma tensão agressiva ingovernável. Esta pressão diz respeito não apenas à agressividade excessiva inerente ao desdobramento narcísico, mas ao retorno do superado, na medida em que este se rebela à metáfora paterna, à lei simbólica e, portanto, rejeita a castração e o recalçamento, de maneira a impelir ao encontro com a face terrível do pai, à qual o sujeito se submete como objeto de seu gozo. Desta maneira, o duplo pode retornar como “anunciador da morte” pela sua exigência insaciável com base em sua fonte pulsional, ligada à rejeição da castração, rebelando-se contra a lei edípica e escapando a seu comando.

Cardoso (2002) cita a noção de Laplanche de que, originalmente, o determinante é aquilo que vem do outro como estranho, o inquietante, que somente é clivado secundariamente. O outro hiperinvestido, comportando uma dimensão de onipotência, pressupõe a dominação pelo poder “demoníaco” que submete o eu, bem como a exaltação. Podemos relacionar essa dualidade à cisão do duplo apontada por Gerez-Ambertín (2009), que deriva “para o majestoso do Ideal do eu e todas as formas amáveis da imagem que preservam um ganho narcísico ou para a autocrítica de uma instância que se contrapõe à preservação narcísista arrasando as formas amáveis” (p. 96). Esta dualidade resulta da duplicidade imaginária entre a lei reguladora e pacificadora, e a falha desta, que se volta contra o sujeito de forma violenta. O supereu apresenta, assim, a via em direção ao masoquismo, anunciando a conjugação de pulsão de morte, masoquismo e supereu.

A relação entre a posição sádica do supereu e a posição masoquista do eu, relacionada à pulsão de morte que não pode ser desviada para o mundo externo, refere-se à busca de uma satisfação

pulsional que não opera segundo a lógica das pulsões parciais, desconsiderando a impossibilidade de uma satisfação plena. Podemos considerar, portanto, que o caráter imperativo do supereu está relacionado à exigência de uma satisfação impossível, que impele a aceder ao hiperpoder do pai em sua face terrível e onipotente, mas ao mesmo tempo aponta a impossibilidade de alcançá-lo. Produz-se, assim, a submissão do eu ao supereu, este preservando a face onipotente do pai e apontando uma satisfação sádica ao afirmar a impotência do eu, expô-lo a punições e sofrimento, e culpá-lo por sua impossibilidade de obedecer a suas exigências. A satisfação obtida relaciona-se, ainda, ao gozo masoquista elucidado na fantasia de espancamento, isto é, punição e culpa pelos desejos edípicos e substituto regressivo da relação proibida.

As exigências impostas pelo supereu expressam uma moralidade categórica que, como vimos anteriormente, se consolida a partir do recalco secundário, uma dimensão que origina o sentimento de culpa atrelado à ambiguidade da relação com a instância paterna e à impossibilidade do eu de alcançar o ideal do eu. Esta moralidade está relacionada ao que escapa à regulação pela lei, o que não pode ser recalco, manifestando-se como imperativo que instaura uma repetição compulsiva, ou seja, um funcionamento mais originário do que a regulação pelo prazer. A satisfação encontrada pela via da compulsão a repetição remete à tentativa de inscrever algo inassimilável, o que não pode ser simbolizado. Como salienta Gerez-Ambertín (2009), o gozo impossível de ser alcançado exigido pelo imperativo do supereu, avesso ao desejo, marca o caráter aniquilador dessa instância, pois, ao ultrapassar o interdito que liga lei e desejo, o sujeito é subjugado pelo pior do pai, porquanto se situa em um âmbito fora da legislação.

Podemos concluir a respeito da função do supereu que essa instância se revela como o agente que impele o sujeito ao gozo da repetição compulsiva, apresentando-se como possibilidade de abordar a ação da pulsão de morte, cujo caráter silencioso torna difícil sua apreensão por outras vias. É um conceito imprescindível, portanto, na passagem da pulsão de morte como um conceito de caráter marcadamente especulativo para seu entendimento como uma força que atua na economia psíquica contrapondo-se à pulsão de vida, promovendo dissoluções e manifestando-se como destrutividade. O supereu permite, além disso, articular teoricamente a atuação no psiquismo daquilo que é originariamente incorporado e que não pode ser assimilado, engendrando uma economia psíquica paradoxal. Com a introdução deste conceito na metapsicologia, torna-se possível tratar de

fenômenos psíquicos da ordem do estranho, que não podem ser justificados pela lógica do desejo, mas que também não podem ser ignorados, pois se manifestam na vida do sujeito de forma destrutiva e, como veremos no próximo capítulo, estão relacionados aos impasses que caracterizam a vida na cultura.

CAPÍTULO 5 – O SUPEREU E A CRÍTICA DA CULTURA

A apresentação metapsicológica do conceito de supereu que realizamos nos capítulos anteriores nos possibilitou estabelecer seu lugar, gênese e função no psiquismo. Com isso, pudemos explicitar seu estatuto na estruturação psíquica como instância fundamental à teorização de um funcionamento psíquico paradoxal, em relação à lógica do desejo e da regulação pelo prazer. Trata-se de um conceito que representa um passo crucial na articulação de uma teoria da pulsão de morte e da destrutividade no âmbito psíquico. Mencionamos, até aqui, a função estratégica desse conceito na abordagem da repetição do fracasso e da perda, partindo predominantemente do âmbito da clínica. Contudo, também na cultura se manifestam os efeitos deste funcionamento psíquico, bem como os fenômenos culturais desempenharam um importante papel nessa elaboração teórica, como indicaremos neste capítulo.

A clínica desempenhou um papel imprescindível na constituição da psicanálise, sendo sua importância para a elaboração do arcabouço conceitual que estrutura a metapsicologia evidenciada no conceito de supereu. A formulação deste vem responder a importantes questões suscitadas pela clínica – como a reação terapêutica negativa, a repetição compulsiva do fracasso e do sofrimento, e o mecanismo de formação de sintomas e delírios – e se apoia em fenômenos patológicos como a melancolia e a paranoia. Não obstante a importância da experiência clínica, devemos destacar que também a observação de um mal-estar inerente à vida do sujeito na cultura desempenha um papel fundamental no delineamento do supereu como instância psíquica.

O conceito de supereu permite abordar não apenas fenômenos encontrados na clínica, mas também efeitos que se manifestam em fenômenos culturais. As aplicações da psicanálise a outros campos que não a clínica e as contribuições que esta disciplina pode apresentar a diferentes áreas de conhecimento são indicadas ao longo da obra freudiana, um uso do método psicanalítico que ficou conhecido pela expressão “psicanálise aplicada”. Realizaremos algumas considerações sobre essa noção para esclarecer a relação entre psicanálise e cultura e, a seguir, faremos alguns apontamentos sobre como o conceito de supereu contribui para a discussão acerca da vida do sujeito na cultura e os conflitos e mal-estares a ela inerentes.

5.1 A “PSICANÁLISE APLICADA”

Tratar do uso da teoria e do método psicanalíticos na abordagem de fenômenos culturais traz a necessidade de problematização da noção de “psicanálise aplicada”, expressão frequentemente utilizada para se referir ao uso da psicanálise fora da esfera clínica. Consideramos imprescindível essa discussão para que seja possível o avanço das investigações psicanalíticas sobre temas culturais, pois, como salienta Mezan (2006), encontramos na obra freudiana a preocupação constante de que a psicanálise não se restrinja ao âmbito da clínica. Deste modo, a investigação psicanalítica não deve constituir simplesmente uma terapêutica, mas estender-se também às manifestações culturais.

Freud (1919 [1918]/1996; 1926/1996) afirma que a psicanálise consiste em um método específico de investigação dos processos psíquicos, não apenas um método de tratamento de distúrbios psicológicos. “O emprego da análise para o tratamento das neuroses é somente uma das suas aplicações; o futuro talvez demonstre que não é o mais importante. Seja como for, seria errôneo sacrificar todas as outras aplicações a essa única, só porque diz respeito ao círculo de interesses médicos” (FREUD, 1926/1996, p.238). Na proposta freudiana, encontramos, então, uma oposição à tentativa de incorporar a psicanálise à medicina, pois a teoria do inconsciente é pertinente a diversas ciências que tratam do psiquismo e da história da civilização humana, produzindo novas perspectivas para abordar questões de filosofia, artes, literatura, mitologia, religião, educação e ordem social²⁸.

A noção de “psicanálise aplicada” faz referência à aplicação da psicanálise a outros campos que não a clínica, uma noção que deve, no entanto, ser problematizada para que se esclareçam as possíveis relações estabelecidas entre psicanálise e outros ramos do saber, bem como suas implicações concernentes à cultura. Mezan (2006) indica que essa noção se baseia no pressuposto falacioso de que a teoria psicanalítica seria “um corpo de conhecimentos coerente e subsistente por si mesmo, passível

²⁸ Em *A questão da análise leiga*, Freud (1926/1996) considera que as contribuições de sua disciplina poderiam ser ainda mais significativas se investigadores de outras ciências que têm como objeto de estudo a civilização humana e as instituições sociais utilizassem a psicanálise como instrumento de pesquisa. Neste texto, são colocadas importantes questões concernentes à formação de analistas, indicando que esta deve abranger não o apenas o estudo da teoria formulada a partir da clínica psicanalítica, mas também elementos de outros ramos do saber, dentre eles psicologia, história, literatura e mitologia.

de ‘aplicações’ em territórios estranhos àquele em que se formam seus conceitos” (p. 159). O autor ressalta que conceber a teoria psicanalítica como um saber independente do processo de sua gênese consiste, para a proposta freudiana, em uma aberração. Concordamos com seu posicionamento, portanto, de que se deve rejeitar a expressão “psicanálise aplicada”. Cabe destacar, ainda, que Freud (1926/1996) afirma que embora se tenha o hábito de diferenciar psicanálise médica e aplicada, não se trata de uma diferenciação lógica, considerando mais apropriada a distinção entre a psicanálise como ciência e suas aplicações, tanto na clínica quanto fora dela.

De forma semelhante, Laplanche (1992) também rejeita a noção de psicanálise aplicada devido à suposição nela implícita de que seria possível abstrair uma teoria e uma metodologia a partir do domínio terapêutico, para posteriormente transferi-las a outro domínio. O autor considera que essa noção desdenha a função da psicanálise fora do tratamento, o que designa como psicanálise extramuros ou exportada. Considerada um dos lugares e objetos que fundamentam a experiência psicanalítica – juntamente com a clínica, a teoria e a história –, a psicanálise extramuros desempenha um papel central no movimento psicanalítico, não só em termos quantitativos, mas também por sua fecundidade para o progresso da psicanálise. Isto é, em momento algum a psicanálise extramuros é um pensamento secundário na obra freudiana, dirigido de forma acessória para além da clínica, mas é um movimento cultural que se dirige à frente dos fenômenos culturais. Distingue-se, nesse movimento, um aspecto interpretativo ou especulativo, e um aspecto real que diz respeito à invasão do cultural pela psicanálise extramuros, ou seja, ao fato de que a cultura está marcada pela psicanálise.

Freud (1913/1996) indica que a atuação da psicanálise como um instrumento de pesquisa possibilita lançar luz sobre problemas da psicologia social, sobre a origem de instituições culturais como a religião, a filosofia, a arte, a moralidade e a justiça, bem como acerca da construção dos mitos e contos de fadas. Identifica-se que tanto as realizações de sujeitos como as de sociedades consistem em meios de extrair satisfação do mundo externo e manejar moções pulsionais insatisfeitas, assim lidando com frustrações advindas do confronto com a realidade. Deste modo, enquanto as neuroses seriam tentativas individuais de solucionar o problema da insatisfação dos desejos, as instituições seriam buscas de soluções sociais para o mesmo problema.

Os vínculos entre a psicanálise e outros campos do saber – psicologia social, filosofia, mitologia, entre outros – evidenciam seu

caráter de método de investigação e sua possibilidade de contribuir com questões que ultrapassam o âmbito meramente clínico ou as aplicações terapêuticas, permitindo um novo enfoque aos enigmas da vida em sociedade. A intenção de fortalecer esses vínculos levou à fundação, em 1912, da revista *Imago*, sob a edição de Hanns Sachs e Otto Rank (FREUD, 1916 [1915-16]/ 1996). Como indica Mezan (2006), essa revista configurou um órgão destinado especificamente à difusão de trabalhos de aplicação da psicanálise a questões de outras esferas que não a clínica, embora ao longo da obra freudiana seja possível constatar que tais pesquisas constituem um interesse permanente de Freud.

Compartilhamos do entendimento de Mezan (2006) acerca do papel essencial da referência cultural na criação da teoria psicanalítica. Segundo o autor, três referências são constantes no percurso freudiano: a autoanálise, o discurso dos pacientes e a referência à cultura. A dimensão cultural não é meramente âmbito de aplicação da teoria, mas é o que assegura a universalidade dos processos identificados na experiência clínica e na autoanálise. Deste modo, conteúdos que normalmente inspirariam repugnância e seriam recalcados são integrados em uma esfera conceitual como processos psíquicos universais, à medida que são passíveis de transcrição cultural. Disso depreende-se a peculiaridade das elaborações freudianas em torno de temas culturais, pois mais do que um exercício de aplicação da psicanálise, sua obra traz a dimensão da autoanálise intrincada na referência à cultura, ou seja, o autor está completamente implicado no tema investigado.

A respeito dessa implicação do autor, Laplanche (1992) aponta que na epistemologia da psicanálise deve-se considerar que o sujeito humano de que trata a psicanálise formula sua experiência como um ser que se autossimboliza, que teoriza a si mesmo, de modo que a construção da teoria é uma experiência na qual o pesquisador está necessariamente engajado. Com isso se caracteriza o estatuto da teoria, pois esta não deve ser considerada como algo à parte, como ferramenta conceitual ou mera superestrutura, bem como se esclarece que a clínica implica uma reflexão acerca do objeto, isto é, não é uma dimensão puramente empírica.

Mezan (2006) salienta que a preocupação de Freud com temas culturais tem raízes pessoais, provindas de aspirações, desejos e reminiscências associadas a sua inserção na sociedade de sua época. O interesse por esses temas está relacionado, em primeiro lugar, à ideia de que não haveria motivos para a psicanálise abster-se de demonstrar o funcionamento dos processos inconscientes por ela desvendados em

outras esferas da atividade humana. Em segundo lugar, estão as interrogações freudianas a respeito da origem da moralidade e sua vinculação com a sexualidade, suscitadas pela questão do recalçamento. Tais questionamentos levam ao fator social na imposição das concepções morais e à fundamentação destes na religião. Disso decorre a investigação acerca da gênese da religião, bem como a caracterização da moral como formação reativa contra desejos infantis. Amplia-se, assim, o estudo de problemáticas culturais, realizado em textos que tratam de concepções antropológicas, de relações sociais e da religião.

Textos freudianos como *Totem e tabu*, *O futuro de uma ilusão*, *Mal-estar na civilização*, dentre tantos outros fundamentados em âmbitos como arte, literatura, antropologia e religião, evidenciam a importância da referência à cultura, não apenas pelas possíveis contribuições da psicanálise a outros saberes, mas na construção da própria teoria psicanalítica, pois nesses textos são formulados e desenvolvidos conceitos fundamentais da metapsicologia. O conceito de supereu exemplifica isso, pois essenciais em sua formulação foram não apenas os dados obtidos na clínica, mas também as reflexões antropológicas acerca da relação com o pai e a ambivalência nela inerente; as formulações sobre o estranho, apoiadas em referências literárias; bem como as exigências do meio social e sua influência na inibição da agressividade e na formação do ideal do eu. Abordaremos a seguir alguns pontos acerca da relação entre questões culturais e o supereu.

5.2 IMPASSES DA VIDA CULTURAL E O CONCEITO DE SUPEREU

Em suas investigações sobre a vida na cultura, Freud (1930 [1929]/1996) identifica um inevitável mal-estar decorrente do conflito entre as exigências culturais impostas ao sujeito e a vida pulsional. Cultura, segundo sua concepção, é o conjunto de realizações, preceitos e atividades que servem aos propósitos de proteger os homens contra as forças da natureza e regular seus relacionamentos mútuos. Além disso, são considerados traços da cultura e exigências aos que nela se inserem a valorização da beleza, da ordem e da limpeza e, em especial, das atividades psíquicas elevadas do homem. Estas atividades altamente valorizadas – incluindo-se, aqui, as atividades científicas, ideológicas e artísticas – são possíveis a partir de uma sublimação da pulsão, isto é, da retirada de energia psíquica da sexualidade que então é utilizada para os fins culturais. O desenvolvimento cultural impõe sacrifícios à satisfação

pulsional, tanto à sexualidade quanto à agressividade, de modo que o sujeito abre mão de parte de suas possibilidades de satisfação em troca da segurança que a cultura lhe pode proporcionar. Neste tópico, veremos que o supereu se apresenta como uma contribuição fundamental à abordagem do mal-estar decorrente disso e à reflexão sobre os meios pelos quais se constrói e se mantém a cultura.

A regulação dos relacionamentos pela cultura é fundamental para que ninguém fique submetido à força bruta ou à vontade arbitrária do homem mais forte, o que exige de todos o sacrifício pulsional. A maioria deve ser mais forte do que qualquer sujeito isolado, substituindo-se assim o poder do indivíduo pelo poder da comunidade. Deste modo, uma lei que não seja violada em favor de um indivíduo é exigência fundamental da cultura (FREUD, 1930 [1929]/1996). Vimos, contudo, que a lei não é capaz de submeter completamente a pulsão à sua regulação, especialmente por conta da ação desfusionada da pulsão de morte que, como princípio disjuntivo, se opõe a ligações, ou seja, à simbolização.

A pulsão de morte, na medida em que se manifesta como agressividade e destrutividade, torna-se um obstáculo aos fins culturais. Freud (1930 [1929]/1996) salienta que há uma poderosa quota de agressividade na vida pulsional, agressividade que o sujeito está tentado a satisfazer sobre o outro. Essa inclinação para a agressão, portanto, perturba o relacionamento com o próximo e exige da cultura um dispêndio elevado de energia para mantê-la sob controle, pois essa hostilidade mútua coloca a cultura sob a ameaça de desintegração. Geralmente colocada a serviço de outros intuitos ou apresentada como resposta a alguma provocação, a agressividade encontra manifestação espontânea quando as circunstâncias lhe são favoráveis, quando não operam as forças que a inibem, situação que “revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho” (p. 116).

Essa situação, como indica Freud (1915d/1996), é evidenciada durante a guerra, quando não apenas os Estados desprezam as restrições, os direitos e os padrões morais sobre os quais fundam sua existência, adotando atitudes destrutivas e cruéis frente ao que encontram em seu caminho, mas também os sujeitos se permitem atos de barbárie, fraude e crueldade incompatíveis com sua moralidade. O desapontamento decorrente da constatação de tais atos, no entanto, é somente o despedaçamento de uma ilusão diante do choque com a realidade, ilusão acolhida para nos poupar de sentimentos desagradáveis e nos propiciar satisfações. “Na realidade, nossos concidadãos não decaíram tanto

quanto tínhamos porque nunca subiram tanto quanto acreditávamos” (p. 294). Os impulsos de natureza originária que constituem a essência do psiquismo humano, que são considerados maus pelas exigências culturais – embora, em si mesmos, não sejam bons ou maus –, não podem ser erradicados, apenas suprimidos ou “transformados” mediante formações de reação²⁹. Conforme a comunidade não mais imponha suas restrições morais, os sujeitos são estimulados a se afastarem da pressão exercida pela cultura, encontrando a satisfação destas pulsões “más” que até então estavam inibidas. Assim, a moralidade não decorre de um juízo inflexível, mas é, originalmente, angústia social.

A renúncia pulsional exigida pela cultura baseia-se em rigorosos padrões morais que estão além das possibilidades dadas pelas inclinações pulsionais, produzindo uma tensão que se manifesta em fenômenos de compensação e formações reativas, sob a forma de transtornos neuróticos, deformações de caráter e na facilidade das pulsões inibidas de irromper em busca de satisfação em qualquer oportunidade que se apresentar. Essa incongruência entre os preceitos morais e as exigências pulsionais é considerada por Freud como uma hipocrisia, a qual teria de ser modificada se as pessoas decidissem viver de acordo com a realidade das condições psicológicas. Questiona, contudo, se essa hipocrisia cultural não seria, em certa medida, necessária, pois, como os interesses razoáveis não são fortes como as moções pulsionais, a suscetibilidade do sujeito à cultura não seria suficiente para sua manutenção (FREUD, 1930 [1929]/1996; 1915*d*/1996).

Para restringir a vida sexual e a agressividade, a cultura emprega métodos para propiciar identificações entre as pessoas e relações amorosas com finalidade inibida, além de preconizar o amor ao

²⁹ A transformação das pulsões consideradas más ocorre, segundo Freud (1915*d*/1996), por influência do erotismo, isto é, pela valorização do fato de ser amado pelo outro, o que transforma as pulsões egoístas em sociais; bem como pela pressão exercida pelo ambiente cultural, representada pela educação, a qual oferece recompensas ou punições para incentivar certas condutas. As formações de reação são facilitadas pelo surgimento das pulsões em pares de opostos, dando a impressão de uma mudança de conteúdo, como se a crueldade se tornasse piedade, ou o egoísmo se tornasse altruísmo. No entanto, “somos enganosamente levados por nosso otimismo a exagerar grosseiramente o número de seres humanos que têm sido transformados num sentido cultural” (p. 293), pois o sujeito pode escolher comportar-se de acordo com as expectativas culturais por este comportamento ser vantajoso a seus propósitos sem que tenha ocorrido uma transformação pulsional.

próximo³⁰, mandamento que se justifica por nada contrariar tão fortemente a tendência agressiva original do homem. Contudo, na maioria das vezes a cultura é incapaz de indenizar o sujeito pelo sacrifício pulsional que lhe é exigido para que ele se conforme aos preceitos morais e se abstenha de condutas brutais e arbitrárias. Além disso, os esforços da cultura para inibir as pulsões que contrariem seus propósitos têm resultados insuficientes, pois a lei não consegue dominar as manifestações mais refinadas e cautelosas da agressividade (FREUD, 1930 [1929]/1996; 1915*d*/1996).

Tais observações a respeito da vida na cultura possibilitam realizar uma crítica à maneira como é tratada a vida pulsional do sujeito, especialmente no que se refere à forma de lidar com a agressividade. O supereu é um conceito indispensável a essa crítica, pois permite elucidar que a satisfação pulsional implica não apenas as vias simbolizadas e reguladas pela lei, que possibilitam transitar pelo âmbito do desejo, mas também a imperatividade de moções pulsionais não simbolizáveis que levam o sujeito à submissão diante de elementos que, na posição de estranho, o impelem ao gozo masoquista. Ou seja, o supereu, como conceito chave na teorização da ação da pulsão de morte, possibilita tratar dos efeitos destrutivos desta sobre o psiquismo e em sua relação com o mal-estar inerente à inserção do sujeito na cultura.

Destacamos dois pontos centrais na crítica aos meios pelos quais se constrói e se mantém a cultura. Em primeiro lugar, os apontamentos freudianos quanto ao fato de que a pulsão não é passível de ser inibida sem que haja uma compensação ou sem que disso decorram sérios distúrbios, isto é, não se renuncia a satisfação pulsional impunemente. Em segundo lugar, suas considerações a respeito da origem da moralidade. Tais questões estão estreitamente relacionadas ao conceito de supereu, pois, como vimos anteriormente, esta instância se constitui como resto pulsional do processo de recalçamento, produzindo a repetição compulsiva e caracterizando um imperativo de gozo, bem como elucida a moralidade como inevitavelmente atrelada à

³⁰ Freud (1930 [1929]/1996) crítica o preceito do amor ao próximo indicando que amar alguém que não atraia por seus valores ou pela significação emocional que tenha adquirido é não apenas difícil, mas errôneo, já que o amor significa uma preferência por aqueles que são amados, sendo uma injustiça colocá-los no mesmo plano de um estranho. O estranho é mais digno da hostilidade do sujeito, pois geralmente não demonstra ter consideração por ele e não hesita em prejudicá-lo para obter vantagens ou simplesmente para satisfazer qualquer de seus desejos.

ambivalência na relação com a instância paterna, de forma que o sentimento de culpa é decorrente de desejos agressivos e incestuosos.

Quanto à questão da renúncia pulsional, vimos que a agressividade direcionada ao mundo externo, ao ser inibida, é assumida pelo supereu e voltada contra o eu. Assim, o gozo que seria obtido por meio da agressividade contra o mundo externo é transformado em gozo masoquista, ficando o eu desamparado frente aos imperativos do supereu. Vê-se, deste modo, que o problema da agressividade permanece, pois se voltada contra o mundo externo, contraria os fins da cultura, necessária para que a convivência seja possível, ameaçando-a de dissolução; quando inibida, volta-se contra o eu, produzindo sofrimento e culpa e engendrando a repetição compulsiva do fracasso e da perda. Ademais, ainda que seja inibida, a agressividade continua produzindo efeitos que se opõem aos fins culturais, pois da renúncia à satisfação decorre uma frustração que domina as relações sociais, ocasionando uma hostilidade que ameaça a cultura (FREUD, 1930 [1929]/1996).

Freud (1908/1996) indica que, além da hostilidade contra a cultura, os prejuízos sofridos pelo sujeito em decorrência dos sacrifícios pulsionais podem alcançar um grau elevado o suficiente para, indiretamente, colocar em risco os objetivos culturais. Para tratar dos efeitos das restrições morais, Freud retoma ideias de W. Erb, Binswanger e Von Krafft-Ebin sobre a vida na sociedade moderna – ideias que, embora elaboradas no final do século XIX, continuam válidas na sociedade contemporânea. Tais ideias se referem às transformações sociais, políticas e tecnológicas que ocasionam o aumento das exigências impostas ao sujeito e, conseqüentemente, do dispêndio de energia necessário para atendê-las, uma situação que leva ao descontentamento, à exaustão e à busca desenfreada por prazeres intensos e bens materiais, e que está intimamente relacionada ao adoecimento. A reflexão freudiana, contudo, indica que o principal fator etiológico dos distúrbios nervosos é a moral sexual civilizada, entendida como a obediência a preceitos que restringem a sexualidade para estimular a atividade cultural intensa e produtiva³¹. Esse efeito patogênico é devido ao fato de que as restrições em questão não podem ser atendidas pela imensa maioria das pessoas, pois ultrapassam o limite daquilo que suas constituições permite. A neurose surge, diante disso,

³¹ Trata-se de uma definição de Von Ehrenfels, que diferencia a moral sexual civilizada da moral sexual natural, esta última designando o regime que possibilita que um grupo humano conserve sua saúde e eficiência (FREUD, 1908/1996).

como um meio de satisfação substitutiva que implica não só o sofrimento do sujeito, mas também a frustração dos objetivos culturais, pois a supressão pulsional, cada vez mais falha, exige um dispêndio de energia tal que leva ao empobrecimento psíquico do sujeito e à necessidade de interrupção de sua colaboração com as atividades culturais, ou a um desempenho pior do que teria sem a supressão. É possível concluir que “se uma sociedade paga pela obediência a suas normas severas com um incremento de doenças nervosas, essa sociedade não pode vangloriar-se de ter obtido lucros à custa de sacrifícios; e nem ao menos pode falar em lucros” (FREUD, 1908/1996, p. 185-186).

Caropreso & Monzani (2012) salientam que essa concepção que coloca a sexualidade como central na etiologia das neuroses é ampliada conforme são retomadas as ideias ligadas à vivência de dor, isto é, às experiências traumáticas na produção de um desprazer originário. Assim, o fator determinante da neurose passa a ser não apenas as pulsões sexuais, mas a constituição pulsional, incluindo a pulsão de morte: “a constituição pulsional predisporia ao trauma, o intensificaria, ou tornaria mais radical a ação dos mecanismos de defesa usados pelo ego [eu] para defender-se, levando a uma deformação deste, apontado como fator de grande importância envolvido na gênese das neuroses” (p. 634). Na etiologia das neuroses, não apenas a sexualidade, mas também o conflito entre as exigências culturais e a vida pulsional torna-se subordinado ao trauma, à prematura característica do nascimento do sujeito e à pulsão de morte. Quando impedida de ser exteriorizada, a pulsão de morte, manifestando-se de forma interiorizada, voltando-se contra o eu, teria seu efeito devastador intensificado, situação ligada ao desamparo e à dependência do outro, que leva à necessidade de inibição da agressividade e hostilidade que, devido à ambivalência, são despertadas nessa relação. Vimos anteriormente que o supereu é um conceito que articula essa ação da pulsão de morte, possibilitando o entendimento da destrutividade no âmbito psíquico e a apreensão dessa força cuja ação, embora silenciosa, possui efeitos corrosivos na clínica e na cultura, pois se manifesta como repetição do fracasso e do sofrimento e como agressividade.

A agressividade, como disposição pulsional autossubsistente, representante da pulsão de morte, atua como o maior impedimento à cultura. A cultura domina “o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada” (FREUD, 1930 [1929]/1996, p.127). Em outras palavras, a necessidade de inibir as tendências agressivas que se opõem à cultura leva à

instauração do supereu como agente que assume tais tendências, de modo que a agressividade internalizada é colocada em ação contra o eu, assim como este gostaria de satisfazê-la sobre outras pessoas. Desta forma, a ameaça de punição e perda do amor de uma autoridade externa é transformada em sentimento de culpa, disso decorrendo uma infelicidade permanente – o preço que pagamos pelo desenvolvimento cultural.

A investigação realizada em *Totem e Tabu* é fundamental na elucidação da relação entre o sentimento de culpa e o desenvolvimento cultural. A partir do mito da horda primeva, é traçada a ligação entre o assassinato do pai da horda e o totemismo, no qual são identificados os primórdios da organização social, da moralidade e da religião. “A sociedade estava agora baseada na cumplicidade do crime comum; a religião baseava-se no sentimento de culpa e no remorso a ele ligado; enquanto que a moralidade fundamentava-se parte nas exigências dessa sociedade e parte na penitência exigida pelo sentimento de culpa” (FREUD, 1913[1912-13]/1996, p. 149). Como indicamos no decorrer do trabalho, a ambivalência que marca a relação com a instância paterna faz com que surja o sentimento de culpa pelos impulsos agressivos, os quais devem ser dominados para superar a rivalidade que permanece entre os membros da horda após a morte do pai (FREUD, 1913[1912-13]/1996; 1923a/1996).

Da necessidade de inibir a agressividade para possibilitar o convívio em comunidade advém o sentimento social. Este é viabilizado à medida que os sujeitos se identificam uns com os outros, a partir de um mesmo ideal do eu (FREUD, 1923a/1996). Freud (1930 [1929]/1996) observa, no entanto: “É sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobrarem outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (p. 118-119). Não obstante as identificações e a inibição da inclinação à agressão, esta não é simplesmente abandonada, encontrando satisfação em fenômenos como o chamado “narcisismo das pequenas diferenças”, que designa a hostilidade contra aqueles reconhecidos como intrusos em um determinado grupo cultural, o que propicia tanto a satisfação da agressividade, quanto a maior coesão entre os pertencentes à mesma comunidade. Também cabe mencionar, com Lacan (1998a), que a agressividade é entendida como um aspecto socialmente indispensável por ser significativa do desenvolvimento do eu. Ademais, é frequentemente confundida com o atributo de força segundo a moral mediana, o que mostra sua preeminência na cultura.

Voltamos a ressaltar que a agressividade se apresenta como derivada e representante da pulsão de morte, a qual consiste em um princípio disjuntivo, que se contrapõe às ligações proporcionadas pela pulsão de vida. A luta entre a pulsão de vida e a pulsão de morte caracteriza não apenas o psiquismo do sujeito, mas igualmente representa, como considera Freud (1930 [1929]/1996), o sentido da evolução cultural. O autor estende a concepção da estruturação psíquica à organização social também no que diz respeito à formação de um supereu cultural. Considera, assim, que a evolução cultural se produz sob a influência de um supereu cuja origem se assemelha àquela do supereu de um sujeito. Este supereu de uma época da cultura se constituiria das impressões deixadas pelos grandes líderes, homens que, assim como o pai da horda primeva, possuem imensa força de espírito e podem até ter alcançado, do mesmo modo, a divindade apenas após uma morte violenta e cruel³². Este supereu cultural estabeleceria exigências ideais que, se desobedecidas, levariam à punição por “medo da consciência”; ordens que, assim como os imperativos do supereu do sujeito, desconsideram suas reais possibilidades de atendê-las.

Em nossa concepção, ambos os conceitos de supereu e ideal do eu estão envolvidos nessa dinâmica cultural. Nosso entendimento se baseia no fato de que as exigências culturais e as influências dos grandes líderes podem operar tanto como construções simbólico-imaginárias às quais o sujeito pode se identificar, no sentido de ideais que almeja alcançar, quanto como uma presença tirânica que coloca o sujeito em posição de passividade, na qual goza de modo masoquista. Reencontramos nas exigências culturais a ambivalência que marca a relação do sujeito com o outro, principalmente com a instância paterna. A dupla face do pai salientada por Gerez-Ambertín (2009) se reflete, assim, na cultura: por um lado, uma face simbólica, que protege e regula; por outro lado, uma face terrível, que ataca e conduz ao gozo mortífero.

Reiteramos que a dinâmica entre pulsão de vida e pulsão de morte domina não só o funcionamento psíquico, mas também a organização cultural. As exigências culturais são correlatas à ação da pulsão de vida na medida em que respondem ao intuito de união, de ligação entre os sujeitos. Por outro lado, tais exigências podem, por

³² Esse papel dos grandes líderes é evidenciado na história sob a forma de mártires que, uma vez mortos, são reverenciados por suas ideias ou ações, encontrando seguidores e tendo sua herança reivindicada por um número significativo de pessoas.

vezes, assumir o caráter de imperativos que, tal como os mandatos do supereu, são impossíveis de ser atendidos, criando uma condição na qual os sujeitos, não conseguindo sustentar o desejo, enveredam pelo campo do gozo, muitas vezes mortífero. Neste caso, essas exigências adquirem o caráter destrutivo da pulsão de morte.

O conceito de supereu está relacionado a fenômenos que possuem um potencial destrutivo não apenas à vida do sujeito, mas também à organização social e à vida cultural. Essa instância, articulando a teorização da ação da pulsão de morte, conseqüentemente da destrutividade e da compulsão à repetição, apresenta-se como possibilidade para pensarmos sobre questões emergentes na contemporaneidade, não apenas sob o ponto de vista das patologias tão disseminadas atualmente – as compulsões, transtornos depressivos, adicções, as condutas e sintomas que têm um efeito autodestrutivo tão pronunciado –, mas também em fenômenos que corroem os laços sociais e mostram um potencial destrutivo e agressivo que ameaça a convivência em sociedade. Estes fenômenos nos quais identificamos manifestações da pulsão de morte e de seus efeitos corrosivos, que contrariam os propósitos culturais, incluem as mais variadas formas de violência entre os sujeitos, a degradação das instituições e da organização social, bem como o aniquilamento e a destrutividade que muitas vezes caracterizam a relação do ser humano com o meio ambiente e com outras espécies. Em contrapartida, encontramos também exigências culturais cada vez mais rígidas, tentativas de sustentar a lei e compensar suas falhas por meio da judicialização das relações, e ideais veiculados culturalmente – por exemplo, os ideais de saúde, felicidade, beleza, sucesso – que assumem o lugar de ideal do eu e produzem sofrimento por estarem sempre tão além das possibilidades de sujeitos inevitavelmente marcados pela castração.

No estudo sobre a formação e a manutenção da cultura, o conceito de supereu evidencia a importância da consideração da pulsão de morte e, conseqüentemente, da agressividade como tendência pulsional constituinte do sujeito, propiciando a crítica acerca dos meios utilizados pela cultura para alcançar os seus fins. A tentativa de suprimir as pulsões que ameacem a existência daquela mostra-se claramente insuficiente, devido aos meios pelos quais a pulsão suprimida continua a se manifestar em busca de satisfação. É questionável, portanto, o papel protetor da cultura, pois os sacrifícios exigidos para viabilizar a vida em sociedade podem ter um efeito disruptivo e propício ao adoecimento. Como ressalta Freud (1930 [1929]/1996), o domínio da perturbação decorrente das pulsões agressivas e autodestrutivas se impõe como uma

questão fatídica ao ser humano. A isso está relacionada, ainda, a questão do uso que a humanidade pode fazer dos avanços culturais alcançados: “Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade [angústia]” (p. 147). Torna-se imprescindível, deste modo, o reconhecimento das reais possibilidades dadas pela constituição psíquica humana, no que esta se orienta pela busca de satisfação pulsional não apenas de pulsões sexuais, mas também da pulsão de morte, cuja ação, sobretudo quando desfusionada, implica um potencial destrutivo que não pode ser desconsiderado. Em nossa concepção, considerar a relação da vida pulsional com a organização social e com a construção das instituições e preceitos morais que regulam esta última – consequentemente, a problematização da moralidade e o reconhecimento dos limites da lei – é indispensável à reflexão sobre a vida na cultura e as dificuldades nela encontradas, tanto no que se refere ao inevitável mal-estar do sujeito, quanto aos fenômenos que a ameaçam de dissolução. Neste capítulo, não pretendemos aprofundar estas questões, mas apontar que o conceito de supereu introduz novas perspectivas nesse campo de investigação. Ao afirmar a existência de elementos que, sendo inassimiláveis e não regulados pela lei, se impõem como estranho e configuram uma economia psíquica paradoxal, o supereu se apresenta como conceito chave na teorização sobre a ação da pulsão de morte e na crítica ao modo pelo qual a cultura busca tornar inócuos os seus efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizamos uma apresentação metapsicológica do conceito de supereu para alcançar nosso objetivo de delimitar seu lugar, gênese e função na teoria psicanalítica. Com essa delimitação do conceito, pudemos explicitar sua instituição na estruturação psíquica como instância que dá corpo a um funcionamento psíquico originário, que se mostra paradoxal diante da regulação pelo princípio do prazer. Vimos que este conceito vem responder a duas questões que se referem à caracterização de um dualismo pulsional após a reformulação da teoria das pulsões, e à observação de uma tendência a reencontrar compulsivamente o fracasso e a perda, evidenciando uma compulsão à repetição. Quanto à primeira questão, esclarecemos que o supereu representa uma elaboração fundamental na articulação de uma teoria da pulsão de morte. No segundo dualismo pulsional, o conceito de pulsão de morte, criticado por seu caráter especulativo, coloca uma dificuldade em sua apreensão devido à ação silenciosa dessa força, que atua como princípio disjuntivo e se manifesta como agressividade e hostilidade. Com o conceito de supereu, torna-se possível elucidar a ação no psiquismo de elementos pulsionais incorporados a partir da relação com o outro em um momento originário da vida do sujeito, elementos que não puderam ser ligados à rede de representações e que continuam atuando, conforme se dá o desenvolvimento psíquico, contrapondo-se à trama associativa, isto é, promovendo disjunções, uma irrupção do traumático que coloca o eu em posição de desamparo, direcionando contra este a hostilidade e a agressividade que não puderam ser ligadas por ação da pulsão de vida. Quanto à segunda questão, vimos que o supereu se apresenta como agente que move a repetição compulsiva por esta se apoiar nos resíduos de experiências originárias, pois a referida instância se constitui a partir de impressões inassimiláveis experimentadas durante um estado de desamparo e passividade, que se repetem como imperativos por serem irredutíveis.

O estudo do supereu sob a perspectiva topográfica nos possibilitou definir seu lugar como uma instância que ocupa no psiquismo uma posição de estranho, decorrente de sua constituição originada da incorporação de impressões advindas da relação com os pais, elementos que, devido ao período arcaico em que são incorporados, não podem ser simbolizados. Essa instância se institui, assim, como marca do outro incorporado no psiquismo e mantido em posição de exterioridade em relação ao eu. Ligada à onipotência e à ambivalência que caracterizam a relação com o outro no momento em

que se constitui, essa instância atua como núcleo observador e perseguidor, que perpetua o desamparo originário.

Sob a perspectiva dinâmica, estabelecemos que o mecanismo de recalçamento desempenha um papel central em sua gênese, pois é como resto deste que o supereu se constitui. O supereu se refere a marcas não metabolizáveis, que não puderam ser assimiladas na lógica do recalçamento, ou seja, não puderam ser simbolizadas para ser recalçadas ou assimiladas ao eu, mesmo após o desenvolvimento das capacidades psíquicas de defesa, instalando-se como uma instância diferenciada. Destaca-se, também a dessexualização – e a desfusão pulsional a ela correlacionada – que transfigura o investimento no objeto em uma coação que incita ao gozo da repetição compulsiva, a partir do outro hiperinvestido que é incorporado como corpo estranho. Essa gênese do supereu possibilita diferenciá-lo do ideal do eu, pois enquanto este tem sua origem na identificação edípica e no recalçamento secundário, estando relacionado à preservação narcísica, o supereu origina-se da identificação primária, entendida como incorporação de elementos não simbolizáveis, conspirando contra o narcisismo. Diferentemente do ideal do eu em seu caráter de ligação, o supereu se instaura com o caráter disjuntivo da pulsão de morte, consolidando-se após o recalçamento secundário a sua relação com a moralidade, uma moralidade categórica que coloca o sujeito em posição de submissão. Trata-se da introjeção da autoridade paterna, entendendo-se, aqui, o pai como outro onipotente ou, miticamente, como formulado a partir da noção darwiniana de horda primeva, o pai terrível. Assim, o sentimento de culpa resulta da tensão entre eu e supereu e se relaciona à ambivalência, reunindo o anseio por preservar a instância paterna em sua onipotência e a satisfação por alcançar um além do pai. Sua relação com a moralidade e com a culpa, estabelecida após a dissolução do complexo de Édipo, consolida seu estatuto de resto, de resíduos que somente podem ser repetidos compulsivamente, na forma de imperativos.

Quanto ao ponto de vista econômico, tratando da função do supereu, vimos que a satisfação pulsional a ele relacionada se refere à descarga da pulsão de morte, engendrando a compulsão à repetição. A desfusão pulsional, associada principalmente à dessexualização ligada à dissolução do complexo de Édipo, é responsável pela severidade e crueldade do supereu, pois não podendo a pulsão de vida conter a pulsão de morte, esta é liberada nessa instância como destrutividade. A agressividade do supereu decorre da força das pulsões e da capacidade de ligação da pulsão de morte para descarga no mundo externo, pois ao não poder ser direcionada contra este último, a agressividade derivada

da pulsão de morte é deslocada para o interior do psiquismo. A isso está relacionada uma suplementação entre uma posição sádica do supereu, e um masoquismo do eu. O supereu se impõe, então, como uma lei insensata que impele o sujeito a um gozo impossível, afirmando a impotência do eu em obedecer às suas exigências e sua impossibilidade de atingir o ideal do eu. Caracteriza-se, assim, como imperativo categórico.

Em nosso estudo do supereu, seguimos a proposta de Monzani (1989) acerca da leitura da obra freudiana, entendendo o desenvolvimento da metapsicologia como um movimento pendular e espiralado. Pudemos identificar, assim, a retomada de questões temporariamente abandonadas, no desenvolvimento de novas articulações, como ocorre com a compulsão à repetição que, apresentada em 1895 foi deixada de lado nos anos seguintes e somente retomada em 1920, para ser articulada à pulsão de morte. Vimos que na formulação do conceito de supereu, a qual ocorreu de forma gradativa, assim como a construção da metapsicologia de um modo geral, a noção de estranho permanece central, como um eixo em torno do qual se orienta o movimento que leva à introdução da instância em questão. O caráter de estranheza do supereu começa a ser identificado desde as noções precursoras do conceito, e permanece como seu atributo determinante não apenas sob o ponto de vista topográfico, mas é evidenciado também nas perspectivas dinâmica e econômica. Deste modo, o caráter de estranho marca o lugar do supereu no aparelho psíquico caracterizando sua posição de exterioridade; qualifica em sua gênese o mecanismo pelo qual se instaura – como incorporação de impressões inassimiláveis vindas do outro – e sua atuação como crítica inexorável e imposição de exigências impossíveis de serem atendidas; bem como caracteriza sua função na instauração de uma estranha economia psíquica que impele o sujeito ao gozo masoquista.

A delimitação do conceito de supereu tem sua relevância no que possibilita o avanço da reflexão acerca da constituição da subjetividade humana e dos efeitos destrutivos da pulsão de morte evidenciados na clínica e na cultura. Esta instância possui, assim, um papel crucial tanto na condução do tratamento psicanalítico, quanto na problematização do conflito entre a vida pulsional e as exigências culturais, do qual decorre o mal-estar na cultura e os fenômenos que ameaçam a organização social. Permitindo apreender teoricamente a ação da pulsão de morte e os limites da regulação pela lei, o supereu esclarece que a inibição da agressividade para o alcance dos objetivos culturais não ocorre sem que disso decorram efeitos nocivos, tanto para o sujeito, como para a própria

cultura. Possibilita, deste modo, a crítica dos meios pelos quais a cultura busca tornar inócua a agressividade e impor exigências que, em grande parte, são incompatíveis com a constituição psíquica humana.

Por fim, devemos destacar que a formulação do supereu pode ser entendida como uma resposta a fenômenos apresentados na clínica, que desafiavam as concepções psicanalíticas, bem como a necessidades teóricas, isto é, a necessidade de conceitos que possibilitem abranger uma maior gama de fenômenos psíquicos, que no modelo até então utilizado não podiam ser suficientemente abordados. Elucidando um aspecto paradoxal e destrutivo do psiquismo, este conceito apresenta importantes contribuições não apenas às investigações em psicanálise, mas também às reflexões acerca da subjetividade desenvolvidas pelas ciências humanas em geral.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Marta Rezende. *Superego*. São Paulo: Escuta, 2002.

CARONE, Marilene; SOUZA, Paulo César. A edição brasileira de Freud. In: SOUZA, Paulo César (Org.). *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 155-190.

CAROPRESO, Fátima; MONZANI, Luiz Roberto. Vivência de dor e pulsão de morte na teoria freudiana do aparelho psíquico e das neuroses. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. XII, n. 3-4, p. 607-638, set./dez. 2012.

CAROPRESO, Fátima; SIMANKE, Richard Theisen. Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p. 207-224, jul./dez. 2006.

FREUD, Sigmund. *Obras completas de Sigmund Freud*. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1992.

_____. Carta 71. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1897) 1996. v. I, p. 314-317.

_____. Projeto para uma Psicologia Científica. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1950 [1895]) 1996. v. I, p. 335-454.

_____. Estudos sobre a histeria. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1893) 1996. v. II, p. 13-319.

_____. A interpretação dos Sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1900) 1996. v. IV-V.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de*

Sigmund Freud. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1905) 1996. v. VII. p. 119-231.

_____. Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1908) 1996. v. IX. p. 167-186.

_____. Cinco lições de psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1910[1909]) 1996. v. XI. p. 17-65.

_____. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1911) 1996. v. XII. p. 233-244.

_____. Totem e tabu. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1913[1912-13]) 1996. v. XIII, p. 13-163.

_____. O interesse científico da psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1913) 1996. v. XIII, p. 165-192.

_____. A história do movimento psicanalítico. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1914a) 1996. v. XIV. p. 15-73.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1914b) 1996. v. XIV, p. 77-108.

_____. Os instintos e suas vicissitudes. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*.

Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1915a) 1996. v. XIV. p. 117-144.

_____. Repressão. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1915b) 1996. v. XIV, p. 147-162.

_____. O inconsciente. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1915c) 1996. v. XIV, p. 165-222.

_____. Luto e melancolia. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1917[1915]) 1996. v. XIV, p. 245-266.

_____. Reflexões para os tempos de guerra e de morte. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1915d) 1996. v. XIV, p. 285-312.

_____. Conferência X: simbolismo nos sonhos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1916 [1915-16]) 1996. v. XV, p. 151-170.

_____. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1917) 1996. v. XVII, p. 145-153.

_____. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1919 [1918]) 1996, v. XVII, p. 185-189.

_____. ‘Uma criança é espancada’: Uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a

direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1919a) 1996. v. XVII, p. 193-218.

_____. O 'estranho'. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1919b) 1996. v. XVII, p. 235-273.

_____. Além do princípio de prazer. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1920) 1996. v. XVIII, p. 13-75.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1921) 1996. v. XVIII, p. 79-154.

_____. Dois verbetes de enciclopédia. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1923 [1922]) 1996. v. XVIII, p. 251-274.

_____. O ego e o id. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1923a) 1996. v. XIX, p. 15-80.

_____. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1923b) 1996. v. XIX, p. 155-161.

_____. O problema econômico do masoquismo. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1924a) 1996. v. XIX, p. 175-188.

_____. A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*.

Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1924b) 1996. v. XIX, p. 191-199.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1925) 1996. v. XIX, p. 273-286.

_____. Um estudo autobiográfico. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1925 [1924]) 1996. v. XX, p. 11-78.

_____. A questão da análise leiga. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1926) 1996. v. XX, p. 175-248.

_____. Psicanálise. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1926 [1925]) 1996. v. XX, p. 251-259.

_____. O mal-estar na civilização. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1930 [1929]) 1996. v. XXI, p. 67-148.

_____. O humor. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1927) 1996. v. XXI, p. 163-169.

_____. Sexualidade feminina. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1931) 1996. v. XXI, p. 231-251.

_____. Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*

de *Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1933 [1932]a) 1996. v. XXII, p. 63-84.

_____. Conferência XXXII: ansiedade e vida instintiva. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1933 [1932]b) 1996. v. XXII, p. 85-112.

_____. Conferência XXXV: A questão de uma *Weltanschauung*. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1933 [1932]c) 1996. v. XXII, p. 155-177.

_____. Um distúrbio de memória na acrópole: carta aberta a Romain Rolland por ocasião de seu setuagésimo aniversário. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução sob a direção-geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1936) 1996. v. XXII, p. 235-245.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 1: sobre as afasias (1891); O projeto de 1985*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

_____. *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 2: A interpretação do sonho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993a.

_____. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993b.

_____. *Introdução à metapsicologia freudiana, volume 3: artigos de metapsicologia (1914-1917): narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GEREZ-AMBERTÍN, Marta. *As vozes do supereu: na clínica psicanalítica e no mal-estar na civilização*. Tradução de Stella Chebli. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*. Tradução de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise, 1954-1955*. Tradução de Marie Christine Laznik Penot com a colaboração de Antonio Luiz Quinet de Andrade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente, 1957-1958*. Tradução de Vera Ribeiro. Revisão de Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise, 1959-1960*. Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *O Seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante, 1971*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *O Seminário, livro 20: mais, ainda, 1972-1973*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *O Seminário 22: R.S.I. 1974-1975*. Inédito.

_____. *O Seminário, livro 23: o sinthoma, 1975-1976*. Tradução de Sérgio Laia. Revisão de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *O simbólico, o imaginário e o real*. In: *Nomes-do-Pai*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 9-53.

_____. *A agressividade em psicanálise*. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a. p. 104-126.

_____. *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: _____. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998b. p. 807-842.

LAPLANCHE, Jean. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Tradução de Cláudia Berliner; revisão da tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

METZGER, Clarissa; SILVA JUNIOR, Nelson da. *Sublimação e pulsão de morte: a desfusão pulsional*. *Psicologia USP*, São Paulo, v.21, n.3, p.567-583, jul./set. 2010.

- MONZANI, Luiz Roberto. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NAKASU, Maria Vilela Pinto. Supereu: inquilino do eu. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 23, n. 32, p. 183-200, jan./jun. 2011.
- ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Supervisão da edição brasileira de Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- RUDGE, Ana Maria. Pulsão de morte como efeito de supereu. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-89, jan./jun. 2006.
- TOLIPAN, Elizabeth. Os paradoxos do gozo. *Letra Freudiana: Pulsão e Gozo*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 10/11/12, p. 210-216, 1990.
- VOLACO, Gustavo Capobianco. Superfícies topológicas. In: _____. *A Clínica Psicanalítica, Palimpsestos*. Curitiba: CRV, 2016, p. 55-69.
- WINOGRAD, Monah. Freud é monista, dualista ou pluralista? *Ágora*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.203-220, dez. 2004.